

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E PROPRIEDADE AGRÍCOLA NO BRASIL

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

(de 1970 a 2008)

Rodolfo Hoffmann - Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

Marlon Gomes Ney - Professor associado do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

H699e

Hoffmann, Rodolfo e Ney, Marlon Gomes

Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação / Rodolfo Hoffmann e Marlon Gomes Ney. – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

108p.

Nota: de 1970 a 2008.

ISBN

1. Estrutura fundiária – Brasil. 2. Propriedade agrícola – Brasil. 3. Agricultura familiar – Brasil. 4. Censo agropecuário - Brasil. 5. Ministério do Desenvolvimento Agrário. I. Título.

CDD 318.172

APRESENTAÇÃO

A divulgação do Censo Agropecuário 2006 pelo IBGE trouxe uma enorme gama de temas e questões para reflexão, entre eles, o papel da agricultura familiar, a estrutura produtiva no campo, as tecnologias utilizadas, a ocupação da mão-de-obra, a ocupação do espaço agrário, ou o acesso às políticas públicas.

O acesso à terra é um destes temas, que merece atenção e estudo, e que voltou ao debate público em 2009, quando os resultados do Censo apontaram para a manutenção elevada nos índices de desigualdade.

O Censo mostrou resultados importantes, e com a qualidade e o rigor científico dos autores na sua análise, esclarecendo com precisão os aspectos metodológicos das informações, trazem novas luzes ao debate público sobre a desigualdade no acesso à terra e sobre a estrutura agrária do País.

Ministério do Desenvolvimento Agrário

SUMÁRIO

	Pg.
1. Introdução	07
2. Informações sobre as bases de dados: a PNAD e o Censo Agropecuário	09
3. A distribuição da posse da terra de acordo com o Censo Agropecuário	16
4. A distribuição da posse da terra e da renda agrícola de acordo com a PNAD	24
5. A evolução do número e da área ocupada pelos pequenos, médios e grandes estabelecimentos (empreendimentos) agrícolas nas grandes regiões brasileiras	36
6. Conclusão	45
7. Referências bibliográficas	48
Anexo 1. Distribuição da posse da terra no Brasil e nas Unidades da Federação (UFs), conforme a condição do produtor, de 1970 a 2006	50
Anexo 2. A criação de pequenos estabelecimentos pode aumentar a desigualdade da distribuição da posse da terra	108

1. Introdução¹

O Censo Agropecuário de 2006 é a maior e mais recente pesquisa estatística realizada no Brasil com a finalidade de produzir e disponibilizar exclusivamente informações sobre as características das atividades agropecuárias. Com periodicidade decenal, os dados são coletados diretamente em todos os estabelecimentos agropecuários, independente de seu tamanho, de sua forma jurídica, de empreender atividade comercial ou de subsistência, e de estar localizado em áreas rurais ou urbanas (IBGE, 2009).

Os dados do último censo evidenciam a alta desigualdade na distribuição da posse da terra no Brasil, caracterizada pela enorme proporção da área total agrícola ocupada pelos estabelecimentos com área maior ou igual a 100 hectares. Eles representam apenas 9,6% do total de estabelecimentos agrícolas no país e ocupam 78,6% da área total dedicada à atividade, ao passo que aqueles com área inferior a 10 hectares constituem mais de 50% dos estabelecimentos e ocupam apenas 2,4% da área total (IBGE, 2009). Os dados não deixam dúvida de que a enorme desigualdade fundiária, uma das marcas da evolução histórica da economia brasileira, presente desde o surgimento da economia colonial, cuja base eram o latifúndio monocultor e o trabalho escravo, permanece até hoje.

Além disso, uma comparação dos dados do Censo Agropecuário de 2006 com os de 1996 mostra uma estabilidade da desigualdade fundiária medida pelo índice de Gini em cerca de 0,856. Os dados contrastam com a realidade esperada de um país que tem observado não só uma diminuição significativa da desigualdade de renda e pobreza nos últimos anos, inclusive em áreas rurais, como também que assentou mais de 970 mil famílias, de 1995 a 2006, criando e ampliando linhas de crédito agrícola especiais para a agricultura familiar e agricultores assentados (INCRA, 2008a e 2008b). O número de contratos e o total de recursos liberados via PRONAF subiram, respectivamente, de 969 mil e R\$ 2,2 bilhões, em 2000, para 1,8 milhão e R\$ 6,3 bilhões, em 2005 (Guanziroli, 2007).

Os dados do Censo Agropecuário são a principal fonte de informações para analisar a distribuição da posse da terra no país. O problema é que, para analisar as mudanças recentes na estrutura fundiária brasileira, há problemas de comparabilidade dos dados do censo de 2006 com o de 1995/1996. A pesquisa mais recente tem o ano civil como período de referência, ou seja, os dias de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2006, ao contrário da realizada em 1995/1996, que considerou o ano agrícola de 1º de agosto de 1995 a 31 de julho de 1996. Enquanto no primeiro caso a coleta dos dados se iniciou em abril de 2007, no segundo ela começou em agosto de 1996.

¹ A pesquisa contou com o apoio da FAO e do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Embora parte dos resultados tenha sido apresentada no artigo "Evolução recente da estrutura fundiária e propriedade rural no Brasil", ainda a ser publicado, esta versão é mais completa, minuciosa e, principalmente, com análises regionais.

O próprio IBGE (2009) afirma que é necessário considerar a influência da mudança do período de coleta dos dados nas estimativas da distribuição da posse da terra. Ao comparar os dois últimos censos, é preciso sempre considerar a possibilidade de as variações nos resultados serem explicadas, em alguma medida, pela alteração do período de referência das pesquisas do ano agrícola para o civil e não apenas por uma mudança real na estrutura fundiária. O motivo é a existência de estabelecimentos agrícolas precários e temporários no país que são mais fáceis de serem identificados durante o período que vai do plantio à colheita da safra. Como são menores os indícios de atividade agrícola após a colheita e a possibilidade de encontrar os produtores na condição de parceiros e arrendatários, que após o fim da safra devolvem a terra ao seu dono e deixam o estabelecimento, a coleta de dados a partir de agosto de 1996, quando parte da agricultura temporária da safra 1995/96 deixou de existir, deve omitir um número maior de estabelecimentos precários do que se ela fosse realizada em janeiro (Hoffmann e Graziano da Silva, 1999, e Hoffmann, 2007).

O primeiro objetivo deste trabalho é assim analisar a evolução recente da distribuição da posse da terra no Brasil considerando os problemas de comparação dos dados do Censo Agropecuário de 1995/96 com os dos censos de 1975, 1980, 1985 e 2006². Outro objetivo do estudo é analisar as mudanças nas principais características da distribuição das áreas dos empreendimentos agrícolas e da desigualdade de renda no setor primário, utilizando os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) desde 1992, quando o IBGE começou a levantar informações sobre posse da terra. Uma das vantagens da pesquisa é usar, em todos os anos, o mesmo mês de referência, o de setembro.

Além dos problemas de comparabilidade das informações dos censos, o uso da PNAD será importante para avaliar até que ponto o crescimento do número de pequenas propriedades agrícolas no país, nos dois últimos censos, pode ser atribuído à expansão da agricultura familiar ou ao aumento do número de chácaras e sítios adquiridos pela população urbana que não depende da renda gerada no setor primário. Na próxima seção, serão analisadas algumas características dos dados sobre “área dos *estabelecimentos* agrícolas”, do Censo Agropecuário, e suas principais diferenças em relação aos dados sobre “área dos *empreendimentos* agrícolas”, da PNAD. Conforme poderá ser observado, a diferença entre a evolução do número de pequenas propriedades nas duas pesquisas pode dar alguns indícios sobre a provável causa do crescimento do número de propriedades

² Os Censos Agropecuários de 1975, 1980 e 1985 também utilizam o ano civil como período de referência.

agrícolas com menos de 10 hectares de 1,4 milhão de unidades, no censo de 1995/96, para 1,8 milhão, no de 2006.

É importante ainda ressaltar que, no Censo Agropecuário de 1975, houve uma mudança na conceituação de estabelecimento agropecuário. Diferente do censo de 1970, o IBGE (1979, p. 23) passou até hoje a “*considerar como um único estabelecimento parcelas descontínuas localizadas em um mesmo setor de enumeração*”. Como a mudança pode ter causado alguma alteração nas medidas de desigualdade da distribuição da terra e o estudo priorizará a evolução da estrutura fundiária a partir do Censo Agropecuário de 1985, os dados referentes ao ano de 1970 são apresentados apenas no anexo 1. No mesmo anexo, também são expostos dados mais detalhados sobre a estrutura fundiária de cada Unidade da Federação. Para evitar que a exposição dos resultados se tornasse exaustiva, optou-se por, ao longo do texto, analisar, em cada estado e no Distrito Federal, apenas a evolução da área média dos estabelecimentos agropecuários e do índice de Gini que mede a disparidade da distribuição da terra.

2. Informações sobre as bases de dados: a PNAD e o Censo Agropecuário

No Censo Agropecuário, o IBGE (2009, p. 40) classifica como estabelecimento agropecuário “*toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador*”. Além das unidades voltadas à produção comercial e de subsistência, são considerados como recenseáveis os hortos, reformatórios, asilos, escolas profissionais, hotéis fazendas e locais para lazer, desde que tenham algum tipo de exploração agropecuária, florestal ou aquícola, com exceção dos quintais de residência com pequenos animais e hortas domésticas.

A PNAD, por ser uma pesquisa domiciliar, não tem o objetivo específico de obter informações sobre as características dos empreendimentos agrícolas e mais especificamente sobre a estrutura fundiária brasileira. A pergunta sobre a área do empreendimento agrícola é feita para todas as pessoas ocupadas na semana de referência da pesquisa e cuja atividade principal é empregador ou conta própria na agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos (IBGE, 2008, e Hoffmann, 2001). Ela não abrange atividades como extração vegetal, produção florestal, piscicultura, criação de cavalos, abelhas, entre outras, e nem as pessoas com atividade principal em outro setor e trabalho secundário na agricultura. Mas é importante ressaltar que os dados contemplam quase 90% dos conta própria e 96,5% dos empregadores ocupados no setor primário (Ney e Hoffmann, 2003).

As informações sobre área na PNAD se referem apenas às pessoas que têm a produção agropecuária como importante fonte de renda, tendo em vista que sua ocupação principal deve ser de empregador ou conta própria na atividade. Nesse sentido, a mudança na desigualdade fundiária estimada reflete a variação da distribuição da posse da terra entre indivíduos cuja renda tende a ter uma forte relação com a área cultivada (ver Ney e Hoffmann, 2003). No caso do Censo Agropecuário, essa relação deve ser menor. Um crescimento no número de chácaras e sítios para lazer, por exemplo, em que a produção primária contribuiria muito pouco para o nível de renda familiar do proprietário, pode também levar a um crescimento do número de pequenos estabelecimentos agrícolas, alterando as estimativas das medidas de desigualdade na distribuição da terra no país. O mesmo não aconteceria com os dados da PNAD.

Laurenti e Del Grossi (2000) relacionam a forte expansão do emprego doméstico e na construção civil, no meio rural, ao deslocamento de uma parte da população urbana que opta não só por possuir um segundo imóvel residencial para lazer e descanso, como também por mudar definitivamente o local de moradia para o campo. O motivo principal seria a busca por melhor qualidade de vida por meio de contato com a natureza e *modus vivendi* da população rural, sem abrir mão do emprego urbano com nível de renda esperada superior à da agricultura. Ao cultivar terra além de seus quintais ou ter uma pequena criação de gado para o autoconsumo, em que parte da produção pode até mesmo eventualmente ser comercializada, a pequena propriedade é considerada como uma unidade recenseável no Censo Agropecuário. Caso ela esteja situada na cauda inferior da distribuição da terra, pode ocorrer um aumento da disparidade da distribuição com uma queda na área média dos estabelecimentos, conforme poderá ser observado na próxima seção.

Por se tratar de uma pesquisa domiciliar, a PNAD capta melhor as áreas dos empreendimentos agrícolas de pessoas físicas do que jurídicas (ver quadro 1). Existem os casos das empresas de sociedade anônima. Seus sócios provavelmente não consideram os empreendimentos agrícolas da firma como sua propriedade. Além disso, alguns donos de empresas industriais e de serviços que também investem na agricultura devem informar ao IBGE que trabalham nos setores secundário e terciário. Eles não respondem a pergunta sobre a área do empreendimento agrícola, porque ela só é feita para quem diz estar ocupado como conta própria ou empregador na agricultura.

Quadro 1. Principais diferenças entre as informações sobre área dos estabelecimentos agrícolas, no Censo Agropecuário, e dos empreendimentos agrícolas, na PNAD.

Censo Agropecuário	PNAD
Por ser realizado nos estabelecimentos agrícolas, ele capta tão bem áreas ocupadas por pessoas físicas quanto jurídicas.	Por se tratar de uma pesquisa domiciliar, a PNAD tende a captar melhor as áreas dos empreendimentos agrícolas de pessoas físicas do que jurídicas.
As informações sobre área se referem a uma unidade de posse e não necessariamente de propriedade. A terra também pode ser explorada por regime de arrendamento, parceria, cessão ou posse.	Idem.
A agricultura não é necessariamente uma importante fonte de renda para o responsável pelo estabelecimento. É unidade recenseável todo tipo de exploração agropecuária, comercial ou de subsistência, de chácaras e sítios para lazer, exceto os quintais de residências com pequenos animais e hortas domésticas.	Os dados sobre área abrangem apenas quem tem atividade principal de empregador ou conta própria na agropecuária. Embora eles não contemplem todo tipo de atividade primária, a agricultura deve ser uma importante fonte de renda para o entrevistado.
A periodicidade atual da pesquisa é decenal e, no ano de 1995/96, há mudança no período de referência do ano civil para o ano agrícola. Ao comparar os dados dos censos, é preciso sempre considerar a possibilidade de as variações nos resultados serem explicadas, em alguma medida, por essa alteração. O censo de 1995/96 deve omitir um número maior de estabelecimentos precários do que os demais.	É possível acompanhar, anualmente, a evolução da estrutura fundiária desde 1992, tendo sempre o mês de setembro como o de referência. Como a pesquisa é amostral e é alta a assimetria na distribuição da terra, cuja amostra corresponde à apenas cerca de 0,2% da população na PNAD, as estimativas estão sempre sujeitas a substanciais erros de amostragem (ver item 4).
Não há publicação de microdados. As estimativas das medidas de desigualdade na distribuição da terra são realizadas com base nos estratos de área definidos pelo IBGE.	As informações são publicadas em microdados.

Fonte: Elaboração dos autores.

De acordo com as “Estatísticas Cadastrais” do INCRA, têm crescido o número e a participação de imóveis rurais de pessoas jurídicas no país: em 1972, existiam cerca de 29 mil imóveis de pessoas jurídicas, que representavam 0,9% do total de propriedades rurais e ocupavam 9,6% da área cadastrada; em 1978, o número subiu para 43 mil imóveis, 1,3% dos imóveis e 13,7% da área; em 1992, para 54 mil imóveis 1,7% dos imóveis e 19,5% da área; e em 1998, para 70 mil imóveis, 1,9% dos imóveis, e 19,4% da área. A falta de informações sobre as áreas de grandes empreendimentos agrícolas de pessoas jurídicas pode subestimar a desigualdade fundiária no país medida pelos dados da PNAD.

Assim como no caso dos estabelecimentos do censo, as áreas dos empreendimentos declaradas na PNAD se referem a uma unidade de posse e não necessariamente de propriedade. Os entrevistados podem ser proprietários, posseiros, parceiros, arrendatários e outras condições (IBGE, 2008). Mas como quem declara a área, na PNAD, é o entrevistado, se em um domicílio há duas ou mais pessoas trabalhando como conta própria ou empregador em um mesmo empreendimento agrícola, a área deste empreendimento pode ser informada mais de uma vez. Do total de 112.428 pessoas entrevistadas com área de empreendimento agrícola de 0,1 a 10.000 ha, nas PNAD de 1992 a 2007, 830 eram cônjuges e 1.075 filhos que declararam área igual à da pessoa de referência na família (Ney e Hoffmann, 2009). Os dados foram então depurados, excluindo os casos de “cônjuges” e “filhos” cuja área do empreendimento é igual à da “pessoa de referência” na família.

Todas as áreas não contínuas exploradas por um mesmo produtor são consideradas um único estabelecimento no Censo Agropecuário, desde que estejam em um único setor censitário, subordinadas a uma mesma administração, e utilizem os mesmos meios de produção. Na PNAD a diferença é que a área do empreendimento agrícola pode ser constituída por mais de um estabelecimento (áreas não contínuas), mesmo se localizados em estados ou municípios distintos. O IBGE inclusive recomenda ao entrevistador que, se uma pessoa tiver dois ou mais estabelecimentos com áreas informadas na mesma unidade de medida de superfície, seja registrada apenas a sua soma, ou seja, a área total do empreendimento. Só se a pessoa der informações em unidades de medida de superfície distintas é que a área de cada estabelecimento deve ser registrada separadamente. Neste caso, como utilizaremos sempre a área total do empreendimento, as medidas de área dos estabelecimentos de cada pessoa foram convertidas para hectares e somadas.³

Embora o conjunto de atividades com informações sobre área dos empreendimentos não abranja todo o setor agrícola, nas PNAD de 1992, 1996 e 1997, a área total dos

³ Nota-se que, pelo procedimento utilizado, cada conta própria e empregador, na PNAD, tem apenas um empreendimento, o qual pode ser constituído por mais de um estabelecimento (áreas não contínuas).

empreendimentos agrícolas foi superior à dimensão do Brasil, porque os empreendimentos de área muito grande correspondem a áreas gigantescas quando são multiplicados pelo fator de expansão da amostra. Outro problema é a existência de dados estranhos na cauda inferior da distribuição, na qual há empreendimentos de 1 m², por exemplo (Hoffmann, 1999). Com o objetivo de se obter um conjunto de informações mais coerentes sobre as áreas dos empreendimentos, foram excluídos aqueles que declararam área menor ou igual a 0,1 ha (1.000m²) ou maior ou igual a 10.000 ha. Além disso, também foram excluídas as pessoas sem informação sobre sua condição em relação ao empreendimento agrícola, ou seja, se são proprietários, parceiros, arrendatários ou de outras categorias.

A tabela 1 mostra o número de empreendimentos agrícolas com declaração de área na PNAD, conforme a condição do entrevistado em relação à área. Para todas as estimativas relacionadas aos dados da pesquisa, foram utilizados os microdados fornecidos pelo IBGE e cada observação foi multiplicada pelo seu fator de expansão, utilizando sempre a última versão disponível para os fatores de expansão divulgados pelo instituto. Em todo o período analisado, há uma expressiva diminuição do número de empreendimentos agrícolas. A tendência à queda, porém, nitidamente só se inicia a partir de 1999, tornando-se bem mais rápida a partir de 2004. De 1992 a 1999, o que se observa é inclusive um ligeiro aumento do número de produtores agrícolas (+1,8%).

Tabela 1. Número de empreendimentos agrícolas com declaração de área, conforme condição em relação à terra. PNAD, 1992 a 2008. (em milhares)

Ano	Proprietário	Parceiro	Arrendatário	Posseiro	Cessionário	Outras	Total
1992	2.691	486	488	163	454	40	4.322
1993	2.718	469	414	139	469	25	4.234
1995	2.736	519	406	174	450	47	4.332
1996	2.590	456	357	107	410	38	3.958
1997	2.680	465	346	175	516	28	4.210
1998	2.698	428	382	157	469	26	4.160
1999	2.862	450	413	151	460	63	4.399
2001	2.656	347	331	166	492	67	4.058
2002	2.685	366	302	173	512	33	4.072
2003	2.668	369	329	198	476	70	4.110
2004	2.708	391	289	142	480	70	4.080
2005	2.567	387	319	185	468	43	3.969
2006	2.593	344	323	123	440	57	3.879
2007	2.445	237	262	70	350	55	3.420
2008	2.399	235	284	110	298	51	3.377

Nota: Elaboração dos autores com base na PNAD.

As informações do Censo Agropecuário não são publicadas na forma de microdados, para garantir a confidencialidade das informações censitárias. As estimativas das medidas de desigualdade na distribuição da terra, mais especificamente do índice de Gini, índice de Atkinson e das proporções da área total apropriadas pelos 50% menores e 5% maiores estabelecimentos agrícolas, foram então obtidas utilizando os dados por estratos de área publicados pelo IBGE, sendo a desigualdade dentro de cada estrato estimada com base em uma função de densidade linear ou, no caso do último estrato, sem limite superior definido, uma distribuição de Pareto com 2 parâmetros (Hoffmann, 1998, p.69-74). Foi excluída, em todas as estimativas, a categoria de “produtor sem área” criada no Censo de 2006.

No último censo, houve o acréscimo de duas novas categorias na variável condição do produtor em relação às terras: produtor sem área, com cerca de 255 mil unidades produtivas e 4,9% do total de estabelecimentos, e assentado sem titulação definitiva, com 189 mil unidades e 3,7% do total. No censo de 1995/1996, quando o IBGE coletava informações sobre a produção agropecuária de empregados residentes nos estabelecimentos, ele aplicava um questionário para o estabelecimento e outro menor apenas para registrar o volume de produção dos empregados, o qual não representava um novo estabelecimento. Mas houve mudança no censo de 2006. Quando era identificada a existência de atividade agropecuária desvinculada do responsável pela administração do estabelecimento (produtor), o instituto passou a classificar a produção do empregado como outro estabelecimento, agora considerado “Produtor sem área”, registrando todos os quantitativos e aplicando todos os parâmetros da pesquisa (IBGE, 2009).

O IBGE (2009, p. 33) afirma que, no censo de 1995/1996, os recenseadores foram orientados a considerar os assentados sem titulação definitiva como ocupantes. Embora o instituto reconheça que alguns entrevistados, por já ocuparem a terra por muito tempo, possam ter se declarado proprietários, ele recomenda que no *“acompanhamento da série histórica, a categoria Ocupante em 1995-1996 pode ser confrontada com os dados de 2006 dos totais entre as categorias Assentado sem Titulação e Ocupante”*. Seguindo a recomendação do IBGE, as duas categorias foram agregadas na de ocupante (ver tabela 2).

Tabela 2. Número e área total dos estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Censo Agropecuário, 1975 a 2006.

Condição do produtor	Número de estabelecimentos(1000)					Área dos estabelecimentos(1000ha)				
	1975	1980	1985	1995/96	2006	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	3.199	3.390	3.746	3.604	3.946	288.777	324.633	340.348	331.655	306.848
Arrendatário	570	585	575	268	230	9.698	12.837	11.758	8.649	9.005
Parceiro	299	318	444	277	143	3.118	3.831	4.920	3.175	1.985
Ocupante	920	858	1.029	690	602	22.304	23.553	17.899	10.133	12.103
Total	4.988	5.151	5.793	4.838	4.920	323.896	364.854	374.925	353.611	329.941

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Enquanto os dados da PNAD mostram uma ligeira queda de aproximadamente 4,0 milhões para 3,9 milhões de empreendimentos (-2,0%) de 1996 a 2006, os Censos Agropecuários referentes aos mesmos anos mostram um ligeiro crescimento do número de estabelecimentos de cerca de 4,8 milhões para 4,9 milhões (+1,7%). Nas duas pesquisas, porém, há uma clara tendência à diminuição do número de não proprietários: parceiros, arrendatários, cessionários, posseiros e outras. A queda no número de estabelecimentos entre os censos de 1985 e 1995/96, que poderia ser parcialmente explicada pela exclusão dos estabelecimentos temporários provocada pelo uso do ano agrícola em 1995/96, é confirmada em 2006. Se não fosse a exclusão, a variação estimada seria provavelmente menor de 1985 a 1995/96 e maior entre os dois últimos censos. Isso pode ser observado nos dados da PNAD, em que a diminuição do número de parceiros, arrendatários e cessionários ocorre de forma mais intensa depois de 1999 (ver tabela 1).

O contraste entre a evolução do número de estabelecimentos, no censo, e empreendimentos, na PNAD, está associado principalmente à categoria de *proprietários*. Enquanto na segunda pesquisa a tendência é de queda, com um coeficiente de correlação de Pearson de -0,629 e estatisticamente significativo ao nível de 5%, no primeiro caso há um aumento de 3,6 milhões para 3,9 milhões de *proprietários* de 1995/96 a 2006 (ver tabelas 1 e 2). Uma explicação seria o uso do ano agrícola no censo de 1995/96. Mas considerando que o abandono de terras pelos proprietários após a safra não ocorre como no caso dos estabelecimentos temporários de parceiros e arrendatários, que podem abandonar a terra para não pagar mais aluguel, a eventual subestimação do número de proprietários no censo de 1995/96 seria insuficiente para explicar o seu substancial crescimento numérico quando são comparados os dois últimos censos. Conforme poderá se observar, a provável explicação está na construção de residências, no meio rural, pela população cuja atividade principal não é a agrícola.

3. A distribuição da posse da terra de acordo com o Censo Agropecuário

As palavras desigualdade e concentração são comumente empregadas, na literatura, como se fossem sinônimas, o que pode levar à interpretação errônea de que o crescimento de uma medida de desigualdade na distribuição da posse da terra, particularmente o índice de Gini, significa o aumento da área total ocupada pelos latifúndios. Como mostra Hoffmann (1998), o termo concentração tem, em certos estudos, um significado distinto de desigualdade.

Uma desigualdade fundiária elevada é caracterizada pelo fato de haver uma grande *proporção* da área total ocupada por uma pequena *proporção* dos estabelecimentos. Se tivéssemos uma situação hipotética de uma região onde houvesse um pequeno número de latifúndios e todos com o mesmo tamanho, a proporção acumulada da terra seria sempre igual à proporção acumulada dos estabelecimentos. O resultado seria um índice de Gini igual a zero, mesmo em um contexto de grande concentração fundiária, no qual a maior parte da população não tem terra para plantar (Hoffmann, 1998).

É importante ressaltar que, no caso das estimativas relacionadas à desigualdade fundiária, as pessoas que não têm estabelecimentos (empreendimentos) agropecuários, porque não possuem terra suficiente para plantar, não entram nas estimativas. Partindo da mesma situação hipotética do parágrafo anterior, se o governo resolvesse distribuir pequenos lotes para agricultores “sem-terra”, desapropriando um dos latifúndios, a desigualdade fundiária aumentaria, mesmo com uma redução da sua concentração, que é tão mais baixa quanto menor for a *proporção* da área total apropriada por um pequeno *número* de produtores rurais (ver anexo 2)⁴.

Nesse sentido, é possível que a criação de pequenas propriedades rurais por meio de um programa de reforma agrária, por exemplo, ao aumentar o número de estabelecimentos na cauda inferior da distribuição da posse da terra, contribua para o crescimento da desigualdade fundiária e, ao mesmo tempo, reduza a concentração. Seu efeito, no índice de Gini, pode ser semelhante ao aumento da “concentração” da terra em latifúndios. A diferença entre as duas situações é que, na primeira, a tendência seria de diminuição da área média. O mesmo, porém, aconteceria se parte da população urbana resolvesse adquirir um sítio ou chácara, mantendo seu emprego na cidade e cultivando a terra apenas para

⁴ As medidas de concentração são bastante utilizadas para medir o nível de concentração industrial, usando como variáveis o valor da produção, o valor adicionado, o número de empregados ou o valor do capital de cada empresa. Segundo Hoffmann (1998, p. 245), dizemos que “há grande concentração em uma indústria quando uma grande proporção da produção total se origina de um pequeno número de empresas, caracterizando uma situação de oligopólio”. Ver exemplos e explicações adicionais no anexo 2.

complementar a renda familiar ou produzir alimentos mais saudáveis para o consumo próprio, sem que seu nível de renda tenha uma forte relação com a atividade agrícola.

A tabela 3 mostra o número de estabelecimentos agropecuários, conforme três estratos de área e condição do produtor. Nota-se que houve, de 1995/96 a 2006, um aumento de quase 392 mil estabelecimentos de *proprietários* com área inferior à 10 ha (+28,1%), ao passo que há uma redução de cerca de 50 mil estabelecimentos com área superior à 100 ha (-10,3%). O resultado é uma expressiva mudança na proporção de pequenas e grandes propriedades. Os percentuais das que têm menos de 10 ha e das com mais de 100 ha são, respectivamente, de 36,9% e 13,3%, em 1975, 36,6% e 13,8%, em 1980, 38,2% e 13,4%, em 1985, 38,7% e 13,4%, em 1995/1996 e de 45,3% e 11,0%, em 2006.

Tabela 3. Número e área total dos estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme três estratos de área e condição do produtor. Censo Agropecuário, 1975 a 2006.

Condição do produtor e ano	Menos de 10 ha		10 a menos de 100 ha		100 ha e mais		Total	
	Nº	Área (1.000 ha)	Nº	Área (1.000 ha)	Nº	Área (1.000 ha)	Nº	Área (1.000 ha)
Proprietário								
1975	1.181.651	5.024	1.592.798	51.760	424.630	231.992	3.199.079	288.777
1980	1.241.209	5.246	1.682.147	55.136	466.415	264.252	3.389.771	324.633
1985	1.431.270	5.773	1.813.879	59.790	500.913	274.785	3.746.062	340.348
1995/96	1.396.271	5.577	1.722.972	57.119	484.388	268.958	3.603.631	331.655
2006	1.787.949	6.285	1.724.015	55.615	434.312	244.948	3.946.276	306.848
Arrendatário								
1975	481.839	1.120	68.132	1.968	19.911	6.610	569.882	9.698
1980	475.057	1.114	86.816	2.497	23.520	9.226	585.393	12.837
1985	466.777	1.039	85.049	2.651	22.683	8.067	574.509	11.758
1995/96	200.245	448	52.827	1.657	14.864	6.544	267.936	8.649
2006	156.836	361	58.170	1.811	15.104	6.834	230.110	9.005
Parceiro								
1975	232.606	924	63.871	1.307	2.581	886	299.058	3.118
1980	247.288	908	67.650	1.431	3.466	1.492	318.404	3.831
1985	365.262	1.187	73.056	1.570	5.549	2.163	443.867	4.920
1995/96	238.912	585	34.240	836	3.879	1.753	277.031	3.175
2006	124.512	252	14.993	440	3.026	1.293	142.531	1.985
Ocupante								
1975	705.769	1.914	174.148	5.136	40.516	15.254	920.433	22.304
1980	634.465	1.736	180.161	5.431	42.961	16.386	857.587	23.553
1985	801.513	1.987	188.356	5.554	38.697	10.358	1.028.566	17.899
1995/96	566.946	1.271	106.448	3.081	16.191	5.781	689.585	10.133
2006	407.774	901	174.399	5.027	19.375	6.175	601.548	12.104
Total								
1975	2.601.860	8.983	1.898.949	60.172	487.638	254.742	4.988.447	323.896
1980	2.598.019	9.004	2.016.774	64.494	536.362	291.356	5.151.155	364.854
1985	3.064.822	9.987	2.160.340	69.565	567.842	295.373	5.793.004	374.925
1995/96	2.402.374	7.882	1.916.487	62.694	519.322	283.035	4.838.183	353.611
2006	2.477.071	7.799	1.971.577	62.893	471.817	259.250	4.920.465	329.941

Fonte IBGE, Censos Agropecuários.

Considerando o total de estabelecimentos, o aumento de 74,7 mil produtores agrícolas com menos de 10 ha é bem menor do que o do número de proprietários. O motivo é a queda do contingente de pequenos agricultores arrendatários e parceiros de 439 mil, em 1995/96, para 281 mil, em 2006 (-35,9%). E essa diminuição pode estar ainda subestimada pela coleta dos dados do Censo de 1995/96 a partir do mês de agosto, que tende a excluir maior número de estabelecimentos temporários do que se fosse realizada a partir do mês de abril, tal como no censo de 2006. Os dados deixam claro que, enquanto há um crescimento do número e da área total ocupada por propriedades agrícolas de até 10 ha, ocorre uma diminuição da utilização de pequenas áreas na forma de parceria e arrendamento de mais de 1 milhão para pouco mais de 600 mil hectares.

É importante ainda ressaltar que as atuais 1,8 milhão de unidades produtoras e os 6,3 milhões de hectares ocupados pelos agricultores *proprietários* com até 10 ha são os maiores valores registrados desde o censo de 1975, ao contrário dos valores observados para arrendatários e parceiros, os menores em todo o período analisado. Em relação aos arrendatários, por exemplo, os quase 157 mil estabelecimentos, pertencentes ao menor estrato de área, em 2006, representam menos de 1/3 dos quase 482 mil recenseados há mais de 30 anos. Queda semelhante ocorre em relação à área total ocupada.

As tabelas 4 e 5 mostram, respectivamente, os índices de Gini e de Atkinson da distribuição fundiária e a proporção da área total agrícola ocupada pelos 50% menores e 5% maiores estabelecimentos. Como o primeiro índice é uma medida de desigualdade mais sensível a alterações na distribuição nas vizinhanças de sua mediana, sua relativa estabilidade pode estar deixando de revelar modificações em outras partes da distribuição, sendo aconselhável o uso de outras medidas de desigualdade. Foi utilizado então o índice de Atkinson, que é uma medida de desigualdade particularmente sensível a modificações na cauda inferior da distribuição, na tentativa de captar melhor o efeito do aumento no número de pequenos produtores agrícolas.

Cabe ressaltar que todos os indicadores apresentados nas tabelas 4 e 5 foram obtidos com a mesma metodologia, utilizando as tabelas publicadas pelo IBGE e estimando a desigualdade dentro dos estratos de área. Para 1985, 1995/96 e 2006 o próprio IBGE calculou o índice de Gini usando os dados individuais (área de cada estabelecimento), obtendo, respectivamente, 0,857 , 0,856 e 0,854.

Tabela 4. Índice de Gini e índice de Atkinson da distribuição da posse da terra, conforme a condição do produtor. Censo Agropecuário, 1975 a 2006

Condição do produtor	Índice de Gini					Índice de Atkinson				
	1975	1980	1985	1995/96	2006	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,830	0,835	0,834	0,836	0,849	0,818	0,826	0,830	0,834	0,861
Arrendatário	0,871	0,882	0,878	0,890	0,880	0,850	0,870	0,869	0,897	0,900
Parceiro	0,651	0,718	0,752	0,830	0,880	0,566	0,654	0,694	0,792	0,867
Ocupante	0,861	0,863	0,833	0,850	0,812	0,844	0,853	0,818	0,831	0,836
Total	0,855	0,857	0,858	0,857	0,856	0,856	0,860	0,865	0,867	0,874

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE.

Tabela 5. Proporção da área total ocupada pelos 50% menores (50⁻) e 5% maiores (5⁺) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Censo Agropecuário, 1975 a 2006.

Condição do produtor	50 ⁻					5 ⁺				
	1975	1980	1985	1995/96	2006	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	3,6	3,4	3,3	3,2	2,7	65,7	66,5	66,2	66,3	68,4
Arrendatário	2,8	2,3	2,3	1,6	1,4	74,9	75,7	73,0	73,8	71,2
Parceiro	11,3	8,4	7,3	4,5	2,9	45,3	53,8	58,7	69,7	77,6
Ocupante	2,9	2,6	3,4	3,3	2,7	70,7	69,5	63,5	69,0	57,6
Total	2,5	2,4	2,3	2,3	2,3	68,7	69,3	69,0	68,8	69,3

Fonte: Censos Agropecuários, IBGE.

Conforme pode se observar, o índice de Gini apresenta forte estabilidade desde o Censo Agropecuário de 1975, variando de um mínimo de 0,855, em 1975, a um máximo valor de 0,858, em 1985. O índice de Atkinson, ao contrário, apresenta uma tendência sistemática de crescimento, subindo de 0,856, em 1975, para 0,874, em 2006. Os dados, portanto, indicam que não há uma tendência à redução da desigualdade na distribuição da posse da terra desde 1975. Além disso, o aumento do último índice indica que a desigualdade cresce quando se ressalta o efeito de mudanças na cauda inferior da distribuição provocadas pelo crescimento do número de pequenos estabelecimentos.

Considerando a possibilidade de a desigualdade no censo de 1995/1996 estar subestimada quando comparada à de 2006, por causa da exclusão de parte dos estabelecimentos precários naquela pesquisa, uma estabilidade da desigualdade estimada

poderia acontecer em uma situação de queda real na desigualdade da distribuição da terra. A análise da distribuição da terra na categoria de proprietários, portanto, talvez fosse a mais indicada. Neste caso, o índice de Gini sobe de 0,836 para 0,849 e o de Atkinson passa de 0,834 para 0,861. O resultado comprova mais uma vez a forte inércia da desigualdade fundiária a variações decrescentes, indicando inclusive a possibilidade de ela ter aumentado nos últimos anos.

Considerando ainda apenas o grupo de proprietários, a tabela 5 mostra que, em 2006, a proporção da área total ocupada pelos 50% menores estabelecimentos agropecuários é de apenas 2,7%, após ter diminuído sistematicamente desde 1975. Já o percentual da área ocupada pelos 5% maiores estabelecimentos é de 68,4%. A desigualdade fundiária é tão elevada que a área total ocupada por este último estrato de área é 25,3 vezes superior à ocupada pelo primeiro estrato.

Ainda que possa ter ocorrido, a partir de 1995, o crescimento da desigualdade fundiária, ele não deve ser erroneamente interpretado como aumento da “concentração” da posse da terra pelos latifúndios. Se tivesse acontecido apenas o crescimento dos latifúndios, a área média dos estabelecimentos deveria aumentar. Ela, porém, diminuiu de 73,1 para 67,1 ha (ver tabela 6). A redução foi ainda mais intensa entre os proprietários: de 92,0 para 77,8 ha. Considerando esta categoria de produtores agrícolas, nota-se que houve uma queda percentual ainda maior da área mediana de 15,2 para 11,9 ha (-21,7%). Os dados indicam que o índice de Gini aumentou entre os proprietários de terra essencialmente devido ao crescimento do número de pequenos estabelecimentos.

Tabela 6. Áreas média e mediana, em hectares, por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Censos Agropecuários, 1975 a 2006.

Condição do produtor	Área Média					Área Mediana				
	75	80	85	95/96	2006	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	90,3	95,8	90,9	92,0	77,8	15,9	16,1	15,3	15,2	11,9
Arrendatário	17,0	21,9	20,5	32,3	39,1	1,9	2,1	1,9	2,3	3,1
Parceiro	10,4	12,0	11,1	11,5	13,9	4,7	4,3	3,4	2,2	1,5
Ocupante	24,2	27,5	17,4	14,7	20,1	2,9	3,2	2,6	2,1	3,1
Total	64,9	70,8	64,7	73,1	67,1	8,9	9,7	8,4	10,1	9,7

Fonte IBGE, Censos Agropecuários.

A disparidade na distribuição da terra é alta em todas as unidades da federação, sendo que sete estados têm índice de Gini maior ou igual a 0,85, oito e mais o Distrito Federal de 0,80 a menos de 0,85, cinco estados de 0,75 a menos de 0,80, três de 0,70 a menos de 0,75, e apenas dois, Santa Catarina e Roraima, com menos de 0,70 (ver tabela 6). Alagoas tem a desigualdade fundiária, medida pelo índice de Gini, mais elevada, 0,871, seguido pelo Maranhão, 0,866, Mato Grosso, 0,865, Ceará, 0,862, Mato Grosso do Sul, 0,857, Piauí, 0,856, e Amapá, 0,851. Nota-se ainda que Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Amapá não só estão entre os estados com maior desigualdade de terra, como também com maior área média dos estabelecimentos agrícolas: 465,6, 427,0 e 283,0 hectares, respectivamente. Nestes casos há uma clara concentração da terra em latifúndios. Já os estados nordestinos, como Alagoas, por exemplo, têm desigualdade fundiária alta, mas a agricultura também é caracterizada por uma grande participação de pequenas propriedades agrícolas (IBGE, 2009).

A estabilidade do índice de Gini, registrada para o país como um todo, não é observada em todos os estados brasileiros. Na comparação dos dados de 1975 com os de 2006, ele cai de 0,887 para 0,666 (-24,9%), em Roraima, de 0,921 para 0,838 (-9,0%), no Amazonas, de 0,944 para 0,865 (-8,4%), em Mato Grosso, enquanto sobe de 0,628 para 0,733 (+16,7%), no Espírito Santo, de 0,623 para 0,714 (+14,6%), em Rondônia, e de 0,632 para 0,716 (+13,3%), no Acre. Nos estados do Rio de Janeiro, Amapá e Pernambuco a variação é de menos de 1% para mais ou para menos. Nota-se ainda que os estados onde há maior aumento do Índice de Gini também registram grande queda na área média dos estabelecimentos, o que mostra que não houve necessariamente aumento da concentração da terra em latifúndios. No Espírito Santo, por exemplo, ela cai de 63,4 para 33,9 hectares (-46,5%). A disparidade de terra aumentou, portanto, essencialmente devido ao crescimento do número de estabelecimentos situados na cauda inferior da distribuição.

Em Mato Grosso, onde tem acontecido nos últimos anos a expansão das grandes plantações de grãos, surpreende a queda sistemática do índice de Gini de 0,944, em 1975, para 0,865, em 2006. No entanto, a área média dos estabelecimentos aumentou de 391,6 hectares para 427,0 hectares. Nesse caso, a desigualdade fundiária caiu mesmo com o crescimento no número de grandes estabelecimentos. O estado de Roraima registrou tanto a maior queda no índice de Gini (-24,9%) quanto da área média dos estabelecimentos (-71,7%), o que mostra que ele caiu da posição do 6º estado com a maior desigualdade fundiária do país para a de menor desigualdade por meio do crescimento do número de estabelecimentos relativamente pequenos na região, embora os estabelecimentos agropecuários do estado ainda sejam, em média, grandes: 172,3 hectares, valor 2,7 vezes superior à média nacional (ver tabelas 6 e 7).

Tabela 7. Área média dos estabelecimentos agropecuários, em hectares, e índice de Gini da distribuição da posse da terra, conforme Unidade da Federação. Censo Agropecuário, 1975 a 2006.

Unidade geográfica	Área Média					Índice de Gini					
	75	80	85	95/96	2006	75	80	85	95/96	2006	
NO	Rondônia	121,0	108,0	74,8	115,5	96,7	0,623	0,653	0,656	0,766	0,714
	Acre	172,5	207,5	149,4	133,8	126,5	0,632	0,693	0,626	0,723	0,716
	Amazonas	70,1	70,2	50,5	40,0	64,5	0,921	0,871	0,820	0,809	0,838
	Roraima	608,2	658,2	336,5	402,5	172,3	0,887	0,788	0,753	0,815	0,666
	Pará	86,5	91,6	97,8	109,2	109,1	0,868	0,843	0,828	0,815	0,821
	Amapá	185,2	186,4	250,8	213,8	283,0	0,855	0,850	0,865	0,835	0,851
NE	Maranhão	25,1	30,6	29,5	35,5	57,0	0,927	0,926	0,924	0,904	0,866
	Piauí	48,6	44,8	43,8	46,7	43,0	0,898	0,898	0,897	0,874	0,856
	Ceará	43,7	47,8	34,0	26,4	23,2	0,784	0,780	0,816	0,846	0,862
	Rio G. do Norte	41,8	42,4	37,9	41,0	40,5	0,862	0,851	0,854	0,853	0,824
	Paraíba	23,7	29,3	24,0	28,1	23,6	0,845	0,828	0,843	0,835	0,821
	Pernambuco	19,9	20,2	18,8	21,6	19,1	0,829	0,825	0,831	0,822	0,825
	Alagoas	19,8	20,3	16,6	18,6	17,9	0,846	0,847	0,860	0,865	0,871
	Sergipe	17,9	19,8	16,7	17,2	15,1	0,855	0,848	0,860	0,848	0,822
	Bahia	46,1	47,1	45,2	42,7	39,3	0,812	0,826	0,841	0,835	0,839
	SE	Minas Gerais	96,4	96,8	83,4	82,2	60,8	0,756	0,768	0,772	0,773
Espírito Santo		63,4	64,0	56,3	47,7	33,9	0,628	0,657	0,673	0,692	0,733
Rio de Janeiro		45,2	41,0	35,8	45,0	36,2	0,791	0,805	0,816	0,791	0,798
São Paulo		73,9	73,8	71,8	79,8	74,1	0,775	0,774	0,772	0,760	0,803
SU	Paraná	32,7	36,1	35,8	43,1	42,2	0,729	0,743	0,752	0,743	0,770
	Santa Catarina	33,3	34,6	31,6	32,5	31,9	0,659	0,680	0,685	0,673	0,680
	Rio G. do Sul	50,2	50,7	48,0	50,8	46,5	0,755	0,762	0,764	0,763	0,772
CO	Mato G. do Sul	496,0	642,7	570,2	628,3	465,6	0,909	0,871	0,861	0,823	0,857
	Mato Grosso	391,6	545,7	485,6	633,0	427,0	0,944	0,922	0,910	0,871	0,865
	Goiás + Tocantins	280,9	311,3	264,3	286,0	211,3	0,749	0,755	0,756	0,741	0,782
	Distrito Federal	99,5	107,6	92,3	99,6	63,6	0,783	0,755	0,776	0,802	0,818

Fonte: Elaboração dos autores.

Caso a expansão do número de minifúndios esteja associada ao fortalecimento da agricultura familiar, estimulada pelas políticas de reforma agrária e de apoio ao pequeno produtor rural, seu efeito deve ser sentido tanto nos dados do censo quanto da PNAD. O mesmo, porém, não pode ser dito em relação à construção de residências rurais pela população urbana, a qual tende a ter pouco efeito nas estimativas de distribuição de terra que utilizam os dados da PNAD, porque eles se referem às pessoas com atividade única ou principal no setor primário. Nesse sentido, caso os dados da PNAD não confirmem o crescimento do número de pequenas propriedades, há um forte indício de que esse aumento no censo provavelmente foi provocado pela formação de chácaras e sítios voltados para a moradia de pessoas cujo nível de renda tem pouca relação com a agricultura.

4. A distribuição da posse da terra e da renda agrícola de acordo com a PNAD

A tabela 8 mostra algumas características da distribuição da posse da terra no Brasil de empreendimentos de 0,1 a 10.000 hectares com base nas informações das PNAD de 1992 a 2008. A figura 1, por sua vez, permite visualizar graficamente as variações do índice de Gini e de Atkinson. Nota-se que a desigualdade apresenta variações expressivas em todo o período analisado. Ela sobe inexplicavelmente de forma brusca, em 2006, e cai de forma abrupta, em 2007. Essas fortes variações fazem com que, considerando os índices estimados, os dois anos registrem a maior e menor disparidade na distribuição da terra.

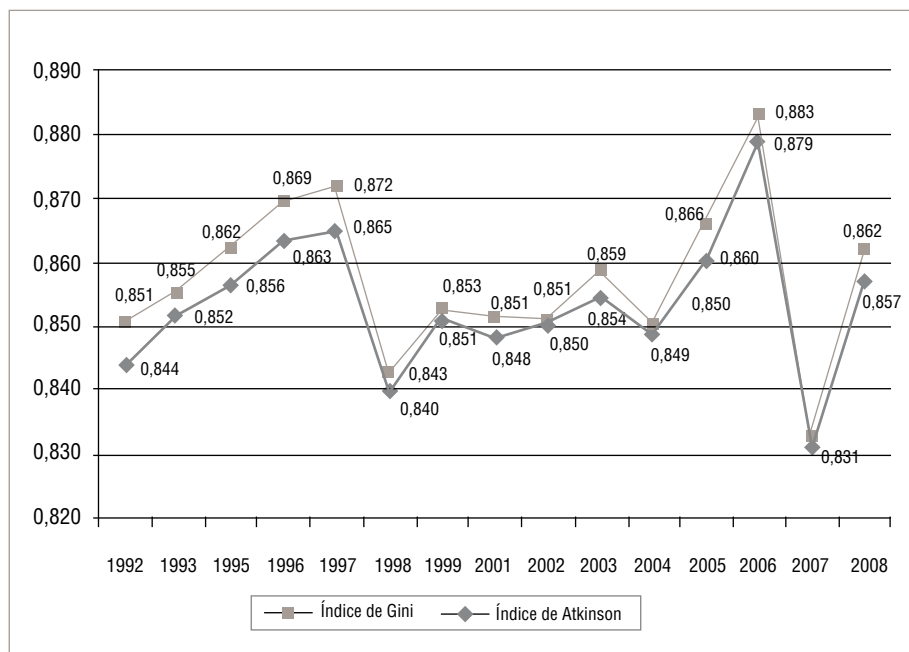
A PNAD tem por finalidade produzir informações básicas que contribuam para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país, investigando de forma permanente diversas características gerais da população, tais como educação, trabalho, renda, fecundidade e habitação (IBGE, 2008). Como ela tem múltiplos propósitos e é de grande abrangência territorial, é quase impossível isolar os erros provenientes de flutuações aleatórias, ou seja, os erros de amostragem. A área do empreendimento agrícola é, particularmente, uma variável com distribuição muito desigual e assimétrica e cuja amostra corresponde à cerca de 0,2% da população. Assim, todas as estimativas relacionadas a essa variável, obtidas com os dados da PNAD, estão sujeitas a substanciais erros de amostragem, causados, sobretudo, pela inclusão de um número maior ou menor de empreendimentos situados na cauda superior da distribuição da terra.

Tabela 8. Principais características da distribuição da área dos empreendimentos agrícolas de 0,1 a menos de 10.000 hectares de acordo com os dados das PNAD. Brasil, 1992 a 2008.

Estatística	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
N na amostra	8.168	7.980	8.261	7.308	8.130	7.866	8.232	8.040	8.113	8.146	8.025	7.933	7.701	6.620	6.310
N na população (10 ³)	4.322	4.234	4.332	3.958	4.210	4.160	4.399	4.058	4.072	4.110	4.080	3.969	3.879	3.420	3.377
Área total (10 ⁶)	219	231	232	223	238	184	204	196	202	221	197	219	246	152	171
Área média	50,7	54,5	53,6	56,3	56,5	44,3	46,5	48,2	49,6	53,7	48,2	55,2	63,5	44,4	50,5
Percentis															
25 ^a	2,0	2,0	2,0	2,0	1,8	1,8	1,8	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
50 ^a	7,0	7,0	6,0	6,0	6,0	6,0	5,0	6,0	6,0	6,5	6,1	6,0	6,0	7,3	6,1
75 ^a	25,0	25,0	24,2	24,2	24,2	24,2	24,0	24,2	24,2	24,2	24,2	25,0	24,2	25,0	24,2
90 ^a	90,0	90,0	84,7	87,0	84,0	72,6	72,6	77,4	75,0	82,3	72,6	80,0	77,4	70,0	72,6
95 ^a	193,6	193,6	192,6	186,3	183,9	150,0	151,3	159,7	152,5	193,6	160,0	193,6	181,0	140,0	150,0
99 ^a	822,8	850,0	932,0	898,0	850,0	726,0	700,0	813,0	780,0	871,2	800,0	1.000,0	1.034,0	626,0	1.000,0
Índice de Gini (G)	0,844	0,852	0,856	0,863	0,865	0,840	0,851	0,848	0,850	0,854	0,849	0,860	0,879	0,831	0,857
Índice de Atkinson (A)	0,851	0,855	0,862	0,869	0,872	0,843	0,853	0,851	0,851	0,859	0,850	0,866	0,883	0,833	0,862
% da área total dos															
50% menores	2,3	2,3	2,1	2,0	1,9	2,4	2,2	2,3	2,3	2,2	2,3	2,0	1,8	2,9	2,2
10% maiores	77,1	78,4	79,3	79,9	80,3	76,3	78,2	77,9	78,3	79,3	78,1	80,1	82,7	75,4	79,4
5% maiores	64,5	66,8	68,0	69,2	69,5	64,7	66,8	66,6	67,5	67,9	67,1	69,6	73,7	64,9	69,1
1% maiores	36,1	39,9	39,2	42,7	44,2	37,5	40,2	38,6	41,3	38,4	38,9	40,8	48,6	39,0	41,9

Fonte: Elaboração dos autores.

Figura 1. Variação dos índices de Gini e de Atkinson da distribuição da área dos empreendimentos agrícolas. Brasil, 1992 a 2008.



Fonte: Elaboração dos autores.

A área mediana, por ser uma medida de tendência central menos afetada por valores muito altos, é quase sempre igual a 6 ou 7 ha. O mesmo acontece com o valor do primeiro quartil, em torno de 2 hectares, e do terceiro quartil, sempre igual a 24 ou 25 ha (tabela 8). Podemos assim afirmar, com boa margem de segurança, que os empreendimentos com área inferior 6 hectares estão entre os 50% menores. O mesmo não acontece, porém, com os valores dos últimos percentis, para os quais é notória a forte oscilação, de forma aparentemente casual ao longo do tempo, sem uma tendência clara à queda ou ao crescimento. No caso do 99º percentil, por exemplo, ele varia, em todo período analisado, de um mínimo de 626 ha a um máximo de 1.034 ha, sendo os dois valores curiosamente observados em dois anos consecutivos: 2007 e 2006, respectivamente. A exclusão de estabelecimentos com área maior ou igual a 10.000 hectares, embora minimize os problemas de flutuações aleatórias, claramente não é suficiente para eliminá-los.

Mudanças bruscas de um ano para outro em qualquer medida da distribuição da terra podem assim ser ocasionadas por erros de amostragem. De qualquer forma, ao se observar toda série temporal, é possível analisar o seu padrão de variação e verificar até que

ponto a desigualdade fundiária nos últimos anos tende a diminuir ou a aumentar. Além disso, comparando com as informações dos Censos Agropecuários, podemos observar que os dados sobre distribuição da posse da terra na PNAD são bastante consistentes, conforme já foi ressaltado por Hoffmann (2001). As médias do índice de Gini e do índice de Atkinson, de 1992 a 2008, são respectivamente de 0,853 e 0,857, valores próximos aos obtidos do Censo. E o mesmo vale para a proporção da área total apropriada pelos diferentes estratos de área delimitados por percentis (ver tabelas 4 e 8).

Conforme pode se observar na figura 1, assim como acontece com os dados do Censo Agropecuário, os da PNAD não mostram uma tendência clara de redução ou crescimento da desigualdade fundiária medida pelos índices de Gini e de Atkinson, cujos valores, em 2008, são respectivamente de 0,857 e 0,862. O coeficiente de correlação entre o tempo e o índice de Gini é de apenas 0,076, e entre o tempo e o índice de Atkinson de 0,006, sendo que nenhum possui significância estatística. A disparidade na distribuição da posse da terra ainda é tão elevada que, em 2008, os 50% menores empreendimentos ocupam 2,2% da área total agrícola, enquanto os 10%, 5% e 1% maiores se apropriam, respectivamente, de 79,4%, 69,1% e 41,9% da área (ver tabela 8).

Por se tratar de uma pesquisa domiciliar, a classificação dos empreendimentos agrícolas por regiões, na PNAD, considera a localização da residência do empregador ou conta própria que declarou área, e não a localização da sua unidade produtiva. Se, por exemplo, um fazendeiro residente no Sudeste explora propriedades em outras regiões, toda sua área fica associada àquela região. Mesmo com essa restrição, os dados não deixam dúvida que as diferenças entre o tamanho dos empreendimentos agrícolas no país estão claramente associadas à região. Em 2008, a área média de 235,5 ha ocupada pelos agricultores residentes no Centro-Oeste é 4,7 vezes superior à área média de 50,5 ha no Brasil, 12,1 vezes superior à de 19,5 ha no Nordeste, 3,6 vezes superior à de 65,4 ha no Sudeste, e 5,1 vezes à de 46,6 ha no Sul (ver tabela 9).

A desigualdade na distribuição da terra é altíssima para todas as grandes regiões brasileiras. Como a PNAD não cobria até 2003 a área rural dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, não foram realizadas estimativas para a região Norte. Considerando as médias de 0,852 do índice Gini e de 0,839 do índice de Atkinson estimadas para a região Nordeste, de 1992 a 2008, ela se destaca como a que tem a estrutura fundiária mais desigual, sendo a única em que os dois indicadores estão frequentemente acima dos valores estimados para todo o Brasil. Em seguida, vem a região Sudeste, 0,813 e 0,817, Centro-Oeste, 0,800 e 0,802, e Sul, 0,770 e 0,717.

Tabela 9. Principais características da distribuição da área dos empreendimentos agrícolas de 0,1 a menos de 10.000 hectares de acordo com os dados das PNAD. Grandes regiões, 1992 a 2008.

Estadística	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Nordeste N (10 ³)	2.128	2.085	2.210	1.998	2.233	2.249	2.439	2.169	2.195	2.248	2.247	2.145	2.070	1.705	1.688
Área média (ha)	20,5	27,0	20,9	25,3	25,7	21,1	18,0	26,0	19,9	26,4	23,1	28,5	34,4	17,9	19,5
Índice de Gini (G)	0,841	0,868	0,855	0,868	0,872	0,841	0,837	0,867	0,820	0,857	0,852	0,875	0,901	0,794	0,831
Índice de Atkinson (A)	0,825	0,856	0,839	0,859	0,860	0,828	0,811	0,857	0,803	0,851	0,837	0,866	0,892	0,783	0,821
% da área total dos															
50% menores	2,9	2,4	2,8	2,3	2,3	2,8	3,3	2,4	3,3	2,4	2,7	2,1	1,8	3,6	3,0
5% maiores	64,7	70,8	67,7	69,3	71,5	64,0	65,2	70,8	59,1	66,8	67,4	72,1	78,6	55,2	62,7
1% maiores	37,2	45,6	41,5	44,9	47,9	37,9	37,7	44,6	33,4	35,5	43,3	46,5	59,9	31,2	36,9
Sudeste N (10 ³)	841	809	811	745	731	716	740	665	612	607	581	612	616	576	568
Área média (ha)	64,2	75,2	74,5	83,4	94,6	61,1	64,5	70,3	83,3	83,5	70,3	94,4	70,9	61,7	65,4
Índice de Gini (G)	0,772	0,817	0,809	0,828	0,864	0,804	0,771	0,816	0,851	0,819	0,815	0,850	0,811	0,791	0,794
Índice de Atkinson (A)	0,782	0,826	0,810	0,837	0,866	0,805	0,766	0,817	0,856	0,815	0,815	0,858	0,809	0,784	0,802
% da área total dos															
50% menores	3,9	3,1	3,4	2,7	2,2	3,4	4,2	3,3	2,4	3,0	3,3	2,4	3,5	4,0	3,4
5% maiores	50,6	60,8	58,4	62,3	66,6	58,3	52,1	60,3	67,9	58,3	60,7	66,5	60,6	57,9	55,0
1% maiores	25,6	35,4	28,9	32,6	42,8	30,0	26,9	33,4	42,2	28,3	30,6	37,8	35,3	28,9	24,5
Sul N (10 ³)	982	953	924	882	858	822	817	873	887	878	883	845	833	793	802
Área média (ha)	48,6	37,4	43,5	43,9	51,6	33,7	53,8	40,9	43,5	52,1	48,2	38,6	70,8	41,4	46,6
Índice de Gini (G)	0,786	0,718	0,746	0,767	0,774	0,700	0,802	0,756	0,765	0,791	0,782	0,727	0,848	0,773	0,810
Índice de Atkinson (A)	0,740	0,645	0,684	0,712	0,721	0,631	0,755	0,702	0,709	0,741	0,732	0,664	0,818	0,732	0,771
% da área total dos															
50% menores	5,9	8,4	7,6	6,7	6,6	8,8	5,6	6,9	6,7	6,2	6,0	8,0	3,9	5,9	5,2
5% maiores	62,1	52,4	57,9	60,4	61,2	49,3	65,5	57,4	60,6	65,8	61,6	54,2	73,3	59,8	66,8
1% maiores	37,8	27,1	35,0	36,6	39,0	23,8	46,2	34,6	33,9	42,4	36,9	27,0	47,7	33,8	46,2
Centro-Oeste N (10 ³)	276	287	283	252	259	255	265	228	253	263	250	251	250	248	223
Área média (ha)	197,9	192,2	216,5	211,5	191,5	199,6	203,6	176,5	199,4	182,1	168,0	201,7	222,5	172,2	235,5
Índice de Gini (G)	0,770	0,776	0,781	0,811	0,804	0,792	0,797	0,798	0,798	0,810	0,787	0,805	0,819	0,825	0,831
Índice de Atkinson (A)	0,786	0,784	0,797	0,825	0,818	0,798	0,803	0,784	0,796	0,791	0,775	0,803	0,815	0,816	0,837
% da área total dos															
50% menores	3,9	4,0	3,9	3,2	3,5	4,0	3,8	4,2	3,8	4,3	4,5	3,8	3,7	3,7	3,1
5% maiores	48,4	50,7	53,1	58,4	57,7	55,8	55,8	57,1	55,3	60,5	54,6	57,6	61,9	63,9	60,8
1% maiores	19,8	24,5	23,3	29,8	28,5	25,0	25,9	26,0	20,8	30,7	22,7	22,8	29,9	29,0	27,3

Nota: Elaboração dos autores com base na PNAD.

O Nordeste também apresenta a menor área média dos empreendimentos agrícolas. Além de ser uma região marcada pela presença de um grande número de pequenos empreendimentos rurais, tendo inclusive em algumas microrregiões baixo índice de concentração de terras, nela também existem marcas de altas desigualdades da economia colonial escravista açucareira, das grandes propriedades pastoris do sertão e da mais recente expansão das grandes lavouras de soja no *cerrado* baiano (IBGE, 2009).

Segundo o IBGE (2009, p.110), na região Centro-Oeste, *“a produção em grande escala de grãos, como a soja e o milho, além da expansão modernizada do algodão e da incorporação de áreas em direção à fronteira agropecuária ao norte de Mato Grosso, vêm potencializando o processo de concentração agrária na região”*. Os dados da PNAD confirmam esse rápido processo de aumento da desigualdade fundiária no Centro-Oeste, a única região a apresentar uma tendência nítida de crescimento do índice de Gini para a distribuição da terra, tendo o coeficiente de correlação de Pearson com o ano da PNAD de 0,792, que possui significância estatística a 1% (ver tabela 10). A área média dos empreendimentos agrícolas na região Centro-Oeste parece estável, com oscilações em torno de uma média de 198 ha.

Tabela 10. Coeficientes de correlação de Pearson entre o ano da PNAD e algumas medidas de desigualdade na distribuição da posse da terra. Brasil e Grandes Regiões, 1992 a 2008.

Estatística	Coeficiente de correlação de Pearson entre o ano da PNAD e					
	Índices de		Proporção da área apropriada			Área Média
	Gini	Atkinson	50 ⁻	5 ⁺	1 ⁺	
Brasil	0,076	0,006	0,181	0,348	0,323	-0,059
Nordeste	-0,174	-0,105	0,044	-0,148	-0,028	0,093
Sudeste	0,088	0,004	0,041	0,160	-0,028	-0,054
Sul	0,423***	0,460**	-0,488**	0,416***	0,311	0,251
Centro-Oeste	0,797*	0,339	-0,107	0,800*	0,339	0,003

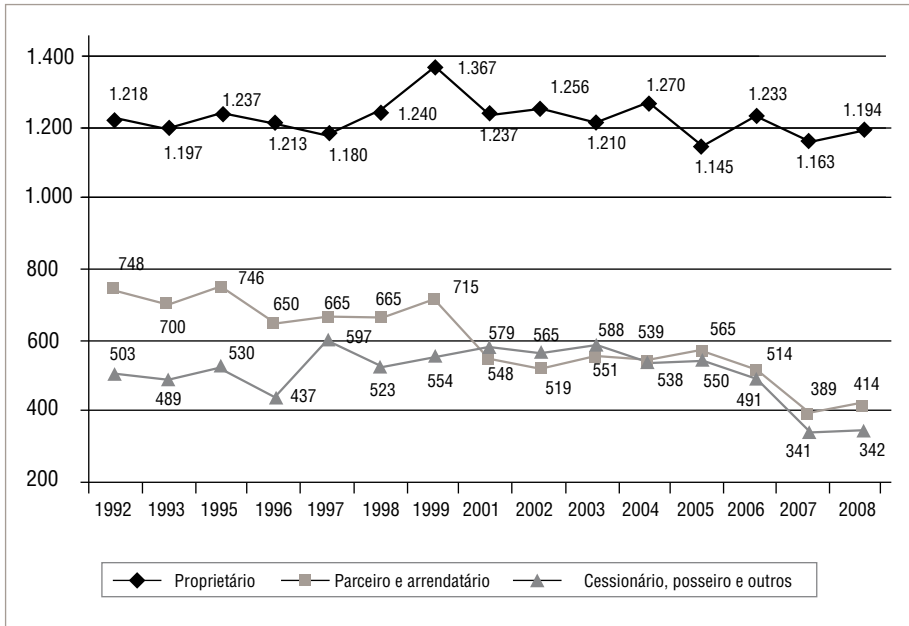
Fonte: Elaboração dos autores.

Nota: *, **, ***, ****, indicam, respectivamente, 1%, 10%, 15% e 20% de significância no teste t.

A região Sul se distingue das demais regiões brasileiras por ter a menor disparidade na distribuição de terra, resultado do seu processo de colonização marcado por uma maior expansão da pequena propriedade familiar. Mas ela também apresenta desigualdade fundiária elevada e com indícios de crescimento. A área total ocupada pelos 5% e 1% maiores empreendimentos agrícolas é, respectivamente, 12,8 e 8,9 vezes maior do que a utilizada pelos 50% menores empreendimentos, em 2008. Os índices de Atkinson e de Gini, por sua vez, mostram tendência crescente e com significância estatística a 10% e a 15%, respectivamente. O índice de Gini estimado pelo IBGE para todos os estados da região Sul também é maior no Censo de 2006 do que no de 1995/1996: no Paraná o índice cresce de 0,741 para 0,770, em Santa Catarina, de 0,671 para 0,682, e no Rio Grande do Sul, de 0,762 para 0,773.

Não há indícios na PNAD de queda na área média dos empreendimentos agrícolas de todo o país. Ao contrário dos dois últimos Censos Agropecuários, a PNAD não registra um crescimento do número de agricultores *proprietários* de áreas inferiores a 10 hectares, sendo inclusive as 1,194 milhões de unidades observadas, em 2008, um número inferior às 1,218 milhões verificadas em 1992 (figura 2). Como as informações sobre área agrícola na PNAD se referem apenas às pessoas com atividade única ou principal no setor primário, há um forte indício de que o crescimento do número de pequenas propriedades nos dois últimos censos teria sido provocado, sobretudo, pela expansão de chácaras e sítios em que o nível de renda familiar do dono tem pouca relação com a agricultura.

Figura 2. Número de empreendimentos agropecuários de 0,1 a menos de 10 ha, de acordo com os dados das PNAD. Brasil, 1992 a 2008. (em milhares)



Fonte: Elaboração dos autores.

A PNAD mostra uma tendência à diminuição no número de empreendimentos com área inferior a 10 ha de 2,5 milhões, em 1992, para 2,0 milhões, em 2008 (ver figura 2). O coeficiente de correlação de Pearson entre o número de pequenos agricultores e o ano da PNAD é de $-0,715$ e estatisticamente significativo a nível de 1%. A queda é claramente puxada pelos parceiros e arrendatários, que passaram de 748 mil unidades produtivas, em 1992, para 414 mil, em 2008. A diminuição do número de agricultores produzindo em terras de terceiros, também observada a partir do censo de 1985, reforça a necessidade de investigar quais são as suas principais dificuldades para se manter na atividade.

É importante ressaltar que as estimativas da desigualdade na distribuição da posse da terra abrangem apenas quem trabalha como conta própria e empregador na agricultura. Assim como no Censo Agropecuário, os “sem-terra” não entram nas estimativas. O mesmo também acontece em outros estudos sobre a estrutura fundiária brasileira. Eles tradicionalmente consideram apenas a distribuição da terra entre quem tem estabelecimento (empreendimento) agropecuário, quando utilizam os dados do censo (PNAD), ou propriedade rural, quando usam o Cadastro do INCRA (ver IBGE, 2009; e Hoffmann, 2001).

Por meio dos dados disponibilizados pelo IBGE, é difícil definir quem pertence ao grupo dos “sem-terra” no país. Seriam os trabalhadores rurais desempregados que poderiam encontrar uma ocupação na agricultura? E os desempregados urbanos? Eles também deveriam entrar na estatística? Caso a resposta seja afirmativa, como ficariam os casos daqueles que não querem trabalhar no setor agropecuário, particularmente como pequeno agricultor? Não deveríamos considerar apenas os trabalhadores que de fato desejam trabalhar no cultivo da terra? Como os dados do IBGE não informam o interesse dos entrevistados pela produção agrícola, não é possível, sem boa dose de arbitrariedade, estabelecer o número de pessoas que deveriam ou poderiam ser beneficiados por um processo de redistribuição da posse da terra.

Se há o propósito de relacionar a evolução da estrutura fundiária com a disparidade de renda na agricultura, tal como será realizado posteriormente, talvez o mais indicado seja considerar pelo menos a distribuição da terra entre todas as pessoas ocupadas na atividade, ou seja, também considerar a área dos indivíduos que trabalham como empregados na atividade. O problema, porém, mais uma vez, é a falta de informação na PNAD, que só divulga a área de empreendimentos de conta própria e empregadores e não se refere à posse da terra de quem tem ocupação principal de empregado na atividade. Uma possibilidade seria admitir, mesmo que de forma bastante arbitrária, que a sua área é sempre igual a zero. Nesse caso, deve se reconhecer que a desigualdade da distribuição da posse da terra entre os agricultores poderá estar sendo superestimada.

Optou-se por considerar como “sem terra” aqueles que são pessoas de referência de domicílios particulares e que estão ocupados como empregados no setor agrícola (conforme definição utilizada na PNAD, que engloba agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal, pesca e aquicultura). A tabela 11 mostra os resultados obtidos incluindo esses “sem terra” como se fossem “empreendimentos” de área nula. Além disso, foram também incluídos os conta própria e empregadores com área inferior a 0,1 ha. Foi mantida a exclusão dos empreendimentos com mais de 10 mil hectares a fim de minimizar os problemas das fortes flutuações aleatórias causadas pelos erros de amostragem, particularmente grave na cauda superior da distribuição de terra, tal como já foi analisado anteriormente. A proporção de “sem terra” no total de pessoas considerado permanece entre 40% e 43% de 1992 a 2003, supera 43% a partir de 2004 e atinge quase 47% em 2007 e 2008.

Conforme pode se observar nas tabelas 8 e 11, em 2008, o índice de Gini da distribuição fundiária, em todo o país, sobe de 0,857, nas estimativas que consideram apenas a distribuição da área entre conta própria e empregadores, para 0,924, nas que

também consideram os empregados chefes de domicílio. A proporção da área total apropriada pelos 50⁺, por sua vez, cai de 2,2% para 0,01%, e pelos 10⁺, 5⁺ e 1⁺ sobe, respectivamente, de 79,4%, 69,1% e 41,9%, para 87,8%, 78,2% e 52,9%.

Tabela 11. Características da distribuição fundiária incluindo, com área nula, as pessoas de referência de domicílios particulares com atividade principal como empregado no setor agrícola, de acordo com os dados das PNAD. Brasil, 1992 a 2008.

Ano	População (em 1000)	Amostra	Área média	% da área total dos				Índice de Gini
				50 ⁻	10 ⁺	5 ⁺	1 ⁺	
1992	6.509	12.670	32,5	0,18	85,2	73,9	44,4	0,907
1993	6.436	12.409	34,6	0,17	86,2	75,6	48,3	0,912
1995	6.444	12.583	34,5	0,20	86,7	76,5	49,0	0,915
1996	6.144	11.627	33,1	0,14	87,1	76,6	49,9	0,917
1997	6.344	12.500	35,2	0,18	87,3	77,3	51,5	0,919
1998	6.130	11.838	28,8	0,26	84,3	73,2	45,9	0,903
1999	6.518	12.478	28,9	0,25	85,4	74,5	46,3	0,908
2001	6.159	12.466	30,1	0,20	85,7	74,9	47,1	0,909
2002	6.194	12.513	31,3	0,18	85,8	75,6	49,5	0,912
2003	6.304	12.686	33,3	0,17	86,6	76,4	46,8	0,914
2004	6.317	12.628	28,1	0,15	85,6	75,1	47,4	0,910
2005	6.221	12.603	32,6	0,10	87,7	78,1	51,2	0,921
2006	6.014	12.013	37,9	0,10	89,3	81,2	58,6	0,932
2007	5.727	11.047	24,2	0,01	85,0	74,6	48,5	0,911
2008	5.709	10.693	26,4	0,01	87,8	78,2	52,9	0,924

Fonte: Elaboração dos autores.

Tendo em vista que a superestimação da desigualdade fundiária entre os ocupados no setor tende a ocorrer no mesmo nível, em todos os anos, o mais importante é observar sua evolução. A correlação do índice de Gini com o tempo produz um coeficiente de 0,455 e estatisticamente significativo a 10%. Outro dado que chama atenção é a queda no número de pessoas consideradas nessa análise (os que têm área de empreendimento e as pessoas de referência de domicílio que são empregadas no setor agrícola), de 6,5 milhões, em 1992, para 5,7 milhões, em 2008. O coeficiente de correlação estimado é de -0,745 e estatisticamente significativo ao nível de 1%.

A análise dos dados sobre distribuição de terras da PNAD mostra que as políticas de reforma agrária e de apoio à produção agrícola familiar não foram capazes de garantir a expansão da pequena propriedade agrícola e provocar mudanças significativas na estrutura fundiária brasileira. Além disso, de acordo com a mesma pesquisa, a desigualdade de rendimentos cai, de 1995 a 2008, de forma menos intensa no setor primário do que para o conjunto de pessoas ocupadas na indústria e no setor de serviços (ver tabela 12 e figura 3).

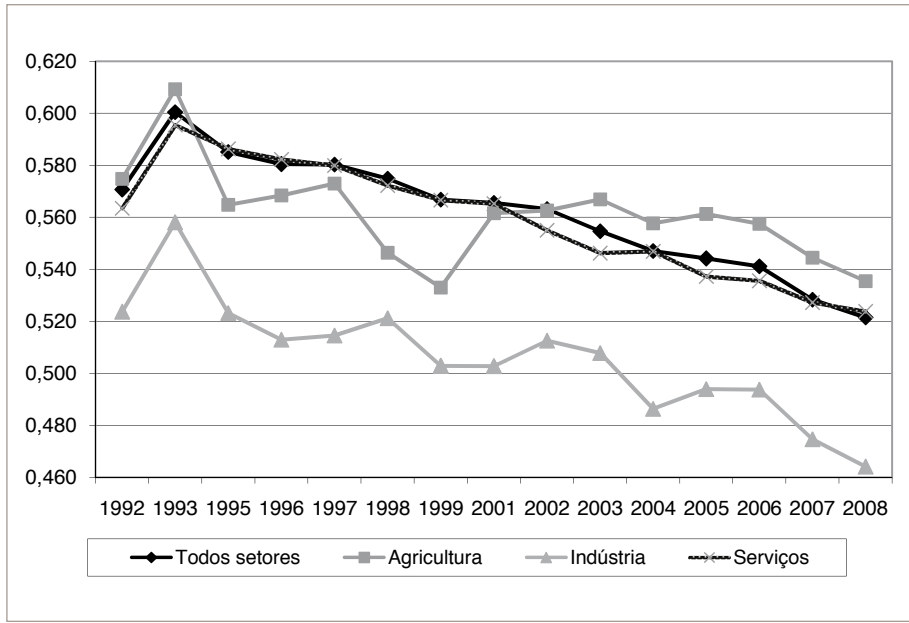
A forte queda da desigualdade de renda observada em todos os setores, de 1993 a 1995, pode ser explicada, em parte, pela queda brusca da inflação no período. A partir de então, analisando separadamente as pessoas ocupadas por setor de atividade, as mudanças na distribuição da renda apresentam comportamentos bem distintos. O setor de serviços mostra uma nítida trajetória de queda na desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini, desde 1995, semelhante à da renda do trabalho de todas as pessoas ocupadas. Na indústria, a tendência é mais fraca, mas ainda bastante nítida. A desigualdade de renda na agricultura, ao contrário, apresenta oscilações bem mais expressivas se comparada às dos demais setores e, somente a partir de 2005, há uma tendência mais clara à queda nas disparidades de rendimentos (ver tabela 12 e figura 3).

Tabela 12. Principais características da distribuição da renda de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento no trabalho, conforme setor de atividade. Brasil, 2001 a 2008.

Estadísticas	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Todos os setores								
% da renda apropriada pelos								
50% mais pobres	14,8	15,0	15,5	16,0	16,3	16,5	17,2	17,6
5% mais ricos	33,0	32,8	32,4	31,7	32,1	31,7	30,7	30,4
1% mais ricos	13,3	12,9	12,7	12,7	13,0	12,8	12,3	12,3
Índice de Gini	0,566	0,563	0,555	0,547	0,544	0,541	0,528	0,521
Agricultura								
% da renda apropriada pelos								
50% mais pobres	16,2	16,5	16,1	16,5	16,3	16,1	16,7	17,3
5% mais ricos	37,2	37,7	37,9	36,7	37,7	36,8	34,7	33,8
1% mais ricos	18,6	19,0	19,6	17,8	20,0	19,1	15,6	16,0
Índice de Gini	0,562	0,563	0,567	0,558	0,561	0,557	0,545	0,535
Indústria								
% da renda apropriada pelos								
50% mais pobres	18,9	18,3	18,6	19,6	19,5	19,6	20,5	21,0
5% mais ricos	30,4	31,0	30,3	28,5	30,0	30,3	28,6	27,4
1% mais ricos	12,7	12,3	12,1	11,4	12,6	13,0	11,6	11,1
Índice de Gini	0,503	0,513	0,508	0,486	0,494	0,494	0,475	0,464
Serviços								
% da renda apropriada pelos								
50% mais pobres	14,6	15,1	15,7	15,8	16,4	16,6	17,0	17,4
5% mais ricos	32,4	31,3	31,1	31,1	30,7	30,6	30,2	30,3
1% mais ricos	12,7	12,3	12,0	12,3	12,0	12,0	12,1	12,3
Índice de Gini	0,565	0,555	0,546	0,547	0,537	0,536	0,527	0,524

Fonte: Elaboração dos autores.

Figura 3. Variações do índice de Gini da distribuição da renda conforme setor de atividade. Brasil, 1992 a 2008.



Fonte: Elaboração dos autores.

Nota-se que a desigualdade de renda no setor primário, além de apresentar maior inércia a variações decrescentes, é atualmente a mais alta, seguida pelos setores terciário e secundário. O índice de Gini, de 1995 a 2001, porém, é maior no setor de serviços (ver figura 3). A queda contínua da desigualdade no setor terciário fez com que o indicador se tornasse sistematicamente inferior ao da agricultura a partir de 2002. Seu valor, em 2008, é de 0,535 no setor agrícola, ao passo que o da indústria é de 0,464 e dos serviços de 0,524.

A desigualdade de rendimentos na agricultura, além de alta, é caracterizada por uma proporção substancialmente maior da renda apropriada por quem está na cauda superior da distribuição do que nos demais setores. Ela é a única atividade em que a participação dos 1% mais ricos na renda total quase sempre supera a participação dos 50% mais pobres. Embora os anos de 2007 e 2008 sejam os únicos em que a proporção da renda total apropriada pelo centésimo mais rico dos agricultores (15,6% e 16,0%, respectivamente) é inferior à recebida pela metade mais pobre (16,7% e 17,3%, respectivamente), não se pode ainda confiar que isso seja uma mudança permanente, sendo que a parcela de 19,1% da renda pertencente aos 1% mais ricos, em 2006, é superior à de 18,6% recebida em 2001 (ver tabela 12).

5. A evolução do número e da área ocupada pelos pequenos, médios e grandes estabelecimentos (empreendimentos) agrícolas nas grandes regiões brasileiras

Tendo em vista as grandes desigualdades inter-regionais no país, a seção analisa, nas cinco grandes regiões brasileiras, as mudanças recentes no número e na área ocupada pelos estabelecimentos (empreendimentos) agropecuários conforme os três estratos de área delimitados anteriormente: menos de 10 ha (pequeno), de 10 a menos de 100 ha (médio) e a partir de 100 ha. De acordo com os dados dos três últimos censos agropecuários, há uma redução sistemática no número de estabelecimentos no Nordeste e no Sul do Brasil. Nas demais regiões, há uma queda de 1985 para 1995/96 e um crescimento de 1995/96 a 2006.

Em quase todas as grandes regiões brasileiras, o número de pequenos produtores é menor em 2006 do que em 1985, exceto na região Sudeste, onde a diferença é de pouco mais de 10,0%. A queda, porém, acontece de forma sistemática apenas no Norte e Nordeste, sendo ainda que a variação em forma de “U” nas outras duas regiões pode ser, em parte, explicada pelo uso do ano agrícola no Censo Agropecuário de 1995/1996, que tende a excluir um número maior de estabelecimentos precários (Hoffmann e Graziano da Silva, 1999). O contingente de grandes estabelecimentos, por sua vez, cai sistematicamente no Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. No Centro-Oeste, ele se expande entre os dois primeiros censos e cai um pouco entre os dois últimos. A região ainda se destaca por ser a única onde há crescimento do número de estabelecimentos de 10 a menos de 100 ha, que passa de menos de 109 mil para quase 165 mil, uma variação acima de 50,0% (ver tabela 13).

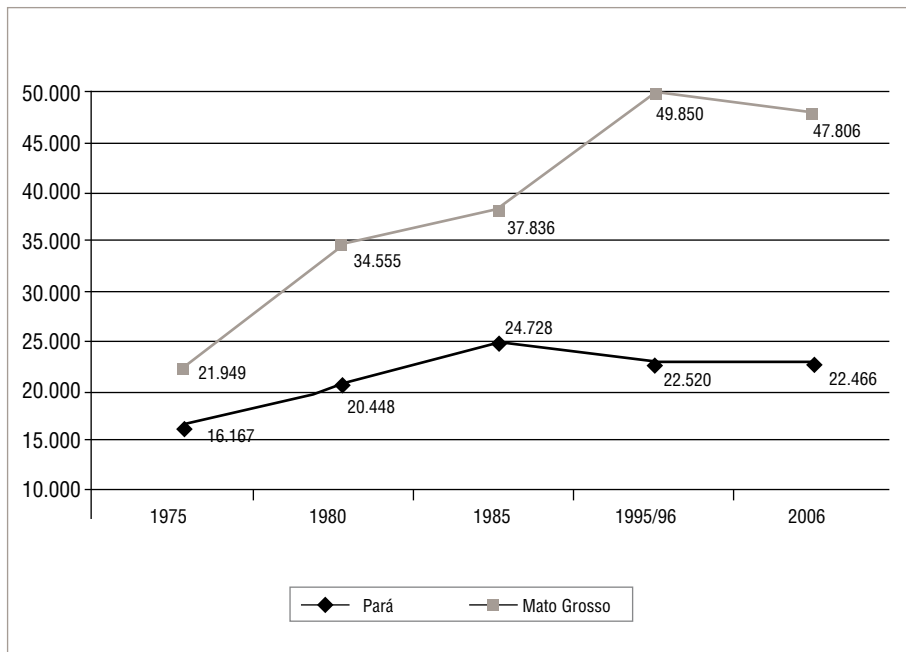
Em duas regiões de expansão da fronteira agrícola nas últimas décadas, os dados surpreendem ao mostrar uma queda na área ocupada pela agropecuária entre os dois últimos censos: no Norte de 58,4 milhões, em 1995/96, para 54,8 milhões de hectares, em 2006; e no Centro-Oeste, de 108,5 milhões para 103,8 milhões de hectares. E o motivo não é somente a perda de áreas pelos pequenos estabelecimentos, mas principalmente pelos grandes. Nota-se inclusive que, no Centro-Oeste, de 1995/96 a 2006, a área total ocupada por quem tem menos de 10 ha sobe de 159 mil para 243 mil hectares, enquanto diminui a área ocupada por quem tem mais de 100 ha de 103,7 milhões para 97,2 milhões de hectares (-6,2%). No estado do Pará, por exemplo, onde tem ocorrido a expansão da produção de soja, milho e da pecuária, os dados dos censos agropecuários mostram uma queda sistemática da área agrícola de 24,7 milhões de hectares, em 1985, para 22,5 milhões de hectares, em 2006 (figura 4).

Tabela 13. Número e área total (em mil hectares) dos estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme três estratos de área. Grandes Regiões, 1985 a 2006.

Ano e região	Número de estabelecimentos				Área ocupada pelos estabelecimentos				
	Inferior a 10 ha	10 a menos de 100 ha	A partir de 100 ha	Total	Inferior a 10 ha	10 a menos de 100 ha	A partir de 100 ha	Total	
BR	1985	3.064.822	2.160.340	567.842	5.793.004	9.987	69.565	295.373	374.925
	1995	2.402.374	1.916.487	519.322	4.838.183	7.882	62.694	283.035	353.611
	2006	2.477.071	1.971.577	471.817	4.920.465	7.799	62.893	259.250	329.941
NO	1985	167.804	264.705	110.434	542.943	636	10.085	51.847	62.567
	1995	134.803	217.097	91.670	443.570	485	8.701	49.173	58.359
	2006	126.532	229.105	88.983	444.620	362	9.339	45.087	54.787
NE	1985	1.971.391	667.491	154.517	2.793.399	4.970	21.282	65.802	92.054
	1995	1.570.511	604.261	134.313	2.309.085	4.061	19.275	54.960	78.296
	2006	1.498.389	650.855	123.652	2.272.896	3.786	20.102	51.707	75.594
SE	1985	355.873	494.263	141.658	991.794	1.599	17.219	54.423	73.242
	1995	286.872	428.912	125.097	840.881	1.277	15.063	47.746	64.086
	2006	393.414	411.437	97.681	902.532	1.569	13.451	39.216	54.236
SU	1985	502.675	625.123	69.867	1.197.665	2.454	16.563	28.923	47.940
	1995	377.761	555.246	69.420	1.002.427	1.900	14.965	27.495	44.360
	2006	406.481	515.456	64.433	986.370	1.839	13.657	26.030	41.526
CO	1985	67.079	108.758	91.366	267.203	328	4.417	94.378	99.122
	1995	32.427	110.971	98.822	242.220	159	4.690	103.661	108.510
	2006	52.255	164.724	97.068	314.047	243	6.344	97.210	103.797

Fonte: Elaboração dos autores.

Figura 4. Evolução da área (em mil hectares) total ocupada pelo estabelecimentos agropecuários. Pará e Mato Grosso, 1975 a 2006.



Fonte: Elaboração dos autores.

Conforme pode se observar na tabela 14, considerando exclusivamente os proprietários de terra, o número de estabelecimentos cresce sistematicamente no Norte (+19,2%) e no Centro-Oeste (+34,2%). Nas demais regiões, há uma queda em 1995/96 e uma recuperação em 2006, sendo o valor estimado com os dados do último censo ligeiramente inferior ao de 1985, no Sul (-3,6%) e Sudeste (-0,2%), e maior no Nordeste (+6,8%). Já a área total ocupada, de 1985 a 2006, aumenta um pouco no Centro-Oeste (+4,2%) e diminui nas demais regiões, destacando-se o Sudeste com queda de quase 25% na área ocupada.

Tabela 14. Número e área total (em mil hectares) dos estabelecimentos agropecuários com declaração de área e cuja condição do produtor em relação à terra é de proprietários, conforme três estratos de área. Grandes Regiões, 1985 a 2006.

Ano e região	Número de estabelecimentos				Área ocupada pelos estabelecimentos				
	Inferior a 10 ha	10 a menos de 100 ha	A partir de 100 ha	total	Inferior a 10 ha	10 a menos de 100 ha	A partir de 100 ha	total	
BR	1985	1.431.270	1.813.879	500.913	3.746.062	5.773	59.790	274.785	340.348
	1995	1.396.271	1.722.972	484.388	3.603.631	5.577	57.119	268.958	331.655
	2006	1.787.949	1.724.015	434.312	3.946.276	6.285	55.615	244.948	306.848
NO	1985	61.696	173.644	78.399	313.739	254	6.945	44.237	51.436
	1995	81.616	189.158	85.522	356.296	316	7.784	46.424	54.524
	2006	95.286	197.926	80.837	374.049	293	8.168	42.274	50.734
NE	1985	829.916	597.583	147.909	1.575.408	2.821	19.655	63.560	86.036
	1995	813.265	554.300	128.131	1.495.696	2.700	17.990	52.818	73.508
	2006	998.219	569.740	114.781	1.682.740	2.904	17.861	48.993	69.758
SE	1985	233.777	428.748	130.866	793.391	1.112	15.239	50.810	67.161
	1995	217.305	394.203	117.217	728.725	1.056	13.907	44.981	59.945
	2006	326.608	373.177	92.201	791.986	1.369	12.328	36.940	50.637
SU	1985	283.189	527.189	61.002	871.380	1.467	14.286	25.898	41.650
	1995	262.512	486.501	61.831	810.844	1.388	13.277	24.933	39.598
	2006	327.007	454.702	57.961	839.670	1.525	12.209	23.938	37.671
CO	1985	22.692	86.715	82.737	192.144	119	3.666	90.280	94.064
	1995	21.573	98.810	91.687	212.070	117	4.160	99.803	104.081
	2006	40.829	128.470	88.532	257.831	194	5.050	92.804	98.048

Fonte: Elaboração dos autores.

Nota-se também que a evolução do número de estabelecimentos, nos três diferentes estratos de área, ocorre de forma bem distinta nas cinco grandes regiões, mas sendo sempre mais favorável aos pequenos proprietários. Em relação aos estabelecimentos com menos de 10 ha, ele é, em todas as regiões, substancialmente maior em 2006 do que em 1995/96 e 1985. Os percentuais de crescimento na comparação do primeiro e último censo são: no Norte, 54,4%, no Nordeste, 20,3%, no Sudeste, 39,7%, no Sul, 15,5%, e no Centro-Oeste, 79,9%. Em relação às propriedades de mais de 100 hectares, a variação é positiva no Norte e Centro-Oeste em apenas 3,1% e 7,0%, respectivamente. Nas demais regiões, a mudança é sempre negativa: no Nordeste, -22,4%, Sudeste, -29,5%, e no Sul, -5,0%.

O resultado é uma mudança sempre expressiva na distribuição do número de estabelecimentos de proprietários entre os três diferentes estratos de área. O destaque vai para o Sudeste, onde a proporção de pequenas e grandes propriedades passa, respectivamente, de 29,5% e 16,5%, em 1985, para 41,2% e 11,6%, em 2006. Em relação à distribuição da área ocupada, porém, as mudanças são menores. No Sudeste, por exemplo, a proporção da terra ocupada por propriedades com menos de 10 hectares varia, no mesmo período, de 1,7% para 2,7%, e pelos que têm área a partir de 100 hectares de 75,7% para 73,0%. Em todas as grandes regiões brasileiras, a propriedade da terra, tal como antes, continua muito concentrada entre os grandes agricultores.

Conforme já foi ressaltado, é mais provável que o crescimento do contingente de pequenos estabelecimentos tenha sido ocasionado principalmente pelo aumento do número de chácaras e sítios adquiridos pela população urbana e não de pessoas com grande dependência da renda gerada na agricultura. Quando se considera apenas as pessoas com ocupação principal na agricultura, como na PNAD, há uma clara tendência de queda no número de pequenos empreendimentos agrícolas em quase todas as grandes regiões brasileiras, com única exceção do Sul do país, onde a diminuição também ocorre, mas não de forma significativa (ver tabela 15). Ela é mais forte no Sudeste, seguido pelo Centro-Oeste e Nordeste. Os coeficientes de correlação de Pearson entre o número de agricultores com menos de 10 hectares e o ano da PNAD, nas três regiões, são, respectivamente, de -0,968, -0,831 e -0,490. Já em relação à área ocupada, a queda é clara em todas as regiões do país, inclusive no Sul que apresenta um coeficiente de correlação com o tempo de -0,533 e significativo a 5% (ver tabela 16).

A forte variação negativa na região Sudeste contrasta com a dos dados dos dois últimos Censos Agropecuários, que mostram um crescimento de 37,1% no número de pequenos estabelecimentos agrícolas (ver tabela 13). O mais provável é que, como os dados da PNAD consideram a ocupação principal das pessoas, o número de indivíduos que tiram a maior parte da sua renda da pequena agricultura esteja diminuindo e estejam buscando outros tipos de atividade, como as ocupações rurais não agrícolas (Laurenti e Del Grossi, 2000). Por outro lado, por se tratar da região mais urbanizada do país, o crescimento entre os censos agropecuários de 1995/96 e 2006 deve ter sido causado, em grande medida, pelo fato de o censo captar o contingente de pessoas que trabalham nas cidades e têm cultivado pequenos lotes nas áreas rurais apenas como lazer ou até mesmo para complementar a renda familiar.

Tabela 15. Número e área total ocupada (em mil hectares) por empreendimentos agrícolas de 0,1 a menos de 10.000 hectares, conforme três estratos de área e quatro grandes regiões. PNAD, 1992 a 2008.

Estatística	Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		
	N	Área	N	Área	N	Área	N	Área	
Inferior a 10 ha	1992	1.598.534	3.873	358.318	1.329	414.640	1.998	63.582	295
	1999	1.876.349	4.400	318.242	1.345	332.470	1.621	56.464	238
	2001	1.610.931	3.839	308.194	1.269	374.626	1.778	42.297	212
	2002	1.607.591	3.997	292.736	1.050	361.664	1.684	48.470	227
	2003	1.664.335	4.087	273.989	1.178	334.371	1.623	40.995	199
	2004	1.650.017	3.995	264.344	1.036	366.961	1.747	42.599	208
	2005	1.577.968	3.768	282.147	1.125	322.787	1.476	45.648	208
	2006	1.544.928	3.788	268.008	1.059	358.246	1.667	41.375	179
	2007	1.185.148	2.868	259.531	1.113	364.070	1.604	53.178	251
	2008	1.235.358	2.883	256.760	976	382.920	1.745	45.213	205
10 a menos de 100 ha	1992	447.427	13.576	362.545	13.086	493.806	13.120	122.378	5.071
	1999	483.711	14.137	325.179	12.160	425.024	11.386	128.874	5.253
	2001	464.493	13.939	269.982	9.177	442.257	12.045	130.747	4.930
	2002	495.894	15.556	246.514	8.533	472.776	12.597	132.773	4.798
	2003	452.610	13.710	250.056	8.814	484.462	12.321	163.750	5.985
	2004	509.892	14.994	247.307	8.485	449.695	11.971	144.393	5.282
	2005	469.969	14.206	246.910	8.411	472.874	12.700	141.493	5.358
	2006	438.750	12.976	273.350	9.424	411.466	11.056	142.784	5.574
	2007	470.619	13.731	260.202	9.621	376.912	10.163	143.698	5.086
	2008	387.416	10.931	232.890	7.882	370.364	9.749	121.844	4.643
A partir de 100 ha	1992	82.160	26.072	119.954	39.573	73.135	32.598	89.868	49.225
	1999	78.761	25.240	96.242	34.190	59.774	30.966	79.969	48.521
	2001	93.436	38.517	86.510	36.254	56.586	21.939	55.114	35.138
	2002	91.282	24.203	73.118	41.451	52.510	24.276	71.646	45.410
	2003	130.920	41.556	82.803	40.677	58.804	31.802	58.420	41.737
	2004	87.362	32.851	69.794	31.345	66.543	28.891	62.828	36.488
	2005	96.831	43.101	82.693	48.228	49.511	18.439	64.281	45.140
	2006	86.116	54.468	74.468	33.164	63.740	46.291	65.356	49.767
	2007	48.823	13.855	56.068	24.765	51.792	21.032	50.951	37.332
	2008	65.477	19.081	77.874	28.267	48.546	25.863	56.423	47.775

Fonte: Elaboração dos autores.

Tabela 16. Coeficientes de correlação de Pearson entre o ano da PNAD e o número e área total ocupada pelos empreendimentos agrícolas, conforme três estratos de área. Grandes Regiões, 1992 a 2008¹.

Estatística	Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	N	Área	N	Área	N	Área	N	Área
Menos de 10 ha	-0,490***	-0,454***	-0,968*	-0,801*	-0,193	-0,533**	-0,831*	-0,831*
10 a menos de 100 ha	0,092	-0,139	-0,876*	-0,846*	-0,726*	-0,745*	0,581**	0,108
A partir de 100 ha	-0,214	-0,030	-0,877*	-0,580**	-0,497***	0,133	-0,870*	-0,472***
Total	-0,428****	-0,061	-0,965*	-0,697*	-0,752*	0,011	-0,738*	-0,470***

Fonte: Elaboração dos autores.

Notas: *, **, ***, ****, indicam, respectivamente, 1%, 5%, 10% e 15% de significância no teste t.

¹ Embora os dados da PNAD de 1993, 1995, 1996, 1997 e 1998 não constem na tabela 15, eles foram considerados nas estimativas dos coeficientes de correlação.

A queda do número de empreendimentos agrícolas, na PNAD, também acontece do outro lado da distribuição da terra, ou seja, entre aqueles que têm área maior ou igual a 100 ha. A tendência, mais uma vez, é mais forte no Sudeste. E ela só não é significativa no Nordeste. Tanto em relação ao número quanto à área, a variação negativa também é observada nos dados dos dois últimos censos, não havendo indício, em qualquer grande região do país, de um processo de concentração da terra em empreendimentos (estabelecimentos) com mais de 100 hectares (ver tabela 13).

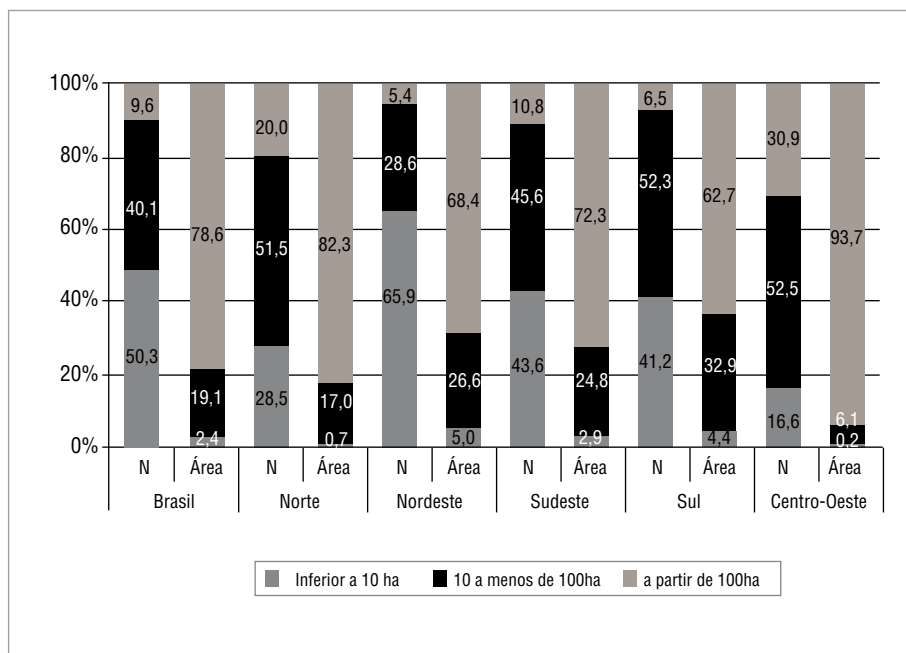
O coeficiente de correlação de Pearson do número de produtores agrícolas com o ano da PNAD só é positivo (0,581) e significativo (a 5% de significância), no estrato de 10 a menos de 100 ha da região Centro-Oeste. Em todos os outros casos, ou ele é quase sempre negativo ou, às vezes, ligeiramente positivo. O crescimento dos estabelecimentos médios, no Centro-Oeste, entre os três últimos censos agropecuários, por sua vez, não só é sistemático como também bastante elevado: de quase 109 mil para pouco menos de 165 mil unidades (ver tabela 13). É importante ressaltar que, nessa área de expansão da fronteira agrícola do país, embora os dados das duas pesquisas do IBGE reflitam de forma clara um crescimento de estabelecimentos de 10 a menos de 100 hectares, a posse da terra não deixou de estar muito concentrada nos grandes estabelecimentos.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, cerca de 97 mil dos 314 mil estabelecimentos agropecuários localizados no Centro-Oeste (30,9%) tinham mais de 100 hectares, sendo que eles ocupavam 97,2 milhões dos 103,8 milhões de hectares (93,7%) dedicados à atividade agropecuária (ver tabela 13 e figura 5). Na PNAD de

2008, são mais de 223 mil empreendimentos agropecuários na mesma região, sendo que 56 mil (25,2%) pertencem ao último estrato de área e ocupam 47,8 milhões dos 52,6 milhões de hectares (90,8%) da área agrícola (ver tabela 15 e figura 6). Nas duas pesquisas, a área total ocupada pelos grandes agricultores é, respectivamente, cerca de 400 e 233 vezes maior do que a apropriada pelos pequenos agricultores e 15 e 10 vezes superior à dos médios.

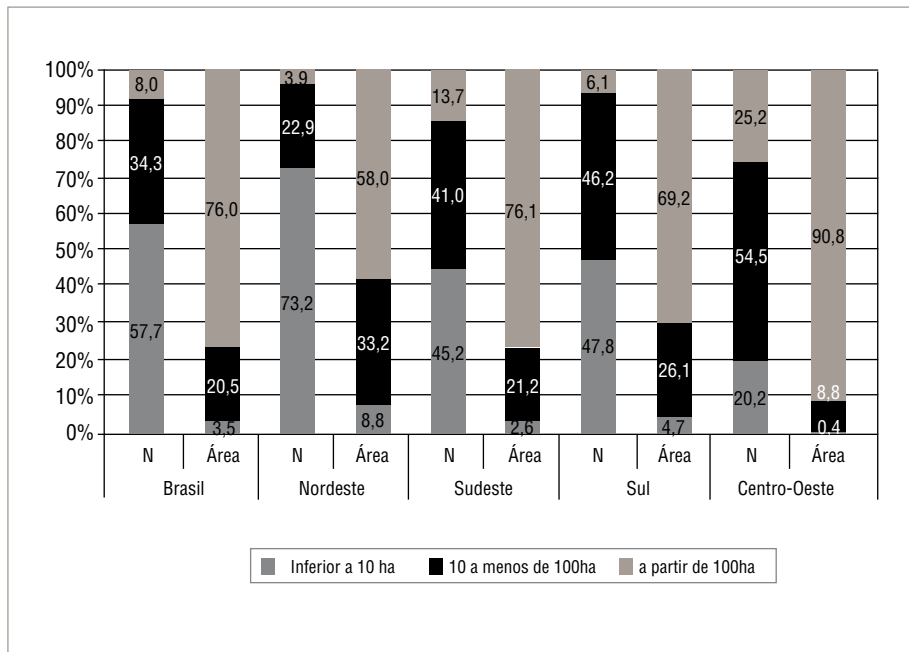
Nota-se ainda que a distribuição percentual do número e da área dos estabelecimentos agrícolas de acordo com os três estratos de área, no Censo Agropecuário de 2006, não é muito diferente, em todas as grandes regiões brasileiras, da distribuição dos empreendimentos agrícolas estimada com os dados da PNAD de 2008 (ver figuras 5 e 6). No Nordeste, por exemplo, região onde a diferença entre as pesquisas é maior, os pequenos agricultores representam, pelos dados do censo, 65,9% das unidades agrícolas e ocupam 5,0% da área total, enquanto os valores observados na pesquisa amostral do IBGE são de 73,2% e 8,8%, respectivamente. Os grandes produtores, por sua vez, representam algo em torno de 5% do total de unidades agrícolas, nas duas pesquisas, e ocupam 68,4% da área, na primeira pesquisa, e 58,0%, na segunda.

Figura 5. Distribuição percentual do número e da área dos estabelecimentos agropecuários, conforme Grande Região e três estratos de área. Censo Agropecuário, 2006.



Fonte: Elaboração dos autores.

Figura 6. Distribuição percentual do número e da área dos empreendimentos agrícolas, conforme Grande Região e três estratos de área. PNAD, 2008.



Fonte: Elaboração dos autores.

Por fim, as figuras 5 e 6 evidenciam, mais uma vez, a alta desigualdade na distribuição da posse da terra no Brasil, caracterizada pela enorme proporção da área total agrícola ocupada pelos empreendimentos com área maior ou igual a 100 hectares. Eles representam menos de 10,0% do total de empreendimentos agrícolas no país e ocupam mais de 75% da área dedicada à atividade, ao passo que os empreendimentos com área inferior a 10 hectares representam mais da metade dos empreendimentos agrícolas e ocupam apenas cerca de 3% da área total.

6. Conclusão

Entre os dois últimos censos agropecuários, observou-se, em geral, estabilidade da desigualdade fundiária e uma queda na área média dos estabelecimentos agrícolas, o que indica que a estabilidade pode ter acontecido essencialmente devido ao crescimento do número de minifúndios. E é o que de fato acontece. O índice de Gini se mantém estável em torno de 0,856, mas há um aumento de 74,7 mil produtores agrícolas com menos de 10 ha entre os Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006, enquanto ocorre uma clara diminuição do número de agricultores com área a partir de 100 hectares.

O crescimento dos minifúndios é ainda maior quando são considerados apenas os proprietários de terra: aumento de quase 392 mil pequenos estabelecimentos de 1995/96 a 2006. No mesmo período, ocorre a diminuição de 439 mil para 281 mil no contingente de pequenos arrendatários e parceiros, sendo que esta variação pode estar ainda subestimada pelo uso do ano agrícola no censo de 1995/96, que tende a excluir parte dos agricultores temporários. Desde 1985 os dados mostram uma redução de cerca de 944 mil estabelecimentos de não proprietários com menos de 10 hectares.

As informações sobre a estrutura agrária dos dois últimos censos agropecuários, mesmo com a estabilidade da desigualdade na distribuição da posse da terra, não são, portanto, tão ruins como aparece à primeira vista para quem deseja a expansão da pequena produção agrícola e a redução da concentração da terra em latifúndios. O problema é saber se o crescimento dos minifúndios se deve de fato à expansão da agricultura familiar ou, por exemplo, ao aumento do número de chácaras e sítios para lazer e para moradia de quem trabalha na cidade e não depende da agricultura para sobreviver. Exceto no caso de quintais de residência com pequenos animais e hortas domésticas, os locais para lazer com algum tipo de exploração agropecuária, florestal e aquícola, são considerados pelo IBGE como unidades recenseáveis no Censo Agropecuário, mesmo quando a terra, por exemplo, é cultivada apenas para produzir alimentos mais saudáveis para o autoconsumo.

No caso da PNAD, ao contrário, o agricultor só é entrevistado quando ele tem atividade única ou principal na agricultura. Seu nível de renda, portanto, tem uma relação mais forte com a atividade. Ao contrário dos censos agropecuários, a pesquisa não mostra qualquer tendência ao aumento no número de agricultores proprietários de terra com menos de 10 hectares: as 1,194 milhões de propriedades agrícolas observadas, em 2008, consituem, inclusive, um número menor do que as 1,218 milhão verificadas em 1992. Nesse sentido, a comparação com os dados da PNAD sugere que o crescimento das pequenas propriedades agrícolas entre os dois últimos censos teria sido provocado, sobretudo, pela expansão de chácaras e sítios de trabalhadores urbanos.

Assim como no Censo Agropecuário, é grande a redução, na PNAD, do número de pequenos agricultores com menos de 10 hectares produzindo em terras de terceiros. Os arrendatários e parceiros passam de 748 mil, em 1992, para 414 mil, em 2008, o que reforça a necessidade de investigar quais são as suas principais dificuldades para se manter na atividade (ver figura 2). Considerando a ligeira variação no contingente de proprietários e a diminuição do número de ocupantes, o resultado é uma queda no total de pequenos empreendimentos agrícolas de cerca de 520 mil unidades (-21,0%).

A elevada desigualdade na distribuição da posse da terra e sua forte estabilidade, observadas nos últimos censos agropecuários, são comprovadas nos dados da PNAD. Em 2008, o índice de Gini da distribuição da terra é de 0,857, sendo a proporção da área total ocupada pelos 50% menores empreendimentos agrícolas igual a 2,2%, ao passo que os 10% 5% e 1% maiores empreendimentos se apropriam, respectivamente, de 79,4%, 69,1% e 41,9% da área total (ver tabela 8). Os coeficientes de correlação entre o tempo e os índices de Gini e de Atkinson, de 0,073 e 0,008, respectivamente, são, por sua vez, muito baixos e não possuem significância estatística, indicando que não há tendência à mudança na estrutura fundiária do país (ver tabela 10). O problema é ainda mais grave quando se admite, arbitrariamente, que as pessoas de referência de domicílios que são empregados no setor agrícola têm área igual a zero: a correlação do índice de Gini com o tempo é de 0,455 e estatisticamente significativa a 10,0%, indicando um aumento da desigualdade na distribuição da terra entre as pessoas ocupadas na atividade.

Todas as grandes regiões brasileiras apresentam uma alta desigualdade na distribuição da posse da terra. O Nordeste se destaca como a região com a estrutura fundiária mais desigual. Ela é a única em que todos os estados, no Censo Agropecuário de 2006, têm índice de Gini superior a 0,80, sendo que a média dos índices estimados com base nos dados da PNAD de 1992 a 2008 é igual a 0,852, vindo em seguida o Sudeste, 0,813, Centro-Oeste, 0,800, e Sul, 0,770. Não foram realizadas estimativas para a região Norte, porque a PNAD não cobria até 2003 a área rural de quase todos os estados da região, exceto a do estado de Tocantins. Chama atenção também o fato de os empreendimentos agrícolas nordestinos apresentarem a menor área média. O motivo é que a estrutura agrária da região é caracterizada tanto pela presença marcante da pequena agricultura, em algumas microrregiões, quanto da grande propriedade, em outras, como, por exemplo, é o caso da expansão da soja no cerrado baiano (IBGE, 2009).

Apenas duas regiões mostram tendência ao crescimento da desigualdade fundiária: Centro-Oeste e Sul. Embora a região Sul se destaque com a estrutura fundiária menos desigual do país, a disparidade na distribuição da terra não só é alta como também

apresenta indícios de crescimento. Utilizando os dados da PNAD, observou-se que, em 2008, a área total ocupada pelos 1% maiores empreendimentos agrícolas era 8,9 vezes superior à dos 50% menores. O coeficiente de correlação do índice de Gini com o tempo, entre 1992 e 2008, por sua vez, é de 0,424 e com significância estatística a 1%. No caso da região Centro-Oeste, o coeficiente de correlação é ainda mais alto, 0,792, e com significância estatística a 1%. Quanto aos dois últimos censos agropecuários, em todos os estados da região Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás+Tocantins e Distrito Federal, o mesmo índice estimado pelo IBGE também é maior em 2006 do que em 1995/1996.

Como o crescimento da desigualdade não significa necessariamente o aumento da concentração da posse da terra em latifúndios, foi analisada a evolução do número e da área total ocupada pelos estabelecimentos (empreendimentos) agrícolas com área inferior a 10 ha (pequeno), de 10 a menos de 100 ha (médio) e a partir de 100 ha (grande). Entre os dois últimos censos, o número de pequenas unidades produtivas cresce no Sudeste, de 287 mil para 393 mil (+37,1%), no Sul, de 378 mil para 406 mil (+7,6%), e no Centro-Oeste, de 32 mil para 52 mil (+61,2%), ao passo que ele diminui no Norte, de 135 mil para 127 mil (-6,1%), e no Nordeste, de 1,6 milhões para 1,5 milhões (-4,6%). Os dados contrastam com os da PNAD, que desde 1992 apresentam uma clara tendência à queda no número de pequenos empreendimentos em quase todas as grandes regiões. A exceção é o Sul, onde a diminuição também ocorre, só que não de forma significativa (ver tabela 16).

A enorme diferença entre a variação do número de minifúndios no Sudeste, quando se compara o Censo Agropecuário com a PNAD, reforça a hipótese de que o aumento do número de estabelecimentos com menos de 10 hectares, entre os censos de 1995/96 e 2006, teria sido provocado pelo crescimento do número de chácaras e sítios adquiridos pela população urbana. Enquanto ele cresce, na primeira pesquisa, de 287 mil para 393 mil unidades (+37,1%), o coeficiente de correlação de Pearson entre o número de pequenos agricultores e o ano da PNAD é de -0,968 e significativo a 1%, mostrando a variação negativa mais forte de todas as regiões. Isso ocorre justo onde há o maior grau de urbanização do país, o qual estimula o desenvolvimento das ocupações rurais não agrícolas e o cultivo de lotes por pessoas que trabalham no meio urbano, como forma de lazer ou de complementar a renda familiar.

7. Referências bibliográficas

- BARROS, R.P., CARVALHO, M.; FRANCO, S. e MENDONÇA, R. Consequências e causas imediatas da queda recente da desigualdade da renda brasileira. *Parcerias Estratégicas* 22, Edição Especial, p. 89-119, junho de 2006; e Texto para Discussão n. 1201, IPEA, Rio de Janeiro, julho de 2006.
- CORRÊA, A. J. Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira. Piracicaba, Editora Unimep, 1998.
- GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007.
- HOFFMANN, R. A distribuição da posse da terra no Brasil de acordo com as PNAD de 1992 a 1999. In: CONCEIÇÃO, J. C. & GASQUES, J. G.(org.) *Transformações da Agricultura e Políticas Públicas*. IPEA, Brasília, 2001.
- _____. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- _____. *Distribuição da renda e da posse da terra no Brasil*. In: RAMOS, P.(org.) *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas*. Brasília, MDA, Nead Estudos 15, 2007.
- HOFFMANN, R. e GRAZIANO DA SILVA, J. O Censo Agropecuário de 1995-1996 e a distribuição da posse da terra no Brasil. *Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Foz do Iguaçu, 1999.
- HOFFMANN, R. e NEY, M. G. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, junho de 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.
- _____. *Censos Econômicos de 1975: Censo Agropecuário Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- _____. *Notas metodológicas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2008*. Rio de Janeiro, IBGE, 2008.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. *Números da reforma agrária: assentamento de trabalhadores rurais*. Disponível via: <http://www.INCRA.gov.br>. Acesso em: 1º de julho de 2008a.

_____. Relatório de atividades INCRA 30 anos. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 1º de julho de 2008b.

LAURENTI, A. C. e DEL GROSSI, M. E. A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não agrícolas nas áreas rurais do Brasil. In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional. Jaguariúna, EMBRAPA, 2000.

NEY, M. G. e HOFFMANN, R. Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra. Economia, Niterói, v. 4, n. 1, jan./jun. de 2003.

_____. A distribuição da posse da terra e a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Anais do XLVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Porto Alegre, 2009.

Anexo 1. Distribuição da posse da terra no Brasil e nas Unidades da Federação (UFs), conforme a condição do produtor, de 1970 a 2006

BRASIL

Tabela 1. Número e área total dos estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme três estratos de área e condição do produtor. Brasil, 1970.

Condição do produtor	Menos de 10 ha		10 a menos de 100 ha		100 ha e mais		Total	
	Nº	Área (1.000 ha)	Nº	Área (1.000 ha)	Nº	Área (1.000 ha)	Nº	Área (1.000 ha)
Proprietário	1.137.785	4.968	1.580.883	50.387	375.663	199.071	3.094.331	254.426
Arrendatário	509.520	1.316	94.836	2.797	31.184	9.628	635.540	13.741
Parceiro	288.101	1.162	86.183	1.798	5.300	1.822	379.584	4.781
Ocupante	584.224	1.637	172.490	5.089	39.473	14.472	796.187	21.197
Total	2.519.630	9.083	1.934.392	60.070	451.620	224.992	4.905.642	294.145

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.

Tabela 2. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Brasil, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	63,1	86,5	64,1	89,2	65,8	89,0	64,7	90,8	74,5	93,8	80,2	93,0
Arrendatário	13,0	4,7	11,4	3,0	11,4	3,5	9,9	3,1	5,5	2,4	4,7	2,7
Parceiro	7,7	1,6	6,0	1,0	6,2	1,0	7,7	1,3	5,7	0,9	2,9	0,6
Ocupante	16,2	7,2	18,5	6,9	16,6	6,5	17,8	4,8	14,3	2,9	12,2	3,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Áreas média e mediana (em hectares), índices de Gini e de Atkinson e porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Brasil, 1970.

Condição do produtor	Área		Índices de		% da área total apropriada pelos	
	Média	Mediana	Gini	Atkinson	50-	5+
Proprietário	82,2	15,6	0,821	0,804	4,0	64,5
Arrendatário	21,6	2,5	0,864	0,852	2,7	70,5
Parceiro	12,6	4,9	0,694	0,624	9,7	51,7
Ocupante	26,6	3,2	0,853	0,840	2,9	68,4
Total	60,0	9,3	0,844	0,840	2,9	67,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.

Tabela 4. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Brasil, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,881	0,896	0,897	0,892	0,889	0,903
Arrendatário	0,906	0,922	0,924	0,918	0,916	0,910
Parceiro	0,780	0,733	0,842	0,857	0,923	0,955
Ocupante	0,888	0,905	0,922	0,874	0,914	0,883
Total	0,897	0,913	0,913	0,910	0,905	0,909

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

RONDÔNIA

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Rondônia, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	1.892	16.842	19.504	47.033	65.916	78.775
Arrendatário	764	425	1.937	1.683	910	818
Parceiro	1.307	879	2.361	9.276	4.143	1.622
Ocupante	3.119	7.335	24.563	22.623	5.985	4.948
Total	7.082	25.481	48.365	80.615	76.954	86.163

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Rondônia, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	643,3	2.415,8	2.773,1	4.888,8	8.369,5	8.059,8
Arrendatário	149,0	4,8	44,3	26,2	26,1	61,4
Parceiro	370,5	20,4	23,5	126,2	59,6	32,8
Ocupante	468,8	641,0	2.382,8	991,4	435,3	175,1
Total	1.631,6	3.082,1	5.223,6	6.032,6	8.890,4	8.329,1

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Rondônia, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	26,7	39,4	66,1	78,4	40,3	53,1	58,3	81,0	85,7	94,1	91,4	96,8
Arrendatário	10,8	9,1	1,7	0,2	4,0	0,8	2,1	0,4	1,2	0,3	0,9	0,7
Parceiro	18,5	22,7	3,4	0,7	4,9	0,4	11,5	2,1	5,4	0,7	1,9	0,4
Ocupante	44,0	28,7	28,8	20,8	50,8	45,6	28,1	16,4	7,8	4,9	5,7	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Rondônia, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	340,0	143,4	142,2	103,9	127,0	102,3	28,3	101,4	99,7	61,7	50,2	39,4
Arrendatário	195,1	11,2	22,9	15,6	28,7	75,1	182,6	4,7	4,9	5,0	5,0	24,2
Parceiro	283,4	23,3	9,9	13,6	14,4	20,2	263,0	4,5	4,6	4,9	4,5	4,8
Ocupante	150,3	87,4	97,0	43,8	72,7	35,4	82,2	26,1	42,4	14,9	4,8	20,7
Total	230,4	121,0	108,0	74,8	115,5	96,7	109,2	100,3	72,1	44,5	39,1	36,5

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Rondônia, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,895	0,548	0,482	0,584	0,739	0,709
Arrendatário	0,522	0,580	0,742	0,665	0,792	0,722
Parceiro	0,204	0,798	0,585	0,680	0,718	0,795
Ocupante	0,598	0,736	0,735	0,669	0,920	0,637
Total	0,682	0,623	0,653	0,656	0,766	0,714

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Rondônia, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,882	0,530	0,429	0,526	0,687	0,654
Arrendatário	0,534	0,466	0,667	0,554	0,732	0,710
Parceiro	0,132	0,751	0,448	0,577	0,628	0,741
Ocupante	0,570	0,768	0,737	0,653	0,900	0,595
Total	0,671	0,652	0,667	0,645	0,735	0,666

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Rondônia, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,944	0,693	0,656	0,742	0,873	0,764
Arrendatário	0,602	0,475	0,759	0,646	0,854	0,650
Parceiro	0,171	0,827	0,590	0,810	0,889	0,841
Ocupante	0,624	0,934	0,874	0,792	0,990	0,580
Total	0,799	0,789	0,798	0,783	0,893	0,767

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50⁻) e os 5% maiores (5⁺) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Rondônia, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50 ⁻						5 ⁺					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	2,1	20,0	23,9	16,0	8,4	8,7	78,7	45,8	41,2	44,6	59,6	52,5
Arrendatário	14,6	13,4	7,4	11,6	6,0	5,7	26,6	32,2	49,5	46,8	59,7	42,2
Parceiro	37,0	6,6	16,1	12,5	11,3	6,5	13,2	69,1	43,4	58,0	62,5	63,8
Ocupante	9,4	4,5	5,6	6,0	2,1	9,3	30,1	53,2	55,7	37,4	84,0	37,0
Total	7,1	12,9	10,1	9,0	6,4	8,3	46,1	48,1	48,9	44,2	61,6	52,6

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

ACRE

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Acre, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	4.064	4.779	7.960	12.931	16.504	20.409
Arrendatário	8.409	8.877	7.292	5.344	89	70
Parceiro	43	48	21	1.029	44	298
Ocupante	10.586	11.178	12.098	15.745	7.151	6.830
Total	23.102	24.882	27.371	35.049	23.788	27.607

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Acre, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	546,7	1.431,9	2.104,3	2.322,0	2.585,2	2.995,7
Arrendatário	1.408,9	1.044,9	2.078,0	582,8	20,8	8,8
Parceiro	6,8	23,5	6,7	467,9	18,0	13,1
Ocupante	2.159,7	1.791,5	1.490,5	1.862,0	559,0	473,6
Total	4.122,1	4.291,8	5.679,5	5.234,7	3.183,1	3.491,3

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Acre, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	17,6	13,3	19,2	33,4	29,1	37,1	36,9	44,4	69,4	81,2	73,9	85,8
Arrendatário	36,4	34,2	35,7	24,3	26,6	36,6	15,2	11,1	0,4	0,7	0,3	0,3
Parceiro	0,2	0,2	0,2	0,5	0,1	0,1	2,9	8,9	0,2	0,6	1,1	0,4
Ocupante	45,8	52,4	44,9	41,7	44,2	26,2	44,9	35,6	30,1	17,6	24,7	13,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Acre, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	134,5	299,6	264,4	179,6	156,6	146,8	16,5	23,1	33,9	53,8	59,4	57,9
Arrendatário	167,5	117,7	285,0	109,1	233,7	126,4	121,5	116,3	148,9	107,4	22,7	57,5
Parceiro	157,5	490,4	318,2	454,7	410,0	44,1	139,8	258,3	21,8	270,6	5,3	0,5
Ocupante	204,0	160,3	123,2	118,3	78,2	69,3	147,5	137,9	75,2	98,6	40,9	34,9
Total	178,4	172,5	207,5	149,4	133,8	126,5	114,9	109,2	100,4	77,1	56,4	54,3

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Acre, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,881	0,935	0,889	0,805	0,735	0,722
Arrendatário	0,433	0,259	0,460	0,231	0,867	0,674
Parceiro	0,312	0,655	0,888	0,523	0,949	0,916
Ocupante	0,582	0,489	0,537	0,443	0,634	0,626
Total	0,619	0,632	0,693	0,626	0,723	0,716

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Acre, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,843	0,929	0,869	0,780	0,711	0,737
Arrendatário	0,354	0,195	0,339	0,103	0,904	0,691
Parceiro	0,226	0,586	0,917	0,389	0,977	0,977
Ocupante	0,616	0,590	0,520	0,405	0,668	0,628
Total	0,607	0,650	0,668	0,583	0,715	0,734

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Acre, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,980	0,994	0,971	0,969	0,818	0,781
Arrendatário	0,644	0,163	0,402	0,105	0,866	0,609
Parceiro	0,178	0,693	0,888	0,454	0,956	0,931
Ocupante	0,570	0,365	0,442	0,312	0,629	0,583
Total	0,732	0,869	0,821	0,835	0,804	0,771

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Acre, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	3,9	1,5	3,0	6,8	8,7	8,0	81,7	87,9	81,6	71,3	57,7	51,4
Arrendatário	24,7	33,4	17,2	34,3	1,1	8,6	29,9	13,3	21,7	12,1	69,5	41,1
Parceiro	30,2	10,7	1,5	17,1	0,3	0,3	16,0	51,1	82,6	29,6	91,5	71,0
Ocupante	12,6	13,1	13,1	19,9	8,7	8,8	35,0	17,3	23,6	18,4	35,7	35,1
Total	11,9	11,3	8,2	13,2	8,4	7,7	40,0	40,8	45,9	44,8	54,6	50,1

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

AMAZONAS

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Amazonas, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	28.195	26.467	41.879	56.968	54.698	40.700
Arrendatário	16.562	3.591	11.978	13.260	639	949
Parceiro	145	476	631	462	131	2.132
Ocupante	36.831	62.205	45.414	45.354	27.554	12.554
Total	81.733	92.739	99.902	116.044	83.022	56.335

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Amazonas, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	1.564	5.310	4.113	4.033	2.982	3.111
Arrendatário	1.789	280	438	269	13	52
Parceiro	11	23	33	51	6	17
Ocupante	1.112	884	2.425	1.507	322	454
Total	4.476	6.497	7.010	5.859	3.323	3.634

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Amazonas, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	34,5	34,9	28,5	81,7	41,9	58,7	49,1	68,8	65,9	89,7	72,2	85,6
Arrendatário	20,2	40,0	3,9	4,3	12,0	6,2	11,4	4,6	0,8	0,4	1,7	1,4
Parceiro	0,2	0,2	0,5	0,4	0,6	0,5	0,4	0,9	0,2	0,2	3,8	0,5
Ocupante	45,1	24,9	67,1	13,6	45,5	34,6	39,1	25,7	33,2	9,7	22,3	12,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Amazonas, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	55,5	200,6	98,2	70,8	54,5	76,4	12,6	12,4	13,6	14,4	11,7	13,7
Arrendatário	108,0	77,9	36,6	20,3	21,1	54,6	103,8	10,7	10,5	2,9	5,2	24,4
Parceiro	73,3	49,2	52,8	109,3	43,2	8,1	16,8	39,7	11,7	13,8	13,6	0,2
Ocupante	30,2	14,2	53,4	33,2	11,7	36,2	5,8	4,0	5,4	6,2	3,5	3,0
Total	54,8	70,1	70,2	50,5	40,0	64,5	11,7	5,9	10,3	10,7	7,7	10,9

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Amazonas, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,777	0,944	0,863	0,805	0,802	0,828
Arrendatário	0,495	0,876	0,806	0,832	0,763	0,619
Parceiro	0,732	0,499	0,843	0,884	0,699	0,942
Ocupante	0,752	0,735	0,877	0,806	0,698	0,848
Total	0,736	0,921	0,871	0,820	0,809	0,838

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Amazonas, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,722	0,931	0,832	0,765	0,776	0,903
Arrendatário	0,571	0,853	0,754	0,814	0,761	0,603
Parceiro	0,751	0,465	0,824	0,876	0,620	0,968
Ocupante	0,746	0,664	0,867	0,773	0,650	0,938
Total	0,743	0,904	0,852	0,796	0,789	0,921

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Amazonas, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,898	1,000	0,952	0,947	0,905	0,885
Arrendatário	0,476	0,968	0,923	0,860	0,807	0,508
Parceiro	0,663	0,494	0,951	0,930	0,706	0,941
Ocupante	0,698	0,834	0,909	0,874	0,706	0,968
Total	0,773	1,000	0,942	0,935	0,909	0,896

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50⁻) e os 5% maiores (5⁺) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Amazonas, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50 ⁻						5 ⁺					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	5,9	1,5	3,5	5,2	4,7	2,3	59,3	90,3	75,5	65,2	62,2	65,0
Arrendatário	15,2	2,8	5,8	3,9	4,9	10,3	20,5	76,8	70,9	66,1	55,0	30,1
Parceiro	4,4	19,3	3,5	2,2	9,5	0,4	42,0	33,9	72,8	77,8	53,7	90,8
Ocupante	4,3	7,7	2,3	4,3	7,9	1,1	41,6	54,5	75,4	61,8	43,3	61,3
Total	4,2	2,0	2,8	4,1	4,2	1,7	40,7	85,5	75,3	64,8	62,4	64,6

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

RORAIMA

Observação: A omissão de dados nas tabelas publicadas para essa UF impossibilitou a determinação das medidas de desigualdade e a interpolação de percentis para arrendatários, parceiros e ocupantes em 2006.

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Roraima, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	1.483	150	345	3.664	6.634	8993
Arrendatário	4	3	1	2	16	15
Parceiro	26	5	5	1	18	119
Ocupante	440	2.861	3.391	2.720	727	738
Total	1.953	3.019	3.742	6.387	7.395	9.865

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Roraima, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	1.442,96	333,52	870,74	1.904,04	2.619,29	1.623,61
Arrendatário	37,00	0,15	0,00	0,40	13,80	4,41
Parceiro	39,34	18,00	6,51	0,00	74,05	19,25
Ocupante	75,10	1.484,53	1.585,85	245,09	269,68	52,57
Total	1.594,40	1.836,20	2.463,10	2.149,53	2.976,82	1.699,83

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Roraima, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	75,9	90,5	5,0	18,2	9,2	35,4	57,4	88,6	89,7	88,0	91,2	95,5
Arrendatário	0,2	2,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,5	0,2	0,3
Parceiro	1,3	2,5	0,2	1,0	0,1	0,3	0,0	0,0	0,2	2,5	1,2	1,1
Ocupante	22,5	4,7	94,8	80,8	90,6	64,4	42,6	11,4	9,8	9,1	7,5	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Roraima, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	973,0	2.223,5	2.523,9	519,7	394,8	180,5	682,8	293,4	1.442,6	105,3	84,7	65,2
Arrendatário	9.251,0	49,3	2,0	200,0	862,3	293,8	2.000,0	24,4	2,0	200,0	50,0	
Parceiro	1.512,9	3.601,0	1.302,4	2,0	4.113,9	161,7	2.000,0	2,9	1.100,5	2,0	1.175,7	
Ocupante	170,7	518,9	467,7	90,1	370,9	71,2	34,7	7,3	101,7	67,7	1,3	
Total	816,4	608,2	658,2	336,5	402,5	172,3	505,7	10,1	102,3	101,0	76,7	64,5

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Roraima, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,542	0,827	0,613	0,736	0,787	0,667
Arrendatário	0,669	0,536	-	0,250	0,897	
Parceiro	0,405	0,622	0,545	-	0,655	
Ocupante	0,760	0,886	0,777	0,547	0,953	
Total	0,618	0,887	0,788	0,753	0,815	0,666

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Roraima, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,664	0,936	0,663	0,679	0,764	0,623
Arrendatário	0,908	0,631	-	0,134	0,983	
Parceiro	0,562	0,987	0,771	-	0,884	
Ocupante	0,800	0,963	0,823	0,621	0,989	
Total	0,756	0,965	0,844	0,748	0,830	0,636

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Roraima, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,419	0,855	0,498	0,716	0,820	0,735
Arrendatário	0,620	0,438	-	0,123	0,886	
Parceiro	0,279	0,601	0,427	-	0,564	
Ocupante	0,696	0,874	0,745	0,577	0,941	
Total	0,519	0,884	0,748	0,765	0,840	0,732

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Roraima, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	10,8	0,9	9,6	7,7	6,5	13,3	18,8	62,0	28,0	43,9	62,1	54,1
Arrendatário	5,4	8,8	-	25,0	0,4		-	-	-	-	-	-
Parceiro	18,6	0,0	11,2	-	3,3		14,7	-	-	-	-	-
Ocupante	2,8	0,3	5,0	16,2	0,1		44,9	61,0	43,7	37,1	87,9	
Total	5,4	0,2	3,8	8,1	5,1	13,3	22,6	62,2	45,9	53,2	65,0	53,4

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

PARÁ

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Pará, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	64.382	86.300	119.852	155.440	171.368	173.358
Arrendatário	7.778	6.366	7.347	6.132	975	2.565
Parceiro	2.510	2.344	3.666	5.491	1.146	3.660
Ocupante	65.097	91.929	92.438	85.649	32.710	26.353
Total	139.767	186.939	223.303	252.712	206.199	205.936

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Pará, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	8.349	12.092	16.916	21.496	21.473	20.249
Arrendatário	187	242	388	345	34	180
Parceiro	201	77	105	122	117	84
Ocupante	2.017	3.756	3.040	2.765	896	1.953
Total	10.755	16.167	20.448	24.728	22.520	22.466

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Pará, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	46,1	77,6	46,2	74,8	53,7	82,7	61,5	86,9	83,1	95,3	84,2	90,1
Arrendatário	5,6	1,7	3,4	1,5	3,3	1,9	2,4	1,4	0,5	0,2	1,2	0,8
Parceiro	1,8	1,9	1,3	0,5	1,6	0,5	2,2	0,5	0,6	0,5	1,8	0,4
Ocupante	46,6	18,8	49,2	23,2	41,4	14,9	33,9	11,2	15,9	4,0	12,8	8,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Pará, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	129,7	140,1	141,1	138,3	125,3	116,8	20,2	21,8	24,7	28,8	31,5	27,2
Arrendatário	24,1	38,0	52,8	56,3	35,2	70,2	2,7	2,6	5,1	5,1	2,3	27,3
Parceiro	80,1	32,7	28,6	22,2	102,3	22,9	5,2	6,2	6,7	8,9	8,6	1,5
Ocupante	31,0	40,9	32,9	32,3	27,4	74,1	7,2	9,5	12,4	11,9	6,0	15,8
Total	76,9	86,5	91,6	97,8	109,2	109,1	11,0	13,1	20,2	22,7	26,6	25,6

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Pará, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,897	0,889	0,858	0,832	0,807	0,818
Arrendatário	0,878	0,927	0,915	0,910	0,892	0,676
Parceiro	0,929	0,836	0,794	0,684	0,911	0,916
Ocupante	0,777	0,774	0,688	0,688	0,764	0,826
Total	0,882	0,868	0,843	0,828	0,815	0,821

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Pará, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,892	0,881	0,843	0,826	0,813	0,859
Arrendatário	0,864	0,918	0,900	0,904	0,906	0,771
Parceiro	0,932	0,803	0,746	0,619	0,911	0,928
Ocupante	0,755	0,757	0,662	0,664	0,766	0,871
Total	0,876	0,861	0,830	0,823	0,828	0,865

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Pará, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,980	0,985	0,964	0,953	0,923	0,882
Arrendatário	0,947	0,965	0,996	0,993	0,905	0,590
Parceiro	0,950	0,942	0,883	0,787	0,965	0,946
Ocupante	0,860	0,817	0,737	0,701	0,776	0,979
Total	0,976	0,977	0,961	0,951	0,926	0,894

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Pará, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	2,5	2,8	3,6	4,3	4,6	3,5	82,3	80,3	75,6	71,6	65,7	64,5
Arrendatário	2,6	1,7	1,9	1,7	1,5	5,3	74,1	86,8	83,9	80,4	72,6	34,3
Parceiro	1,3	4,5	6,1	9,7	1,7	1,3	88,0	70,8	65,2	51,9	82,0	81,4
Ocupante	4,5	4,4	6,9	6,5	4,0	2,6	57,3	52,7	39,7	38,2	48,0	64,9
Total	2,4	2,7	3,6	3,9	3,9	3,3	78,1	74,0	70,6	68,4	65,8	65,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

AMAPÁ

Observação: A omissão de dados nas tabelas publicadas para essa UF impossibilitou a determinação das medidas de desigualdade e a interpolação de percentis para arrendatários, parceiros e ocupantes em 2006.

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Amapá, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	1.269	1.205	1.917	1.181	2.564	2.296
Arrendatário	39	55	8	5	3	21
Parceiro	4	-	3	5	1	32
Ocupante	1.003	2.747	2.015	3.625	707	739
Total	2.315	4.007	3.943	4.816	3.275	3088

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Amapá, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	529,77	610,84	663,07	910,23	666,11	819,72
Arrendatário	31,04	1,96	2,97	8,07	4,65	1,30
Parceiro	0,45	-	0,45	0,22	0,01	2,26
Ocupante	42,00	129,20	68,62	289,50	29,28	50,51
Total	603,26	742,00	735,12	1.208,01	700,05	873,79

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Amapá, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	54,8	87,8	30,1	82,3	48,6	90,2	24,5	75,3	78,3	95,2	74,4	93,8
Arrendatário	1,7	5,1	1,4	0,3	0,2	0,4	0,1	0,7	0,1	0,7	0,7	0,1
Parceiro	0,2	0,1	-	-	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	1,0	0,3
Ocupante	43,3	7,0	68,6	17,4	51,1	9,3	75,3	24,0	21,6	4,2	23,9	5,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Amapá, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	417,5	506,9	345,9	770,7	259,8	357,0	58,1	100,0	100,1	104,7	57,6	53,8
Arrendatário	796,0	35,7	371,6	1.613,4	1.550,0	61,7	59,7	27,9	21,8	207,0	100,0	
Parceiro	111,5	-	151,3	44,0	10,0	70,6	20,0	-	151,5	50,0	10,0	
Ocupante	41,9	47,0	34,1	79,9	41,4	68,4	16,6	24,0	11,3	29,2	5,5	
Total	260,6	185,2	186,4	250,8	213,8	283,0	29,7	32,3	32,4	52,1	52,6	53,4

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Amapá, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,837	0,840	0,839	0,882	0,822	0,863
Arrendatário	0,865	0,371	0,807	0,730	0,638	
Parceiro	0,663	-	0,436	0,417	-	
Ocupante	0,756	0,674	0,641	0,708	0,791	
Total	0,871	0,855	0,850	0,865	0,835	0,851

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Amapá, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,819	0,803	0,810	0,868	0,833	0,877
Arrendatário	0,882	0,227	0,892	0,849	0,818	
Parceiro	0,719	-	0,660	0,624	-	
Ocupante	0,725	0,671	0,607	0,732	0,796	
Total	0,871	0,852	0,844	0,875	0,857	0,872

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Amapá, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,844	0,899	0,930	0,936	0,921	0,948
Arrendatário	0,848	0,227	0,768	0,674	0,608	
Parceiro	0,614	-	0,347	0,297	-	
Ocupante	0,858	0,702	0,555	0,753	0,740	
Total	0,889	0,932	0,944	0,950	0,927	0,948

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Amapá, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	3,4	4,2	4,5	3,3	4,5	3,6	65,5	71,3	73,2	79,3	67,9	73,2
Arrendatário	2,3	26,2	1,7	2,1	2,2		64,1	19,5	-	-	-	
Parceiro	5,8	-	14,5	20,5	-		-	-	-	-	-	
Ocupante	5,9	9,2	6,6	4,9	3,2		58,1	46,0	27,4	44,7	49,5	
Total	2,6	3,7	3,0	2,8	3,3	4,2	73,6	74,2	73,4	75,9	68,3	73,6

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

MARANHÃO

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Maranhão, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	48.515	75.209	84.774	101.944	117.052	123.287
Arrendatário	147.155	185.833	212.086	202.189	73.506	32.790
Parceiro	10.513	6.727	14.409	23.197	23.545	10.071
Ocupante	180.720	226.827	182.767	200.349	139.834	61.906
Total	386.903	494.596	494.036	527.679	353.937	228.054

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Maranhão, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	9.255	10.952	13.748	14.433	11.732	11.613
Arrendatário	374	322	463	377	157	295
Parceiro	16	18	31	35	49	116
Ocupante	1.149	1.117	892	704	623	967
Total	10.795	12.409	15.134	15.548	12.561	12.991

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Maranhão, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	12,5	85,7	15,2	88,3	17,2	90,8	19,3	92,8	33,1	93,4	54,1	89,4
Arrendatário	38,0	3,5	37,6	2,6	42,9	3,1	38,3	2,4	20,8	1,3	14,4	2,3
Parceiro	2,7	0,2	1,4	0,1	2,9	0,2	4,4	0,2	6,7	0,4	4,4	0,9
Ocupante	46,7	10,6	45,9	9,0	37,0	5,9	38,0	4,5	39,5	5,0	27,1	7,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Maranhão, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	190,8	145,6	162,2	141,6	100,2	94,2	43,9	27,2	41,0	41,3	27,9	21,8
Arrendatário	2,5	1,7	2,2	1,9	2,1	9,0	1,2	1,1	1,2	1,1	1,0	1,0
Parceiro	1,5	2,7	2,2	1,5	2,1	11,5	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	0,8
Ocupante	6,4	4,9	4,9	3,5	4,5	15,6	1,6	1,4	1,4	1,1	1,1	1,0
Total	27,9	25,1	30,6	29,5	35,5	57,0	1,5	1,4	1,4	1,3	1,4	2,1

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Maranhão, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,778	0,816	0,795	0,782	0,796	0,818
Arrendatário	0,637	0,486	0,566	0,533	0,628	0,875
Parceiro	0,538	0,700	0,647	0,502	0,668	0,910
Ocupante	0,782	0,769	0,760	0,738	0,798	0,864
Total	0,926	0,927	0,926	0,924	0,904	0,866

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Maranhão, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,822	0,875	0,834	0,812	0,853	0,904
Arrendatário	0,545	0,354	0,445	0,415	0,539	0,882
Parceiro	0,444	0,627	0,570	0,393	0,594	0,929
Ocupante	0,713	0,698	0,687	0,665	0,743	0,910
Total	0,922	0,922	0,927	0,930	0,929	0,937

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Maranhão, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,755	0,816	0,814	0,808	0,824	0,849
Arrendatário	0,916	0,660	0,782	0,753	0,893	0,893
Parceiro	0,690	0,924	0,899	0,633	0,890	0,913
Ocupante	0,905	0,915	0,893	0,908	0,911	0,856
Total	0,948	0,954	0,952	0,948	0,926	0,889

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Maranhão, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	3,4	2,2	4,0	4,8	3,4	2,3	51,2	57,1	57,5	57,1	57,3	59,6
Arrendatário	14,5	20,4	16,8	18,3	14,8	2,8	52,3	31,9	41,3	37,1	50,7	70,6
Parceiro	17,8	12,0	13,7	19,4	12,9	1,6	36,3	60,6	51,4	31,4	54,8	79,5
Ocupante	7,5	8,2	8,1	9,5	7,0	1,5	67,6	67,2	63,9	62,4	71,0	62,7
Total	1,6	1,6	1,3	1,3	1,0	0,6	85,4	85,5	82,7	81,0	73,5	65,2

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

PIAUÍ

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Piauí, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	73.668	79.206	82.191	91.764	94.029	132.861
Arrendatário	49.691	54.290	48.160	37.381	19.105	17.434
Parceiro	43.515	37.216	52.982	61.456	31.633	14.673
Ocupante	49.823	45.922	65.633	79.661	62.231	56.332
Total	216.697	216.634	248.966	270.262	206.998	221.300

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Piauí, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	8.850	9.985	10.315	11.179	8.976	8.698
Arrendatário	242	172	122	97	52	93
Parceiro	93	74	112	101	72	72
Ocupante	421	292	613	450	561	644
Total	9.607	10.524	11.162	11.828	9.660	9.507

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Piauí, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	34,0	92,1	36,6	94,9	33,0	92,4	34,0	94,5	45,4	92,9	60,0	91,5
Arrendatário	22,9	2,5	25,1	1,6	19,3	1,1	13,8	0,8	9,2	0,5	7,9	1,0
Parceiro	20,1	1,0	17,2	0,7	21,3	1,0	22,7	0,9	15,3	0,7	6,6	0,8
Ocupante	23,0	4,4	21,2	2,8	26,4	5,5	29,5	3,8	30,1	5,8	25,5	6,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Piauí, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	120,1	126,1	125,5	121,8	95,5	65,5	29,2	27,4	29,0	30,0	24,3	12,6
Arrendatário	4,9	3,2	2,5	2,6	2,7	5,3	1,1	1,2	1,1	1,1	1,0	1,0
Parceiro	2,1	2,0	2,1	1,7	2,3	4,9	1,1	1,2	1,2	1,1	1,0	1,1
Ocupante	8,5	6,4	9,3	5,7	9,0	11,4	1,5	2,2	2,2	1,7	1,6	1,6
Total	44,3	48,6	44,8	43,8	46,7	43,0	2,3	2,5	2,5	2,4	3,0	4,1

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Piauí, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,776	0,801	0,792	0,790	0,787	0,819
Arrendatário	0,799	0,700	0,635	0,655	0,707	0,849
Parceiro	0,601	0,519	0,497	0,464	0,651	0,815
Ocupante	0,814	0,719	0,815	0,734	0,831	0,817
Total	0,892	0,898	0,898	0,897	0,874	0,856

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Piauí, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,767	0,799	0,783	0,783	0,786	0,841
Arrendatário	0,739	0,619	0,535	0,568	0,632	0,817
Parceiro	0,515	0,412	0,372	0,345	0,567	0,770
Ocupante	0,761	0,634	0,761	0,662	0,791	0,826
Total	0,912	0,913	0,910	0,913	0,898	0,886

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Piauí, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,792	0,871	0,835	0,854	0,838	0,890
Arrendatário	0,946	0,942	0,819	0,892	0,923	0,936
Parceiro	0,811	0,608	0,478	0,398	0,851	0,891
Ocupante	0,890	0,813	0,980	0,828	0,930	0,821
Total	0,909	0,941	0,933	0,936	0,910	0,913

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Piauí, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	4,6	3,8	4,3	4,7	4,4	3,0	54,6	59,0	58,6	59,5	57,9	62,4
Arrendatário	7,4	11,7	13,7	13,1	11,5	5,1	71,2	59,5	48,9	52,3	60,9	78,2
Parceiro	16,7	19,5	19,4	21,0	13,3	6,1	48,2	36,4	30,0	26,5	51,0	73,2
Ocupante	5,5	9,2	5,8	8,3	4,8	3,4	69,1	56,0	70,4	57,6	70,9	58,5
Total	1,1	1,2	1,3	1,2	1,3	1,6	71,3	73,4	74,0	73,2	68,1	65,8

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

CEARÁ

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Ceará, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	158.542	159.068	173.630	172.123	168.462	187.082
Arrendatário	21.260	23.395	26.095	25.982	19.307	43.445
Parceiro	27.766	26.272	17.685	70.614	74.423	40.231
Ocupante	37.622	42.914	28.277	55.422	77.025	70.721
Total	245.190	251.649	245.687	324.141	339.217	341.479

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Ceará, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	10.359	9.644	10.731	9.731	7.905	6.822
Arrendatário	327	277	295	190	102	222
Parceiro	483	254	236	454	320	146
Ocupante	936	817	481	633	637	733
Total	12.105	10.992	11.743	11.009	8.964	7.922

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Ceará, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	64,7	85,6	63,2	87,7	70,7	91,4	53,1	88,4	49,7	88,2	54,8	86,1
Arrendatário	8,7	2,7	9,3	2,5	10,6	2,5	8,0	1,7	5,7	1,1	12,7	2,8
Parceiro	11,3	4,0	10,4	2,3	7,2	2,0	21,8	4,1	21,9	3,6	11,8	1,8
Ocupante	15,3	7,7	17,1	7,4	11,5	4,1	17,1	5,8	22,7	7,1	20,7	9,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Ceará, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	65,3	60,6	61,8	56,5	46,9	36,5	16,3	15,6	16,1	13,0	8,4	4,2
Arrendatário	15,4	11,8	11,3	7,3	5,3	5,1	3,1	3,1	3,0	2,4	1,4	1,2
Parceiro	17,4	9,6	13,4	6,4	4,3	3,6	4,3	3,8	4,1	2,8	1,6	1,3
Ocupante	24,9	19,0	17,0	11,4	8,3	10,4	5,6	5,3	4,5	3,1	2,1	1,5
Total	49,4	43,7	47,8	34,0	26,4	23,2	10,4	8,8	10,7	5,4	3,0	2,1

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Ceará, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,766	0,756	0,752	0,771	0,798	0,833
Arrendatário	0,793	0,756	0,753	0,738	0,748	0,788
Parceiro	0,767	0,656	0,724	0,647	0,683	0,719
Ocupante	0,778	0,746	0,755	0,753	0,789	0,838
Total	0,791	0,784	0,780	0,816	0,846	0,862

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Ceará, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,744	0,729	0,723	0,759	0,809	0,874
Arrendatário	0,741	0,687	0,687	0,669	0,684	0,751
Parceiro	0,707	0,553	0,645	0,541	0,593	0,668
Ocupante	0,733	0,681	0,692	0,688	0,735	0,822
Total	0,773	0,759	0,759	0,801	0,843	0,881

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Ceará, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,787	0,760	0,755	0,773	0,796	0,836
Arrendatário	0,852	0,804	0,799	0,809	0,825	0,875
Parceiro	0,809	0,708	0,755	0,716	0,833	0,851
Ocupante	0,798	0,755	0,797	0,800	0,869	0,890
Total	0,813	0,795	0,787	0,831	0,860	0,877

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Ceará, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	5,0	5,3	5,4	4,4	3,3	2,1	53,7	51,8	51,3	52,8	55,4	59,8
Arrendatário	5,7	7,5	7,1	8,0	8,1	7,0	62,5	59,4	57,2	57,4	60,1	66,7
Parceiro	6,5	11,6	8,4	12,4	11,2	10,4	59,3	47,9	54,7	47,6	54,2	60,7
Ocupante	5,4	6,9	6,8	7,3	6,4	4,1	57,3	54,0	56,6	57,9	64,7	67,4
Total	4,1	4,3	4,4	3,4	2,7	2,1	56,6	55,5	54,6	59,7	64,4	66,5

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

RIO GRANDE DO NORTE

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Rio Grande do Norte, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	62.410	61.736	65.039	68.236	59.412	56.698
Arrendatário	17.510	12.598	12.664	10.739	4.362	2.008
Parceiro	2.325	5.249	7.272	9.682	9.158	4.387
Ocupante	21.287	25.236	21.441	27.079	18.044	15.580
Total	103.532	104.819	106.416	115.736	90.976	78.673

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Rio Grande do Norte, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	3.982	3.893	3.992	3.854	3.394	2.881
Arrendatário	159	137	132	91	43	41
Parceiro	102	76	107	137	85	36
Ocupante	328	270	283	300	212	231
Total	4.572	4.376	4.513	4.383	3.734	3.188

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Rio Grande do Norte, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	60,3	87,1	58,9	89,0	61,1	88,4	59,0	87,9	65,3	90,9	72,1	90,4
Arrendatário	16,9	3,5	12,0	3,1	11,9	2,9	9,3	2,1	4,8	1,2	2,6	1,3
Parceiro	2,2	2,2	5,0	1,7	6,8	2,4	8,4	3,1	10,1	2,3	5,6	1,1
Ocupante	20,6	7,2	24,1	6,2	20,1	6,3	23,4	6,9	19,8	5,7	19,8	7,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Rio Grande do Norte, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	63,8	63,1	61,4	56,5	57,1	50,8	11,1	10,0	10,4	9,0	8,5	9,3
Arrendatário	9,1	10,9	10,5	8,5	9,9	20,4	1,2	1,5	1,4	1,2	1,4	2,3
Parceiro	43,9	14,4	14,7	14,1	9,3	8,2	6,9	3,0	4,2	3,0	2,0	1,6
Ocupante	15,4	10,7	13,2	11,1	11,7	14,8	2,6	2,2	2,6	2,1	2,1	4,2
Total	44,2	41,8	42,4	37,9	41,0	40,5	5,4	4,4	5,4	4,0	4,2	6,9

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Rio Grande do Norte, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,823	0,834	0,826	0,822	0,826	0,816
Arrendatário	0,866	0,866	0,858	0,861	0,869	0,858
Parceiro	0,819	0,804	0,744	0,793	0,813	0,818
Ocupante	0,834	0,809	0,818	0,832	0,830	0,717
Total	0,853	0,862	0,851	0,854	0,853	0,824

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Rio Grande do Norte, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,823	0,839	0,834	0,831	0,846	0,829
Arrendatário	0,845	0,834	0,837	0,828	0,841	0,848
Parceiro	0,831	0,751	0,697	0,746	0,758	0,767
Ocupante	0,806	0,766	0,778	0,796	0,806	0,731
Total	0,865	0,866	0,858	0,861	0,868	0,836

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Rio Grande do Norte, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,846	0,859	0,844	0,829	0,836	0,828
Arrendatário	0,916	0,943	0,920	0,946	0,939	0,864
Parceiro	0,812	0,887	0,784	0,853	0,888	0,886
Ocupante	0,884	0,870	0,888	0,895	0,870	0,739
Total	0,877	0,891	0,875	0,869	0,868	0,841

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Rio Grande do Norte, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	3,2	2,8	2,9	2,8	2,6	3,2	62,2	63,8	62,0	61,2	61,5	61,3
Arrendatário	3,4	3,7	3,4	4,0	3,6	2,8	75,7	77,4	73,8	76,8	78,2	70,7
Parceiro	2,9	5,4	6,3	5,4	5,7	5,8	59,3	65,6	53,0	62,0	70,4	72,5
Ocupante	3,8	4,9	4,8	4,3	3,9	5,2	67,5	64,3	67,0	68,8	65,9	47,5
Total	2,1	2,1	2,3	2,2	2,0	3,0	66,6	68,9	66,6	66,8	66,2	63,2

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

PARAÍBA

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Paraíba, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	108.214	115.298	104.849	120.368	96.955	114.159
Arrendatário	33.519	34.147	25.654	25.345	7.560	6.082
Parceiro	5.536	9.138	6.532	15.263	8.390	5.990
Ocupante	22.373	41.359	30.375	42.288	33.550	33.801
Total	169.642	199.942	167.410	203.264	146.455	160.032

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Paraíba, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	4.083	4.312	4.439	4.425	3.683	3.360
Arrendatário	198	136	159	112	65	63
Parceiro	61	78	66	115	86	49
Ocupante	241	211	242	220	276	311
Total	4.583	4.736	4.906	4.872	4.109	3.783

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Paraíba, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	63,8	89,1	57,7	91,0	62,6	90,5	59,2	90,8	66,2	89,6	71,3	88,8
Arrendatário	19,8	4,3	17,1	2,9	15,3	3,3	12,5	2,3	5,2	1,6	3,8	1,7
Parceiro	3,3	1,3	4,6	1,6	3,9	1,3	7,5	2,4	5,7	2,1	3,7	1,3
Ocupante	13,2	5,3	20,7	4,4	18,1	4,9	20,8	4,5	22,9	6,7	21,1	8,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Paraíba, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	37,7	37,4	42,3	36,8	38,0	29,4	7,2	6,4	7,8	6,3	6,4	5,5
Arrendatário	5,9	4,0	6,2	4,4	8,6	10,4	2,2	1,2	2,0	1,2	1,5	2,0
Parceiro	10,9	8,5	10,1	7,5	10,2	8,2	2,9	2,7	3,1	2,5	2,3	2,0
Ocupante	10,8	5,1	8,0	5,2	8,2	9,2	2,4	1,2	2,3	1,2	1,4	2,1
Total	27,0	23,7	29,3	24,0	28,1	23,6	4,1	3,0	4,1	3,1	3,6	4,1

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Paraíba, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,801	0,813	0,800	0,812	0,809	0,810
Arrendatário	0,709	0,720	0,757	0,761	0,813	0,824
Parceiro	0,758	0,721	0,718	0,725	0,814	0,800
Ocupante	0,805	0,750	0,774	0,765	0,820	0,786
Total	0,823	0,845	0,828	0,843	0,835	0,821

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Paraíba, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,770	0,795	0,776	0,800	0,796	0,803
Arrendatário	0,625	0,652	0,700	0,711	0,776	0,798
Parceiro	0,682	0,633	0,631	0,644	0,762	0,745
Ocupante	0,762	0,690	0,719	0,718	0,785	0,758
Total	0,797	0,833	0,813	0,836	0,829	0,814

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Paraíba, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,816	0,824	0,814	0,819	0,810	0,817
Arrendatário	0,789	0,856	0,838	0,859	0,891	0,837
Parceiro	0,812	0,772	0,788	0,796	0,892	0,855
Ocupante	0,862	0,850	0,857	0,860	0,898	0,861
Total	0,846	0,868	0,851	0,862	0,846	0,837

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Paraíba, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	4,3	3,7	4,1	3,6	3,6	3,7	59,9	60,9	59,0	60,1	59,0	60,0
Arrendatário	9,7	10,0	7,4	7,9	5,1	4,1	55,6	57,9	60,6	62,0	68,1	64,6
Parceiro	7,7	9,4	9,4	9,3	6,0	6,3	60,8	55,7	56,1	57,4	70,8	68,3
Ocupante	5,4	8,2	6,9	7,2	5,1	4,9	65,3	61,3	62,9	61,6	69,9	58,3
Total	3,7	3,0	3,3	3,0	3,0	3,4	63,9	67,1	63,8	66,1	64,0	62,4

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

PERNAMBUCO

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Pernambuco, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	202.973	210.889	217.241	220.258	186.040	225.227
Arrendatário	59.064	38.660	37.510	33.764	9.585	7.425
Parceiro	10.090	7.374	14.802	18.311	11.154	5.280
Ocupante	59.233	59.637	60.645	83.269	51.704	47.111
Total	331.360	316.560	330.198	355.602	258.483	285.043

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Pernambuco, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	5.582	5.605	5.929	5.967	5.054	4.988
Arrendatário	401	329	307	282	145	77
Parceiro	83	52	85	68	42	23
Ocupante	328	308	335	384	340	345
Total	6.394	6.295	6.656	6.700	5.581	5.434

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Pernambuco, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	61,3	87,3	66,6	89,0	65,8	89,1	61,9	89,1	72,0	90,6	79,0	91,8
Arrendatário	17,8	6,3	12,2	5,2	11,4	4,6	9,5	4,2	3,7	2,6	2,6	1,4
Parceiro	3,0	1,3	2,3	0,8	4,5	1,3	5,1	1,0	4,3	0,8	1,8	0,4
Ocupante	17,9	5,1	18,8	4,9	18,4	5,0	23,4	5,7	20,0	6,1	16,6	6,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Pernambuco, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	27,5	26,6	27,3	27,1	27,2	22,1	4,7	4,6	4,9	5,0	5,2	4,1
Arrendatário	6,8	8,5	8,2	8,3	15,1	10,4	1,3	1,3	1,3	1,2	1,3	1,5
Parceiro	8,2	7,1	5,7	3,7	3,8	4,4	2,2	2,7	2,4	2,1	1,6	1,3
Ocupante	5,5	5,2	5,5	4,6	6,6	7,3	1,5	1,7	2,1	1,4	2,0	1,4
Total	19,3	19,9	20,2	18,8	21,6	19,1	2,9	3,1	3,2	2,9	3,4	3,1

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Pernambuco, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,813	0,810	0,806	0,806	0,805	0,818
Arrendatário	0,834	0,859	0,851	0,861	0,903	0,841
Parceiro	0,795	0,708	0,683	0,594	0,635	0,736
Ocupante	0,744	0,703	0,702	0,710	0,758	0,797
Total	0,838	0,829	0,825	0,831	0,822	0,825

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Pernambuco, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,792	0,786	0,786	0,792	0,793	0,819
Arrendatário	0,793	0,825	0,817	0,830	0,891	0,820
Parceiro	0,749	0,644	0,594	0,490	0,538	0,671
Ocupante	0,682	0,627	0,641	0,646	0,704	0,785
Total	0,819	0,806	0,805	0,815	0,809	0,826

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Pernambuco, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,830	0,828	0,822	0,821	0,823	0,891
Arrendatário	0,931	0,940	0,927	0,930	0,932	0,881
Parceiro	0,876	0,817	0,815	0,694	0,730	0,808
Ocupante	0,831	0,799	0,771	0,792	0,825	0,853
Total	0,865	0,857	0,850	0,856	0,845	0,895

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Pernambuco, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	3,9	3,9	4,0	3,8	3,9	3,5	61,2	60,8	60,1	59,4	59,4	61,7
Arrendatário	5,7	4,8	4,8	4,5	2,6	3,7	76,0	79,9	77,6	79,5	85,9	69,5
Parceiro	6,4	10,0	11,2	14,5	12,9	8,8	68,1	55,7	52,9	42,1	47,7	59,5
Ocupante	8,0	9,4	8,9	9,0	6,9	4,3	58,7	52,3	50,3	52,9	59,2	59,9
Total	3,5	3,7	3,8	3,5	3,6	3,3	66,7	65,2	64,3	64,5	62,6	63,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

ALAGOAS

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Alagoas, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	74.127	73.821	80.443	86.366	74.101	88.823
Arrendatário	18.167	18.450	11.623	16.634	10.395	5.596
Parceiro	1.853	3.990	3.208	7.787	6.737	2.650
Ocupante	11.012	19.315	22.594	31.984	23.805	20.722
Total	105.159	115.576	117.868	142.771	115.038	117.791

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Alagoas, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	2.041,2	2.074,8	2.151,8	2.107,9	1.922,3	1.920,0
Arrendatário	129,9	135,8	154,7	153,3	138,5	72,9
Parceiro	4,9	10,3	8,0	22,9	15,2	11,1
Ocupante	62,6	63,5	82,1	79,7	66,4	104,4
Total	2.238,5	2.284,4	2.396,6	2.363,8	2.142,5	2.108,4

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Alagoas, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	70,5	91,2	63,9	90,8	68,2	89,8	60,5	89,2	64,4	89,7	75,4	91,1
Arrendatário	17,3	5,8	16,0	5,9	9,9	6,5	11,7	6,5	9,0	6,5	4,8	3,5
Parceiro	1,8	0,2	3,5	0,4	2,7	0,3	5,5	1,0	5,9	0,7	2,2	0,5
Ocupante	10,5	2,8	16,7	2,8	19,2	3,4	22,4	3,4	20,7	3,1	17,6	4,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Alagoas, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	27,5	28,1	26,7	24,4	25,9	21,6	5,0	4,5	4,1	3,6	3,8	3,0
Arrendatário	7,1	7,4	13,3	9,2	13,3	13,0	1,6	1,4	1,5	1,0	1,0	0,9
Parceiro	2,6	2,6	2,5	2,9	2,3	4,2	1,0	1,2	1,4	1,0	1,1	1,0
Ocupante	5,7	3,3	3,6	2,5	2,8	5,0	1,6	1,5	1,4	1,1	1,0	0,9
Total	21,3	19,8	20,3	16,6	18,6	17,9	3,3	2,8	2,8	2,0	2,1	2,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Alagoas, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,820	0,828	0,831	0,836	0,840	0,864
Arrendatário	0,806	0,820	0,879	0,889	0,924	0,902
Parceiro	0,677	0,606	0,560	0,706	0,588	0,813
Ocupante	0,748	0,625	0,674	0,635	0,682	0,803
Total	0,836	0,846	0,847	0,860	0,865	0,871

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Alagoas, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,797	0,803	0,811	0,823	0,830	0,862
Arrendatário	0,748	0,765	0,857	0,865	0,909	0,894
Parceiro	0,596	0,496	0,439	0,634	0,477	0,760
Ocupante	0,676	0,505	0,578	0,535	0,599	0,760
Total	0,814	0,820	0,827	0,844	0,853	0,866

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Alagoas, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,858	0,853	0,855	0,856	0,866	0,923
Arrendatário	0,908	0,906	0,910	0,933	0,971	0,913
Parceiro	0,813	0,778	0,631	0,909	0,707	0,958
Ocupante	0,828	0,704	0,756	0,686	0,773	0,891
Total	0,878	0,881	0,877	0,889	0,899	0,929

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Alagoas, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	3,8	3,6	3,4	3,2	3,0	2,4	64,2	65,1	65,5	66,0	66,5	71,6
Arrendatário	6,0	5,6	3,0	3,3	2,2	2,1	69,6	72,1	79,5	83,8	89,7	80,7
Parceiro	11,2	14,9	15,8	10,5	14,8	6,5	52,4	45,9	37,1	57,6	40,7	72,9
Ocupante	7,7	13,4	10,7	12,7	10,7	5,0	58,7	45,3	48,9	45,0	50,9	63,2
Total	3,4	3,3	3,1	2,8	2,6	2,3	67,2	69,3	68,8	71,1	71,7	73,2

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

SERGIPE

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Sergipe, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	71.085	76.230	77.337	88.439	79.559	87.786
Arrendatário	11.922	8.389	5.229	9.227	4.363	1.066
Parceiro	415	739	1.483	2.045	996	456
Ocupante	11.850	15.876	11.783	15.359	14.140	9.052
Total	95.272	101.234	95.832	115.070	99.058	98.360

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Sergipe, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	1.677,9	1.758,6	1.851,0	1.858,9	1.649,6	1.402,5
Arrendatário	18,8	20,0	18,0	19,2	7,6	14,9
Parceiro	2,2	1,0	1,6	2,9	2,1	7,7
Ocupante	44,3	30,0	27,2	37,5	43,4	55,4
Total	1.743,2	1.809,5	1.897,8	1.918,5	1.702,6	1.480,4

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Sergipe, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	74,6	96,3	75,3	97,2	80,7	97,5	76,9	96,9	80,3	96,9	89,2	94,7
Arrendatário	12,5	1,1	8,3	1,1	5,5	0,9	8,0	1,0	4,4	0,4	1,1	1,0
Parceiro	0,4	0,1	0,7	0,1	1,5	0,1	1,8	0,2	1,0	0,1	0,5	0,5
Ocupante	12,4	2,5	15,7	1,7	12,3	1,4	13,3	2,0	14,3	2,5	9,2	3,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Sergipe, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	23,6	23,1	23,9	21,0	20,7	16,0	3,4	3,3	3,5	2,9	3,0	2,7
Arrendatário	1,6	2,4	3,4	2,1	1,7	13,9	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	1,0
Parceiro	5,3	1,3	1,1	1,4	2,1	16,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8
Ocupante	3,7	1,9	2,3	2,4	3,1	6,1	0,8	0,8	0,8	0,6	0,7	1,1
Total	18,3	17,9	19,8	16,7	17,2	15,1	2,0	1,9	2,4	1,8	2,0	2,4

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Sergipe, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,830	0,832	0,830	0,840	0,831	0,820
Arrendatário	0,706	0,780	0,841	0,759	0,731	0,908
Parceiro	0,853	0,468	0,409	0,519	0,709	0,956
Ocupante	0,822	0,682	0,733	0,798	0,802	0,750
Total	0,854	0,855	0,848	0,860	0,848	0,822

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Sergipe, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,824	0,827	0,831	0,844	0,837	0,824
Arrendatário	0,648	0,733	0,807	0,709	0,674	0,895
Parceiro	0,816	0,344	0,281	0,407	0,641	0,949
Ocupante	0,782	0,606	0,676	0,758	0,765	0,757
Total	0,857	0,854	0,853	0,867	0,856	0,826

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Sergipe, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,848	0,848	0,846	0,854	0,837	0,831
Arrendatário	0,876	0,958	0,959	0,956	0,861	0,957
Parceiro	0,923	0,418	0,288	0,562	0,831	0,988
Ocupante	0,919	0,772	0,827	0,900	0,887	0,746
Total	0,875	0,875	0,867	0,878	0,858	0,837

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Sergipe, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	3,0	2,9	2,8	2,6	2,8	3,0	62,9	63,2	62,5	64,0	62,4	60,9
Arrendatário	10,8	8,4	5,3	8,8	9,7	1,9	58,6	69,8	74,7	64,9	61,7	81,0
Parceiro	4,9	21,0	23,6	18,7	10,7	1,1	77,6	27,8	21,1	33,5	58,2	93,1
Ocupante	5,7	11,3	8,6	6,2	5,7	3,8	71,1	51,7	55,9	66,1	65,1	42,4
Total	2,3	2,4	2,4	2,2	2,3	2,9	66,9	67,2	65,6	67,8	65,4	61,4

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

BAHIA

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Bahia, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	452.443	473.267	554.699	625.910	620.086	666.817
Arrendatário	17.590	11.848	10.989	7.525	4.551	5.862
Parceiro	8.123	3.328	5.303	8.715	9.734	8.650
Ocupante	63.401	59.677	66.069	96.724	64.552	60.835
Total	541.557	548.120	637.060	738.874	698.923	742.164

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Bahia, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	21.070	24.356	29.185	32.479	29.193	28.074
Arrendatário	137	82	77	104	80	165
Parceiro	155	57	74	83	89	93
Ocupante	900	769	697	764	480	848
Total	22.261	25.264	30.033	33.431	29.843	29.181

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Bahia, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	83,5	94,6	86,3	96,4	87,1	97,2	84,7	97,2	88,7	97,8	89,8	96,2
Arrendatário	3,2	0,6	2,2	0,3	1,7	0,3	1,0	0,3	0,7	0,3	0,8	0,6
Parceiro	1,5	0,7	0,6	0,2	0,8	0,2	1,2	0,2	1,4	0,3	1,2	0,3
Ocupante	11,7	4,0	10,9	3,0	10,4	2,3	13,1	2,3	9,2	1,6	8,2	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Bahia, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	46,6	51,5	52,6	51,9	47,1	42,1	10,2	10,3	9,9	8,6	8,0	6,8
Arrendatário	7,8	6,9	7,0	13,9	17,6	28,2	1,6	1,5	1,6	2,2	2,8	3,2
Parceiro	19,0	17,0	13,9	9,6	9,2	10,8	2,8	2,7	2,8	2,5	2,2	2,0
Ocupante	14,2	12,9	10,5	7,9	7,4	13,9	2,7	2,9	2,7	2,5	2,1	2,4
Total	41,1	46,1	47,1	45,2	42,7	39,3	7,7	8,1	7,7	6,7	6,7	6,3

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Bahia, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,788	0,801	0,818	0,832	0,828	0,837
Arrendatário	0,812	0,805	0,794	0,855	0,849	0,881
Parceiro	0,841	0,853	0,817	0,785	0,809	0,830
Ocupante	0,808	0,791	0,772	0,736	0,757	0,785
Total	0,801	0,812	0,826	0,841	0,835	0,839

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Bahia, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,770	0,785	0,801	0,819	0,813	0,833
Arrendatário	0,762	0,745	0,737	0,826	0,818	0,866
Parceiro	0,814	0,810	0,762	0,722	0,756	0,800
Ocupante	0,766	0,734	0,713	0,666	0,697	0,782
Total	0,789	0,798	0,813	0,830	0,823	0,836

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Bahia, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,812	0,835	0,874	0,901	0,882	0,904
Arrendatário	0,882	0,892	0,871	0,938	0,903	0,933
Parceiro	0,876	0,948	0,893	0,909	0,904	0,939
Ocupante	0,864	0,883	0,844	0,836	0,829	0,861
Total	0,826	0,847	0,882	0,908	0,889	0,906

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Bahia, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	4,2	3,8	3,6	3,2	3,5	3,1	56,7	59,1	63,0	65,6	65,3	66,9
Arrendatário	5,4	6,1	6,0	3,7	3,8	2,5	68,1	69,0	65,4	73,5	72,3	76,8
Parceiro	3,8	4,3	5,6	7,1	5,8	3,9	68,0	75,2	69,4	66,8	68,7	66,9
Ocupante	4,7	5,7	6,2	7,7	6,7	3,7	62,9	62,2	59,0	54,2	56,5	53,4
Total	3,7	3,4	3,3	3,0	3,2	3,0	58,3	60,4	64,0	66,9	66,2	67,1

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

MINAS GERAIS

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Minas Gerais, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	387.370	415.014	422.765	472.830	439.291	476.181
Arrendatário	24.308	16.459	21.575	21.286	15.646	14.569
Parceiro	11.102	9.180	8.822	16.057	15.958	12.912
Ocupante	30.902	22.047	25.785	39.462	25.363	33.120
Total	453.682	462.700	478.947	549.635	496.258	536.782

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Minas Gerais, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	38.057	42.410	43.689	42.958	38.650	30.980
Arrendatário	1.575	1.062	1.378	1.468	1.129	777
Parceiro	351	162	208	259	272	208
Ocupante	2.026	989	1.086	1.153	760	683
Total	42.009	44.623	46.362	45.837	40.812	32.648

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Minas Gerais, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	85,4	90,6	89,7	95,0	88,3	94,2	86,0	93,7	88,5	94,7	88,7	94,9
Arrendatário	5,4	3,7	3,6	2,4	4,5	3,0	3,9	3,2	3,2	2,8	2,7	2,4
Parceiro	2,4	0,8	2,0	0,4	1,8	0,4	2,9	0,6	3,2	0,7	2,4	0,6
Ocupante	6,8	4,8	4,8	2,2	5,4	2,3	7,2	2,5	5,1	1,9	6,2	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Minas Gerais, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	98,2	102,2	103,3	90,9	88,0	65,1	27,1	27,7	26,6	23,2	22,6	14,1
Arrendatário	64,8	64,5	63,9	68,9	72,2	53,3	22,9	22,0	19,4	19,4	15,6	13,4
Parceiro	31,7	17,6	23,6	16,1	17,1	16,1	7,5	4,5	4,6	3,7	2,9	2,1
Ocupante	65,5	44,9	42,1	29,2	30,0	20,6	16,9	8,8	8,7	6,2	4,5	4,2
Total	92,6	96,4	96,8	83,4	82,2	60,8	25,5	25,5	24,2	20,0	19,8	12,9

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Minas Gerais, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,749	0,751	0,761	0,763	0,763	0,790
Arrendatário	0,699	0,708	0,729	0,749	0,793	0,765
Parceiro	0,771	0,754	0,813	0,792	0,835	0,880
Ocupante	0,752	0,796	0,807	0,789	0,823	0,772
Total	0,751	0,756	0,768	0,772	0,773	0,795

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Minas Gerais, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,720	0,722	0,735	0,739	0,743	0,789
Arrendatário	0,667	0,688	0,708	0,740	0,817	0,791
Parceiro	0,737	0,690	0,767	0,744	0,807	0,865
Ocupante	0,743	0,769	0,778	0,755	0,818	0,799
Total	0,724	0,732	0,745	0,755	0,763	0,800

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Minas Gerais, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,763	0,754	0,781	0,776	0,778	0,817
Arrendatário	0,671	0,675	0,750	0,797	0,843	0,770
Parceiro	0,799	0,807	0,924	0,865	0,885	0,967
Ocupante	0,734	0,822	0,933	0,829	0,865	0,811
Total	0,762	0,760	0,792	0,787	0,789	0,823

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Minas Gerais, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	5,7	5,6	5,3	5,2	5,1	4,2	50,9	50,7	52,6	52,4	52,3	56,5
Arrendatário	7,2	6,5	6,0	5,1	3,3	4,1	43,0	43,3	46,8	49,8	55,4	49,8
Parceiro	5,1	6,9	5,3	5,9	4,3	3,1	54,7	56,5	66,6	63,3	68,6	77,6
Ocupante	5,0	4,4	4,6	5,0	3,3	3,5	49,3	58,4	62,9	58,9	61,5	52,1
Total	5,6	5,3	5,0	4,7	4,6	3,9	50,9	51,2	53,3	53,4	53,3	57,1

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

ESPÍRITO SANTO

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Espírito Santo, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	65.251	57.502	54.215	61.870	68.197	76.079
Arrendatário	603	346	647	570	794	910
Parceiro	1.499	566	1.343	1.326	2.742	2.872
Ocupante	3.358	2.170	3.135	5.372	1.475	3.897
Total	70.711	60.584	59.340	69.138	73.208	83.758

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Espírito Santo, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	3.599	3.745	3.654	3.739	3.382	2.763
Arrendatário	22	19	27	24	43	14
Parceiro	46	16	42	27	40	26
Ocupante	92	59	75	106	24	35
Total	3.759	3.839	3.798	3.895	3.489	2.838

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Espírito Santo, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	92,3	95,7	94,9	97,6	91,4	96,2	89,5	96,0	93,2	96,9	90,8	97,3
Arrendatário	0,9	0,6	0,6	0,5	1,1	0,7	0,8	0,6	1,1	1,2	1,1	0,5
Parceiro	2,1	1,2	0,9	0,4	2,3	1,1	1,9	0,7	3,7	1,1	3,4	0,9
Ocupante	4,7	2,5	3,6	1,5	5,3	2,0	7,8	2,7	2,0	0,7	4,7	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Espírito Santo, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	55,2	65,1	67,4	60,4	49,6	36,3	28,3	30,6	29,3	25,8	19,3	11,7
Arrendatário	36,8	53,6	42,4	42,5	53,8	15,8	14,1	16,6	15,1	11,4	7,1	4,5
Parceiro	30,4	28,7	31,2	20,2	14,6	9,1	15,8	15,5	17,8	9,6	5,6	3,3
Ocupante	27,5	27,1	24,0	19,7	16,2	9,0	13,3	12,6	10,1	7,0	5,6	6,0
Total	53,2	63,4	64,0	56,3	47,7	33,9	27,2	29,8	27,8	23,7	18,0	10,6

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Espírito Santo, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,601	0,625	0,653	0,664	0,684	0,728
Arrendatário	0,672	0,733	0,699	0,762	0,967	0,745
Parceiro	0,582	0,555	0,558	0,595	0,657	0,676
Ocupante	0,600	0,615	0,648	0,677	0,687	0,559
Total	0,604	0,628	0,657	0,673	0,692	0,733

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Espírito Santo, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,506	0,533	0,573	0,591	0,619	0,684
Arrendatário	0,605	0,677	0,705	0,806	0,864	0,724
Parceiro	0,484	0,455	0,469	0,509	0,581	0,599
Ocupante	0,503	0,538	0,574	0,599	0,625	0,506
Total	0,513	0,539	0,584	0,609	0,632	0,692

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Espírito Santo, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,570	0,622	0,671	0,691	0,717	0,802
Arrendatário	0,626	0,782	0,645	0,756	0,907	0,717
Parceiro	0,509	0,428	0,429	0,481	0,591	0,669
Ocupante	0,524	0,533	0,597	0,699	0,649	0,556
Total	0,573	0,625	0,674	0,699	0,725	0,806

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Espírito Santo, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	13,0	12,0	10,9	10,2	9,0	7,3	37,1	40,4	43,5	44,3	46,0	51,9
Arrendatário	8,2	7,3	7,5	4,6	2,4	5,3	39,9	53,0	43,3	51,7	72,8	47,6
Parceiro	12,2	13,4	12,8	11,1	9,3	9,6	30,8	27,3	26,7	29,6	38,4	45,3
Ocupante	11,8	10,9	9,9	9,5	8,2	15,0	34,1	34,7	39,7	44,9	43,7	37,4
Total	12,7	11,8	10,5	9,6	8,6	7,0	37,2	40,5	43,6	44,8	46,6	52,3

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

RIO DE JANEIRO

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Rio de Janeiro, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	50.324	51.277	54.719	62.837	42.215	46.643
Arrendatário	5.227	5.140	5.712	4.228	2.270	2.801
Parceiro	8.244	9.023	8.627	12.002	6.607	3.012
Ocupante	8.586	10.790	8.604	12.096	2.563	4.114
Total	72.381	76.230	77.662	91.163	53.655	56.570

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Rio de Janeiro, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	2.899	3.027	2.821	2.869	2.247	1.905
Arrendatário	162	179	179	208	97	85
Parceiro	85	75	74	71	35	18
Ocupante	142	165	107	117	37	41
Total	3.288	3.446	3.181	3.264	2.416	2.049

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Rio de Janeiro, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	69,5	88,2	67,3	87,8	70,5	88,7	68,9	87,9	78,7	93,0	82,5	93,0
Arrendatário	7,2	4,9	6,7	5,2	7,4	5,6	4,6	6,4	4,2	4,0	5,0	4,1
Parceiro	11,4	2,6	11,8	2,2	11,1	2,3	13,2	2,2	12,3	1,5	5,3	0,9
Ocupante	11,9	4,3	14,2	4,8	11,1	3,4	13,3	2,6	4,8	1,5	7,3	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Rio de Janeiro, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	57,6	59,0	51,6	45,7	53,2	40,8	13,7	14,3	10,2	9,1	12,6	8,5
Arrendatário	31,1	34,8	31,3	49,2	42,8	30,3	8,2	7,3	5,5	8,6	8,3	6,8
Parceiro	10,3	8,3	8,6	5,9	5,4	6,1	4,6	3,9	3,7	2,7	1,4	1,4
Ocupante	16,5	15,3	12,5	9,6	14,3	9,9	5,4	4,7	3,8	3,1	3,0	3,2
Total	45,4	45,2	41,0	35,8	45,0	36,2	9,7	9,4	7,7	6,0	9,0	7,1

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Rio de Janeiro, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,773	0,771	0,793	0,798	0,768	0,789
Arrendatário	0,745	0,786	0,790	0,808	0,768	0,756
Parceiro	0,622	0,626	0,649	0,644	0,764	0,783
Ocupante	0,713	0,733	0,740	0,731	0,798	0,734
Total	0,783	0,791	0,805	0,816	0,791	0,798

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Rio de Janeiro, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,769	0,771	0,820	0,834	0,782	0,817
Arrendatário	0,713	0,795	0,814	0,831	0,826	0,785
Parceiro	0,519	0,522	0,567	0,564	0,743	0,756
Ocupante	0,668	0,696	0,731	0,738	0,798	0,784
Total	0,771	0,787	0,823	0,841	0,818	0,828

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Rio de Janeiro, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,771	0,770	0,782	0,787	0,747	0,778
Arrendatário	0,719	0,768	0,765	0,892	0,728	0,703
Parceiro	0,650	0,690	0,662	0,650	0,819	0,813
Ocupante	0,726	0,803	0,751	0,728	0,836	0,753
Total	0,788	0,799	0,801	0,820	0,775	0,789

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Rio de Janeiro, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	4,8	4,6	3,5	3,2	4,4	3,8	53,2	52,4	54,2	54,8	50,7	54,0
Arrendatário	5,9	4,1	3,4	3,1	3,0	4,2	48,3	52,0	50,6	56,7	45,6	46,2
Parceiro	12,9	12,7	11,2	11,2	5,8	6,1	42,9	42,7	43,5	42,9	57,6	64,9
Ocupante	8,0	7,2	6,1	5,9	4,1	6,2	50,4	53,3	50,3	47,8	58,8	53,2
Total	4,6	4,1	3,3	2,9	3,4	3,5	55,3	55,8	56,6	58,3	53,4	55,3

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

SÃO PAULO

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. São Paulo, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	207.910	199.152	187.005	195.854	179.022	193.083
Arrendatário	48.865	29.408	29.143	30.469	18.609	16.343
Parceiro	51.196	32.273	40.227	37.227	10.762	2.659
Ocupante	18.776	17.298	16.670	18.308	9.367	13.337
Total	326.747	278.131	273.045	281.858	217.760	225.422

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. São Paulo, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	18.338	18.822	18.065	17.596	15.666	14.988
Arrendatário	1.069	948	1.163	1.500	1.170	1.157
Parceiro	551	378	539	680	363	348
Ocupante	457	408	394	469	170	209
Total	20.416	20.556	20.161	20.245	17.369	16.701

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. São Paulo, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	63,6	89,8	71,6	91,6	68,5	89,6	69,5	86,9	82,2	90,2	85,7	89,7
Arrendatário	15,0	5,2	10,6	4,6	10,7	5,8	10,8	7,4	8,5	6,7	7,2	6,9
Parceiro	15,7	2,7	11,6	1,8	14,7	2,7	13,2	3,4	4,9	2,1	1,2	2,1
Ocupante	5,7	2,2	6,2	2,0	6,1	2,0	6,5	2,3	4,3	1,0	5,9	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. São Paulo, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	88,2	94,5	96,6	89,8	87,5	77,6	23,8	25,7	26,4	24,5	23,9	16,6
Arrendatário	21,9	32,3	39,9	49,2	62,9	70,8	7,8	8,7	10,6	13,9	17,6	15,0
Parceiro	10,8	11,7	13,4	18,3	33,7	130,8	7,3	7,6	7,3	7,0	4,5	7,1
Ocupante	24,4	23,6	23,7	25,6	18,2	15,7	7,0	6,3	5,4	5,3	4,8	11,3
Total	62,5	73,9	73,8	71,8	79,8	74,1	14,3	17,4	17,3	17,3	20,7	15,8

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. São Paulo, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,757	0,755	0,751	0,752	0,749	0,798
Arrendatário	0,701	0,754	0,741	0,744	0,752	0,810
Parceiro	0,484	0,512	0,591	0,703	0,841	0,933
Ocupante	0,741	0,752	0,786	0,799	0,764	0,585
Total	0,779	0,775	0,774	0,772	0,760	0,803

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. São Paulo, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,720	0,718	0,715	0,720	0,714	0,789
Arrendatário	0,619	0,700	0,705	0,712	0,738	0,802
Parceiro	0,345	0,386	0,487	0,628	0,855	0,941
Ocupante	0,691	0,697	0,751	0,777	0,768	0,618
Total	0,742	0,744	0,747	0,748	0,741	0,796

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. São Paulo, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,769	0,760	0,752	0,750	0,754	0,843
Arrendatário	0,730	0,798	0,748	0,761	0,754	0,873
Parceiro	0,419	0,471	0,648	0,760	0,839	0,981
Ocupante	0,756	0,813	0,857	0,870	0,779	0,606
Total	0,801	0,789	0,784	0,778	0,765	0,854

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. São Paulo, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	6,0	6,0	6,0	5,9	6,1	4,5	53,5	52,9	51,9	51,9	51,7	59,3
Arrendatário	9,1	6,5	6,0	5,9	5,6	4,2	49,7	54,3	49,5	50,9	51,4	63,0
Parceiro	19,3	18,0	14,7	9,8	2,5	1,0	28,5	31,2	41,3	54,6	64,0	85,8
Ocupante	6,7	6,7	5,5	4,8	5,1	12,4	52,5	55,6	60,6	62,6	53,5	36,1
Total	5,2	5,1	5,1	5,1	5,6	4,4	57,2	55,9	55,1	54,6	52,7	60,6

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

PARANÁ

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Paraná, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	312.739	305.687	305.759	303.071	282.166	297.935
Arrendatário	68.731	48.459	43.333	48.425	26.942	25.676
Parceiro	122.937	79.867	63.044	69.073	28.114	7.870
Ocupante	50.046	43.502	41.776	45.666	32.585	30.738
Total	554.453	477.515	453.912	466.235	369.807	362.219

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Paraná, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	12.161	13.799	14.579	14.605	14.279	13.801
Arrendatário	647	580	703	879	799	815
Parceiro	1.067	686	646	733	399	173
Ocupante	750	567	452	482	469	498
Total	14.626	15.631	16.380	16.699	15.947	15.287

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Paraná, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	56,4	83,2	64,0	88,3	67,4	89,0	65,0	87,5	76,3	89,5	82,3	90,3
Arrendatário	12,4	4,4	10,1	3,7	9,5	4,3	10,4	5,3	7,3	5,0	7,1	5,3
Parceiro	22,2	7,3	16,7	4,4	13,9	3,9	14,8	4,4	7,6	2,5	2,2	1,1
Ocupante	9,0	5,1	9,1	3,6	9,2	2,8	9,8	2,9	8,8	2,9	8,5	3,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Paraná, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	38,9	45,1	47,7	48,2	50,6	46,3	13,9	14,7	14,9	14,6	15,4	12,2
Arrendatário	9,4	12,0	16,2	18,1	29,7	31,7	4,9	5,6	6,5	6,7	8,5	9,7
Parceiro	8,7	8,6	10,2	10,6	14,2	22,0	6,2	5,8	6,3	5,9	6,5	7,3
Ocupante	15,0	13,0	10,8	10,5	14,4	16,2	5,4	5,0	4,7	4,3	5,3	7,6
Total	26,4	32,7	36,1	35,8	43,1	42,2	9,3	10,1	10,8	10,3	12,8	11,5

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Paraná, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,698	0,719	0,733	0,741	0,734	0,770
Arrendatário	0,535	0,591	0,666	0,691	0,743	0,727
Parceiro	0,415	0,430	0,503	0,545	0,627	0,724
Ocupante	0,671	0,652	0,642	0,664	0,676	0,695
Total	0,702	0,729	0,743	0,752	0,743	0,770

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Paraná, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,612	0,639	0,674	0,689	0,675	0,750
Arrendatário	0,398	0,465	0,564	0,600	0,677	0,680
Parceiro	0,256	0,272	0,363	0,415	0,522	0,666
Ocupante	0,577	0,545	0,556	0,591	0,605	0,699
Total	0,612	0,648	0,682	0,699	0,687	0,750

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Paraná, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,775	0,787	0,793	0,795	0,769	0,809
Arrendatário	0,582	0,713	0,747	0,764	0,767	0,743
Parceiro	0,343	0,361	0,536	0,613	0,660	0,754
Ocupante	0,742	0,770	0,691	0,711	0,740	0,731
Total	0,787	0,806	0,809	0,812	0,780	0,809

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Paraná, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	9,7	8,8	8,0	7,5	7,6	5,8	52,5	54,4	55,3	55,6	53,6	57,1
Arrendatário	17,8	15,5	11,4	9,9	7,1	7,2	36,8	44,1	49,8	51,1	54,8	50,1
Parceiro	23,1	22,4	18,9	16,7	12,4	8,0	23,4	25,2	32,2	35,9	42,9	53,1
Ocupante	10,8	12,4	12,1	10,9	9,7	7,5	48,3	48,2	44,6	45,9	46,6	49,2
Total	9,6	8,3	7,5	7,0	7,1	5,8	52,9	55,8	56,7	57,2	54,7	57,3

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

SANTA CATARINA

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Santa Catarina, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	171.320	169.415	171.482	182.799	171.491	170.908
Arrendatário	10.844	10.002	12.814	15.437	12.108	7.085
Parceiro	10.752	10.279	13.280	16.109	6.129	2.151
Ocupante	14.283	16.803	18.416	20.506	13.509	9.397
Total	207.199	206.499	215.992	234.851	203.237	189.541

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Santa Catarina, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	6.409	6.344	6.772	6.693	6.112	5.745
Arrendatário	207	151	257	296	210	134
Parceiro	137	131	166	164	82	35
Ocupante	273	251	280	266	209	126
Total	7.025	6.877	7.474	7.420	6.613	6.040

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Santa Catarina, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	82,7	91,2	82,0	92,2	79,4	90,6	77,8	90,2	84,4	92,4	90,2	95,1
Arrendatário	5,2	2,9	4,8	2,2	5,9	3,4	6,6	4,0	6,0	3,2	3,7	2,2
Parceiro	5,2	1,9	5,0	1,9	6,1	2,2	6,9	2,2	3,0	1,2	1,1	0,6
Ocupante	6,9	3,9	8,1	3,7	8,5	3,7	8,7	3,6	6,6	3,2	5,0	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Santa Catarina, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	37,4	37,4	39,5	36,6	35,6	33,6	17,5	16,9	16,6	15,0	14,7	13,8
Arrendatário	19,1	15,1	20,0	19,2	17,3	18,9	7,0	6,4	7,1	6,3	6,9	6,4
Parceiro	12,7	12,7	12,5	10,2	13,3	16,4	5,9	6,2	6,4	5,8	6,5	6,0
Ocupante	19,1	15,0	15,2	13,0	15,5	13,4	6,7	5,9	6,1	5,7	6,6	8,5
Total	33,9	33,3	34,6	31,6	32,5	31,9	15,2	14,4	14,0	12,7	13,4	13,1

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Santa Catarina, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,633	0,645	0,666	0,671	0,667	0,678
Arrendatário	0,674	0,633	0,697	0,717	0,657	0,701
Parceiro	0,596	0,584	0,573	0,542	0,596	0,688
Ocupante	0,683	0,660	0,666	0,638	0,647	0,571
Total	0,674	0,659	0,680	0,685	0,673	0,680

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Santa Catarina, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,540	0,563	0,589	0,595	0,588	0,611
Arrendatário	0,576	0,521	0,605	0,629	0,558	0,627
Parceiro	0,475	0,454	0,445	0,408	0,483	0,614
Ocupante	0,594	0,565	0,580	0,544	0,568	0,517
Total	0,560	0,580	0,606	0,612	0,597	0,616

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Santa Catarina, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,679	0,698	0,727	0,739	0,715	0,752
Arrendatário	0,716	0,635	0,754	0,783	0,658	0,725
Parceiro	0,620	0,665	0,604	0,534	0,612	0,678
Ocupante	0,727	0,679	0,730	0,638	0,649	0,526
Total	0,691	0,708	0,738	0,749	0,719	0,752

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Santa Catarina, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	12,5	11,8	11,1	10,9	11,1	10,6	45,1	46,1	49,3	39,7	49,2	50,1
Arrendatário	10,3	12,4	10,0	9,4	11,0	9,0	48,0	43,8	53,4	56,5	46,0	50,6
Parceiro	13,6	15,4	15,4	16,8	13,8	9,5	37,2	39,6	37,4	33,8	38,5	48,2
Ocupante	9,6	10,9	10,6	11,6	10,6	13,3	47,8	45,1	46,5	41,6	42,0	33,8
Total	11,5	10,8	10,2	9,9	10,6	10,4	45,6	46,5	49,7	50,1	49,1	49,9

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

RIO GRANDE DO SUL

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Rio Grande do Sul, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	378.556	370.314	369.713	385.510	357.187	370.827
Arrendatário	37.329	22.958	29.245	29.580	26.417	26.715
Parceiro	50.557	41.512	42.030	42.491	22.782	9.525
Ocupante	45.208	36.541	33.672	38.998	22.997	27.543
Total	511.650	471.325	474.660	496.579	429.383	434.610

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Rio Grande do Sul, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	19.793	20.576	20.592	20.352	19.207	18.125
Arrendatário	2.445	1.827	2.118	2.048	1.653	1.454
Parceiro	676	625	697	719	537	213
Ocupante	893	637	650	702	404	408
Total	23.807	23.664	24.058	23.822	21.801	20.199

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Rio Grande do Sul, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	74,0	83,1	78,6	86,9	77,9	85,6	77,6	85,4	83,2	88,1	85,3	89,7
Arrendatário	7,3	10,3	4,9	7,7	6,2	8,8	6,0	8,6	6,2	7,6	6,1	7,2
Parceiro	9,9	2,8	8,8	2,6	8,9	2,9	8,6	3,0	5,3	2,5	2,2	1,1
Ocupante	8,8	3,8	7,8	2,7	7,1	2,7	7,9	2,9	5,4	1,9	6,3	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Rio Grande do Sul, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	52,3	55,6	55,7	52,8	53,8	48,9	15,8	16,3	15,9	14,8	14,8	13,2
Arrendatário	65,5	79,6	72,4	69,2	62,6	54,4	12,0	13,9	13,3	13,3	12,2	11,0
Parceiro	13,4	15,1	16,6	16,9	23,6	22,3	6,4	7,1	7,2	6,7	7,2	6,4
Ocupante	19,8	17,4	19,3	18,0	17,6	14,8	6,5	6,5	6,1	6,0	6,4	7,3
Total	46,5	50,2	50,7	48,0	50,8	46,5	13,6	14,3	14,0	13,2	13,8	12,6

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Rio Grande do Sul, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,744	0,747	0,754	0,756	0,758	0,771
Arrendatário	0,797	0,783	0,787	0,779	0,786	0,788
Parceiro	0,604	0,596	0,634	0,664	0,734	0,746
Ocupante	0,722	0,682	0,732	0,722	0,698	0,608
Total	0,756	0,755	0,762	0,764	0,763	0,772

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Rio Grande do Sul, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,676	0,683	0,695	0,701	0,702	0,727
Arrendatário	0,777	0,766	0,768	0,759	0,761	0,762
Parceiro	0,496	0,475	0,526	0,563	0,658	0,673
Ocupante	0,653	0,600	0,670	0,658	0,640	0,566
Total	0,697	0,695	0,708	0,713	0,712	0,730

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Rio Grande do Sul, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,800	0,794	0,800	0,798	0,790	0,808
Arrendatário	0,786	0,753	0,765	0,746	0,765	0,764
Parceiro	0,615	0,622	0,686	0,746	0,809	0,804
Ocupante	0,852	0,704	0,799	0,785	0,724	0,586
Total	0,810	0,799	0,805	0,803	0,793	0,807

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Rio Grande do Sul, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	8,2	7,9	7,6	7,4	7,2	6,6	60,0	59,8	60,2	60,1	59,6	61,3
Arrendatário	4,0	4,1	4,3	4,3	4,5	4,5	55,7	51,7	53,2	51,6	53,5	54,3
Parceiro	13,0	14,1	12,5	11,5	8,4	7,8	38,5	40,2	45,0	49,4	58,9	58,9
Ocupante	8,5	9,8	7,8	8,2	8,6	10,4	55,1	48,3	54,8	53,5	49,2	34,4
Total	7,4	7,4	7,0	6,9	6,9	6,4	60,4	60,0	60,4	60,4	59,7	61,1

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

MATO GROSSO DO SUL

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Mato Grosso do Sul, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano				
	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	32.276	33.141	38.480	41.354	48.840
Arrendatário	8.945	5.717	6.480	2.854	2.974
Parceiro	5.904	3.113	2.741	454	282
Ocupante	10.720	5.863	6.854	4.586	12.466
Total	57.845	47.834	54.555	49.248	64.562

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Mato Grosso do Sul, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano				
	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	26.989	28.968	29.259	29.612	28.307
Arrendatário	1.033	1.093	1.246	1.002	1.233
Parceiro	120	259	133	130	119
Ocupante	550	424	470	199	398
Total	28.693	30.744	31.109	30.943	30.057

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Mato Grosso do Sul, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	55,8	94,1	69,3	94,2	70,5	94,1	84,0	95,7	75,6	94,2
Arrendatário	15,5	3,6	12,0	3,6	11,9	4,0	5,8	3,2	4,6	4,1
Parceiro	10,2	0,4	6,5	0,8	5,0	0,4	0,9	0,4	0,4	0,4
Ocupante	18,5	1,9	12,3	1,4	12,6	1,5	9,3	0,6	19,3	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Mato Grosso do Sul, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)					Área mediana (ha)				
	75	80	85	95/96	2006	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	836,2	874,1	760,4	716,1	579,6	49,1	91,5	89,4	101,0	45,0
Arrendatário	115,5	191,2	192,3	351,1	414,6	6,1	9,0	14,4	64,5	83,8
Parceiro	20,3	83,2	48,4	285,3	422,2	7,0	7,2	6,5	10,5	63,9
Ocupante	51,3	72,3	68,6	43,4	31,9	6,3	4,6	3,9	3,0	15,8
Total	496,0	642,7	570,2	628,3	465,6	16,6	35,3	38,6	67,3	29,3

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Mato Grosso do Sul, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano				
	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,867	0,836	0,828	0,806	0,836
Arrendatário	0,929	0,906	0,868	0,784	0,776
Parceiro	0,719	0,920	0,879	0,908	0,838
Ocupante	0,862	0,915	0,925	0,910	0,676
Total	0,909	0,871	0,861	0,823	0,857

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Mato Grosso do Sul, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano				
	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,908	0,875	0,871	0,847	0,883
Arrendatário	0,922	0,918	0,888	0,823	0,808
Parceiro	0,633	0,896	0,839	0,933	0,880
Ocupante	0,829	0,908	0,921	0,902	0,608
Total	0,941	0,919	0,912	0,878	0,894

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Mato Grosso do Sul, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano				
	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,856	0,820	0,811	0,778	0,854
Arrendatário	0,950	0,911	0,872	0,750	0,777
Parceiro	0,902	0,975	0,979	0,914	0,944
Ocupante	0,918	0,947	0,958	0,934	0,864
Total	0,907	0,861	0,850	0,798	0,874

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Mato Grosso do Sul, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-					5+				
	75	80	85	95/96	2006	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	1,1	1,6	1,8	2,0	1,4	64,7	59,3	57,6	53,1	57,5
Arrendatário	1,7	1,2	1,5	2,7	3,1	87,1	76,4	67,8	50,0	50,8
Parceiro	10,6	2,6	4,0	0,8	1,8	61,7	89,4	82,0	75,9	63,6
Ocupante	3,5	1,8	1,5	1,9	11,5	75,3	83,6	85,2	83,3	55,6
Total	0,7	0,9	1,1	1,6	1,4	74,6	65,0	63,0	55,3	61,2

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

MATO GROSSO

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Mato Grosso, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano				
	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	23.980	35.725	48.832	68.213	88.715
Arrendatário	13.158	9.820	10.328	1.641	1.654
Parceiro	2.066	3.887	5.001	968	334
Ocupante	16.839	13.886	13.753	7.927	21.259
Total	56.043	63.318	77.914	78.749	111.962

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Mato Grosso, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano				
	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	20.975	32.123	36.459	48.262	45.148
Arrendatário	202	427	414	750	1.119
Parceiro	22	174	152	157	50
Ocupante	751	1.830	811	680	1.488
Total	21.949	34.555	37.836	49.850	47.806

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Mato Grosso, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	42,8	95,6	56,4	93,0	62,7	96,4	86,6	96,8	79,2	94,4
Arrendatário	23,5	0,9	15,5	1,2	13,3	1,1	2,1	1,5	1,5	2,3
Parceiro	3,7	0,1	6,1	0,5	6,4	0,4	1,2	0,3	0,3	0,1
Ocupante	30,0	3,4	21,9	5,3	17,7	2,1	10,1	1,4	19,0	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Mato Grosso, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)					Área mediana (ha)				
	75	80	85	95/96	2006	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	874,7	899,2	746,6	707,5	508,9	46,8	69,9	60,5	67,9	54,8
Arrendatário	15,3	43,5	40,1	456,9	676,7	4,1	4,7	5,1	41,7	106,9
Parceiro	10,6	44,8	30,3	162,6	150,7	4,0	5,0	5,4	7,8	6,9
Ocupante	44,6	131,8	59,0	85,8	70,0	5,1	7,4	7,3	55,3	44,4
Total	391,6	545,7	485,6	633,0	427,0	9,1	21,8	28,4	64,0	53,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Mato Grosso, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano				
	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,907	0,890	0,884	0,868	0,865
Arrendatário	0,770	0,895	0,861	0,836	0,798
Parceiro	0,676	0,894	0,844	0,937	0,847
Ocupante	0,850	0,913	0,802	0,616	0,552
Total	0,944	0,922	0,910	0,871	0,865

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Mato Grosso, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano				
	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,930	0,913	0,901	0,878	0,879
Arrendatário	0,702	0,863	0,822	0,893	0,884
Parceiro	0,577	0,862	0,792	0,931	0,917
Ocupante	0,819	0,910	0,803	0,618	0,491
Total	0,958	0,946	0,931	0,880	0,870

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Mato Grosso, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano				
	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,915	0,901	0,901	0,894	0,911
Arrendatário	0,969	0,970	0,921	0,859	0,824
Parceiro	0,858	0,982	0,976	0,965	0,811
Ocupante	0,892	0,964	0,844	0,618	0,641
Total	0,956	0,935	0,929	0,899	0,916

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Mato Grosso, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-					5+				
	75	80	85	95/96	2006	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	1,0	1,4	1,6	2,1	2,2	77,2	73,5	71,7	68,8	67,3
Arrendatário	9,4	3,8	4,3	1,2	2,0	70,5	86,4	76,8	59,4	52,5
Parceiro	13,1	4,0	5,8	1,3	0,8	57,6	86,6	78,7	88,3	58,1
Ocupante	3,4	1,4	2,8	12,1	15,9	69,6	81,1	56,0	40,1	36,5
Total	0,5	0,6	0,9	2,1	2,6	86,9	80,6	78,0	70,0	69,3

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

GOIÁS + TOCANTINS

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Goiás+Tocantins, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	111.014	113.107	122.764	140.202	139.755	167.519
Arrendatário	6.104	7.688	7.587	11.126	4.388	4.630
Parceiro	1.337	4.579	3.644	8.474	1.203	609
Ocupante	26.643	28.147	19.700	18.851	9.355	16.438
Total	145.098	153.521	153.695	178.653	154.701	189.196

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Goiás+Tocantins, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	31.081	37.176	43.457	44.095	41.896	38.299
Arrendatário	488	481	681	867	790	823
Parceiro	76	122	129	196	122	71
Ocupante	4.138	5.348	3.586	2.061	1.430	784
Total	35.783	43.127	47.853	47.218	44.238	39.976

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Goiás+Tocantins, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	76,5	86,9	73,7	86,2	79,9	90,8	78,5	93,4	90,3	94,7	88,5	95,8
Arrendatário	4,2	1,4	5,0	1,1	4,9	1,4	6,2	1,8	2,8	1,8	2,4	2,1
Parceiro	0,9	0,2	3,0	0,3	2,4	0,3	4,7	0,4	0,8	0,3	0,3	0,2
Ocupante	18,4	11,6	18,3	12,4	12,8	7,5	10,6	4,4	6,0	3,2	8,7	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Goiás+Tocantins, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	280,0	328,7	354,0	314,5	299,8	228,6	82,7	94,9	98,7	93,0	85,5	47,0
Arrendatário	79,9	62,5	89,7	77,9	180,0	177,7	13,9	11,4	18,7	13,3	45,3	47,4
Parceiro	56,6	26,7	35,5	23,2	101,6	116,9	9,2	8,0	7,9	5,8	7,7	37,8
Ocupante	155,3	190,0	182,0	109,3	152,8	47,7	49,2	61,8	68,2	31,2	39,5	27,4
Total	246,6	280,9	311,3	264,3	286,0	211,3	71,4	79,1	87,2	71,0	79,4	43,3

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Goiás+Tocantins, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,735	0,738	0,747	0,733	0,734	0,780
Arrendatário	0,810	0,791	0,772	0,776	0,756	0,731
Parceiro	0,815	0,742	0,800	0,764	0,850	0,722
Ocupante	0,685	0,704	0,705	0,740	0,792	0,587
Total	0,738	0,749	0,755	0,756	0,741	0,782

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Goiás+Tocantins, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,702	0,707	0,717	0,707	0,705	0,773
Arrendatário	0,770	0,738	0,749	0,752	0,777	0,726
Parceiro	0,775	0,654	0,741	0,687	0,881	0,798
Ocupante	0,650	0,696	0,696	0,722	0,809	0,535
Total	0,711	0,733	0,738	0,751	0,722	0,773

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Goiás+Tocantins, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,733	0,736	0,832	0,710	0,714	0,781
Arrendatário	0,835	0,825	0,760	0,756	0,743	0,727
Parceiro	0,827	0,847	0,841	0,869	0,813	0,656
Ocupante	0,620	0,640	0,663	0,720	0,807	0,620
Total	0,735	0,744	0,831	0,738	0,722	0,787

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Goiás+Tocantins, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	6,1	6,1	5,9	6,0	5,9	4,5	48,8	49,4	50,9	47,4	47,4	53,7
Arrendatário	4,3	5,2	4,4	4,0	4,3	5,4	62,0	59,3	52,0	51,0	47,6	44,3
Parceiro	4,4	9,4	6,0	8,5	1,6	4,0	63,0	63,2	66,0	67,7	59,4	39,1
Ocupante	6,9	5,9	6,4	5,2	4,6	15,3	38,3	39,9	43,3	47,5	59,1	41,8
Total	5,8	5,3	5,4	4,8	5,6	4,6	48,6	49,6	51,5	49,8	48,1	54,4

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

DISTRITO FEDERAL

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Distrito Federal, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	1.392	885	822	1.152	1.360	2.275
Arrendatário	29	392	1.227	1.368	901	607
Parceiro	8	24	24	32	59	54
Ocupante	484	558	577	849	139	1.017
Total	1.913	1.859	2.650	3.401	2.459	3.953

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários (em 1.000 hectares) com declaração de área, conforme condição do produtor. Distrito Federal, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	155,03	136,63	130,87	134,12	139,21	170,22
Arrendatário	1,46	31,39	130,27	150,14	101,43	42,07
Parceiro	0,19	0,46	0,31	0,52	1,24	1,53
Ocupante	13,34	16,57	23,69	29,03	3,05	37,50
Total	170,02	185,06	285,13	313,80	244,93	251,32

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 3. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total pelas quatro condições do produtor. Distrito Federal, 1970 a 2006.

Condição do produtor	1970		1975		1980		1985		1995/96		2006	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
Proprietário	72,8	91,2	47,6	73,8	31,0	45,9	33,9	42,7	55,3	56,8	57,5	67,7
Arrendatário	1,5	0,9	21,1	17,0	46,3	45,7	40,2	47,8	36,6	41,4	15,4	16,7
Parceiro	0,4	0,1	1,3	0,3	0,9	0,1	0,9	0,2	2,4	0,5	1,4	0,6
Ocupante	25,3	7,8	30,0	9,0	21,8	8,3	25,0	9,3	5,7	1,2	25,7	14,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 4. Áreas média e mediana (em hectares) por estabelecimento agropecuário, conforme condição do produtor. Distrito Federal, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Área média (ha)						Área mediana (ha)					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	111,4	154,4	159,2	116,4	102,4	74,8	28,5	35,4	34,5	23,8	16,3	7,8
Arrendatário	50,2	80,1	106,2	109,8	112,6	69,3	13,1	26,4	33,2	31,6	2,6	14,9
Parceiro	23,7	19,3	12,8	16,1	21,0	28,4	6,8	8,5	5,0	4,7	6,8	6,1
Ocupante	27,6	29,7	41,1	34,2	21,9	36,9	5,8	7,9	14,7	11,4	7,4	7,0
Total	88,9	99,5	107,6	92,3	99,6	63,6	23,1	24,9	27,6	21,8	17,5	8,2

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 5. Índice de Gini da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Distrito Federal, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,780	0,757	0,767	0,787	0,810	0,835
Arrendatário	0,731	0,752	0,719	0,746	0,780	0,740
Parceiro	0,542	0,509	0,533	0,652	0,663	0,771
Ocupante	0,758	0,717	0,697	0,715	0,694	0,787
Total	0,795	0,783	0,755	0,776	0,802	0,818

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 6. Índice de Atkinson (transformação do L de Theil) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Distrito Federal, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,748	0,713	0,732	0,771	0,811	0,832
Arrendatário	0,722	0,704	0,679	0,728	0,770	0,720
Parceiro	0,509	0,445	0,452	0,602	0,569	0,716
Ocupante	0,725	0,690	0,636	0,662	0,647	0,756
Total	0,776	0,761	0,720	0,758	0,799	0,807

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 7. Dual do T de Theil da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. Distrito Federal, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,803	0,737	0,747	0,778	0,813	0,836
Arrendatário	0,657	0,880	0,670	0,719	0,813	0,667
Parceiro	0,421	0,355	0,382	0,545	0,610	0,771
Ocupante	0,786	0,653	0,666	0,700	0,627	0,787
Total	0,821	0,801	0,733	0,765	0,818	0,815

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Tabela 8. Porcentagem da área total correspondente aos 50% menores (50-) e os 5% maiores (5+) estabelecimentos, conforme condição do produtor. Distrito Federal, 1970 a 2006.

Condição do produtor	50-						5+					
	70	75	80	85	95/96	2006	70	75	80	85	95/96	2006
Proprietário	5,7	5,6	5,0	4,1	3,2	2,5	57,9	52,2	51,1	54,9	57,8	62,0
Arrendatário	4,9	7,4	6,5	5,2	3,9	4,6	39,1	59,0	43,8	47,5	51,8	40,8
Parceiro	8,9	11,2	12,7	8,4	9,3	6,3	-	16,1	18,1	28,4	39,2	60,2
Ocupante	5,2	5,5	8,2	7,0	7,6	4,9	54,7	42,3	45,4	46,9	42,9	56,8
Total	4,7	5,0	5,5	4,4	3,3	3,1	60,4	57,4	49,8	52,6	55,8	58,7

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Anexo 2. A criação de pequenos estabelecimentos pode aumentar a desigualdade da distribuição da posse da terra.

Este anexo se destina a mostrar, com base em exemplos artificiais, como a criação de pequenos estabelecimentos agropecuários, resultantes da subdivisão de estabelecimentos relativamente grandes, pode afetar as medidas de desigualdade da distribuição da posse da terra.

As medidas de desigualdade consideradas são o índice de Gini (G), o dual do T de Theil (indicado por U) e o índice de Atkinson (A), que é uma transformação monotonicamente crescente do L de Theil: $A = 1 - \exp(-L)$.

Vejam, inicialmente, um exemplo com clara redução da desigualdade. Na situação inicial temos 200 estabelecimentos de 10 ha e 1 latifúndio de 1000 ha. A área total é 3000 ha, a área média é 14,93 ha, $G = 0,328$, $U = 0,678$ e $A = 0,314$. Se o latifúndio for dividido em 100 estabelecimentos de 10 ha, a nova distribuição é perfeitamente igualitária, com 300 estabelecimentos de 10 ha, $G = 0$, $U = 0$ e $A = 0$.

Vejam, a seguir, um exemplo caricatural em que a subdivisão de um latifúndio resulta em aumento das medidas de desigualdade. Em uma situação inicial, a área total de 20.000 ha de uma região está igualitariamente dividida em 20 estabelecimentos de 1000 ha. Temos, $G = U = A = 0$. Dois desses estabelecimentos são divididos em propriedades de 10 ha. Na nova distribuição temos 18 estabelecimentos de 1000 ha e 200 estabelecimentos de 10 ha, observando-se enorme aumento da desigualdade, com $G = 0,817$, $U = 0,855$ e $A = 0,841$. A área média por estabelecimento cai de 1000 ha para 91,74 ha e a área mediana cai de 1000 para 10.

Não é difícil construir exemplos em que as medidas de desigualdade G , U e A não variam no mesmo sentido, uma vez que U é relativamente mais sensível a alterações na cauda direita da distribuição e A é especialmente sensível a modificações na cauda esquerda. Vamos admitir que os 22.600 ha de uma região estejam distribuídos em 60 estabelecimentos de 10 ha, 20 estabelecimentos de 100 ha e 20 latifúndios de 1000 ha. A área média é 226 ha, $G = 0,733$, $U = 0,687$ e $A = 0,824$. Vamos admitir que dois latifúndios são divididos em 200 estabelecimentos de 10 ha. Na nova distribuição temos 260 estabelecimentos de 10 ha, os mesmos 20 estabelecimentos de 100 ha e 18 latifúndios de 1000 ha, área média igual a 75,84 ha, $G = 0,806$, $U = 0,842$ e $A = 0,797$. Note-se que o índice de Gini e o dual do T de Theil crescem, mas o índice de Atkinson diminui.

Cabe ressaltar que a divisão de um latifúndio em pequenos estabelecimentos sempre diminui a desigualdade se os novos possuidores da terra eram, inicialmente, trabalhadores

agrícolas sem terra que foram considerados no cálculo das medidas de desigualdade na situação inicial (o que é feito associando a cada trabalhador sem terra um “estabelecimento” com área igual a zero). Neste caso, para o exemplo do parágrafo anterior, a situação inicial teria que ser descrita como 200 trabalhadores sem terra (ou 200 “estabelecimentos” de área igual a zero), 60 estabelecimentos de 10 ha, 20 estabelecimentos de 100 ha e 20 latifúndios de 1000 ha. Para essa distribuição a área média é 75,33 ha, $G= 0,911$, $U= 0,896$ e $A= 1$. Após a subdivisão de dois latifúndios em 200 estabelecimentos de 10 ha, a distribuição é a mesma já descrita no parágrafo anterior, com $G= 0,806$, $U= 0,842$ e $A= 0,797$, verificando-se que todas as medidas de desigualdade diminuem. Note-se que o mais usual é calcular as medidas de desigualdade da distribuição da posse da terra considerando apenas os estabelecimentos agropecuários existentes, isto é, sem considerar as famílias de agricultores sem nenhuma terra. Desnecessário dizer que a maneira de analisar os dados apresentados no parágrafo anterior teria de ser diferente se a divisão dos dois latifúndios tivesse sido destinada a um loteamento de chácaras de fim de semana adquiridas por pessoas cuja ocupação principal não fosse o cultivo da terra.

O conceito de concentração utilizado nos estudos de concentração industrial se distingue do conceito de desigualdade. A ideia de concentração está associada com a formação de oligopólios. Um duopólio formado por duas empresas iguais é uma indústria altamente concentrada, mas a distribuição da produção entre as duas empresas é igualitária. Fixado o número de empresas, o grau de concentração cresce com a desigualdade. Por outro lado, fixado o grau de desigualdade, a concentração varia inversamente com o número de empresas. Uma medida de concentração é o índice de Hirschman-Herfindahl, que é a soma dos quadrados das participações de cada empresa na produção (valor agregado ou alguma outra medida do tamanho das empresas). Para n empresas iguais o índice de Hirschman-Herfindahl é igual a $1/n$. Esse índice pode ser usado para medir a concentração da posse da terra. Sempre que ocorre a divisão de uma empresa em empresas menores, o grau de concentração diminui. Em todos os exemplos apresentados neste apêndice o índice de Hirschman-Herfindahl diminui. O mesmo ocorre com o índice de Rosenbluth, uma medida de concentração industrial associada ao índice de Gini, que pode ser calculada como $B=1/[n(1-G)]$.

